



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CAMPUS CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL**

THAMYRES ALVES DE ARAÚJO

**O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO AMBITO DO SERVIÇO
SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE CAPITALISTA**

**CAMPINA GRANDE
2020**

THAMYRES ALVES DE ARAÚJO

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO AMBITO DO SERVIÇO
SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE CAPITALISTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mônica Barros da Nóbrega.

CAMPINA GRANDE
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663p Araújo, Thamyres Alves de.
O processo de educação permanente no âmbito do Serviço social no atual contexto de crise capitalista [manuscrito] / Thamyres Alves de Araújo. - 2020.
143 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Mônica Barros da Nóbrega , Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Serviço social. 2. Educação permanente,. 3. Contrarreforma do ensino superior. 4. Trabalho do Assistente social. 5. Crise capitalista. I. Título

21. ed. CDD 361

THAMYRES ALVES DE ARAÚJO

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO AMBITO DO SERVIÇO
SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE CAPITALISTA

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba
(PPGSS/UEPB), como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço
Social, Questão Social e Direitos
Sociais.

Aprovada em: 23/09/2020

BANCA EXAMINADORA

Mônica Barros da Nóbrega

Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega – UEPB
Orientadora

Barbara da Rocha Figueiredo Chagas

Prof.^a Dr.^a Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas - UEPB

Luciana Batista de Oliveira Cantalice

Prof.^a Dr.^a Luciana Batista de Oliveira Cantalice - UFPB

Campina Grande/PB
2020

À Tania, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Tania, minha mãe, pelo apoio e dedicação desmedidos;

À Thaysa, minha irmã, pela parceria e conexão de alma;

À Mônica Barros da Nóbrega, minha orientadora, por toda paciência, contribuições e ensinamentos desde a graduação.

A toda minha família, em especial minhas tias e tios por todo apoio e encorajamento.

A todos meus amigos e amigas, em especial, Fabrício, Géssica e Sabrina por estarem sempre comigo, caminhando juntos sempre.

Ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e ao seu corpo docente por todo conhecimento construído ao longo de todo este processo.

“A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”.

Paracelso

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o processo de educação permanente no Serviço Social brasileiro, inserido no contexto de crise capitalista, destacando as inúmeras transformações no mundo do trabalho, bem como as diversas contrarreformas postas no âmbito da educação, especialmente no ensino superior como mediações relevantes que interferem diretamente colocando desafios e possibilidades na efetivação desse processo. Nesse sentido, a elaboração e desenvolvimento desse estudo foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico e de uma pesquisa documental, tendo como objetivo geral analisar as implicações da contrarreforma da educação superior e das transformações ocorridas no mundo do trabalho para a efetivação do processo de educação permanente no do Serviço Social brasileiro, destacando as estratégias de resistência e de enfrentamento para a realização deste processo na atual conjuntura. E como objetivos específicos, caracterizar a atual contrarreforma do ensino superior no país e seus desdobramentos para o processo de educação permanente no Serviço Social; Identificar as mudanças no mundo do trabalho e sua relação com o processo de educação permanente no Serviço Social brasileiro e apreender como vem sendo efetivado o processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social brasileiro, frente ao cenário de crise estrutural do capital. O interesse pela temática emergiu durante a inserção no Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), realizado entre os anos de 2016 a Junho de 2017, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande - PB (SEMAS-CG), onde foi possível observar a necessidade e o interesse dos/as Assistentes Sociais da área em promover, de forma sistemática, debates, palestras, capacitações, oficinas etc., no sentido de construir e reconstruir práticas profissionais que estivessem cada vez mais conectadas com o projeto ético-político da profissão. Fundamentou-se no método crítico-dialético, o qual permite analisar os fenômenos numa perspectiva de totalidade com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. O presente trabalho assume relevância visto que existe uma parca produção na área do Serviço Social que contemple o tema da educação permanente, o que torna fundamental o desenvolvimento de pesquisas que tratem do tema. Os resultados sugerem que a educação permanente no Serviço Social enfrenta desafios como a própria lógica neoliberal mercadológica no âmbito da educação que obstaculiza a efetivação do citado processo, bem como possibilidades, como a defesa da Política de Educação Permanente, a realização de espaços que permitam o exercício da educação permanente numa perspectiva crítica entre outros. Portanto, acreditamos que estes resultados, poderão contribuir para o alargamento e o aprofundamento dos debates na agenda profissional acerca da educação permanente no Serviço Social brasileiro na atual conjuntura de desmonte dos direitos sociais, bem como estimular novas pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Permanente, Crise Capitalista. Contrarreforma do Ensino Superior. Transformações no mundo do trabalho.

ABSTRACT

This dissertation has as object of study the process of permanent education in the Brazilian Social Work, inserted in the context of capitalist crisis, highlighting the transformations in the world of work, as well as the several counter-reforms put in the scope of education, especially in higher education as relevant mediations. That directly interfere with challenges and possibilities in making this process effective. In this sense, the elaboration and development of this study was carried out based on a bibliographic survey and documentary research, with the general objective of evaluating the counter-reform of higher education and the transformations that took place in the world of work in order to carry out the permanent education process. in the Brazilian Social Service, highlighting as an objective of resistance and confrontation for the realization of this process in the current conjuncture. And as specific objectives, to characterize the current counter-reform of higher education in the country and its consequences for the process of permanent education in Social Work; Identify the changes in the world of work and its relationship with the process of permanent education in the Brazilian Social Work and learn how the process of permanent education in the Brazilian Social Work has been carried out, in the face of the structural crisis of capital. The interest in the theme emerged during the insertion in the Mandatory Supervised Internship in Social Work, at the State University of Paraíba (UEPB), carried out between the years 2016 to June 2017, at the Municipal Secretary of Social Assistance of Campina Grande - PB (SEMAS- CG), where it was possible to observe the need and the interest of Social Assistants in the area to systematically promote debates, lectures, training, workshops etc., in order to build and reconstruct professional practices that were increasingly connected with the profession's ethical-political project. It was based on the critical-dialectical method, which allows analyzing the phenomena in a perspective of totality in order to reveal the dynamics of the movement between the appearance and the essence of the object of study. The present work assumes relevance since there is little production in the area of Social Work that contemplates the theme of permanent education, which makes it essential to develop research that deals with the theme. The results suggest that permanent education in Social Work faces challenges such as the neoliberal logic of marketing in the scope of education that hinders the effectiveness of the mentioned process, as well as possibilities, such as the defense of the Permanent Education Policy, the realization of spaces that allow the exercise of permanent education in a critical perspective among others. Therefore, we believe that these results may contribute to the widening and deepening of debates on the professional agenda about permanent education in Brazilian Social Work in the current situation of dismantling social rights, as well as stimulating new research on the subject.

Keywords: Social Work. Permanent Education, Capitalist Crisis. Counter-reform of Higher Education. Transformations in the world of work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

BM – Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCJC - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CEAD - Centro de Educação Aberta e a Distância

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CG – Campina Grande

CIAC - Centro de Integração Acadêmica e Cultural

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFIS - Comissões de Orientação e Fiscalização

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

EAD – Ensino à Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENE - Encontro Nacional de Educação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENESSO - Executiva Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FMI – Fundo Monetário Internacional

G7 - Grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido

GAET - Grupo de Altos Estudos do Trabalho

GT – Grupo de Trabalho

GTPs - Grupos Temáticos de Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros ou Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Todas as diversas possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero que exista

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Medida Provisória

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não Governamentais

OPS - Organização Pan-americana da Saúde

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PB – Paraíba

PDRE – MARE - Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado

PDT/RJ – Partido Democrático Trabalhista do Rio de Janeiro

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Política Nacional de Estágio

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEP – Política Nacional de Educação Permanente

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SP – São Paulo

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UEZO - Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste

UFAs - Unidades de Formação Acadêmicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS EXPRESSÕES NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....	24
2.1 O sistema capitalista em crise e suas necessárias estratégias de enfrentamento	24
2.2 Expressões da crise estrutural do capitalismo na particularidade brasileira	38
3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO, A POLÍTICA NEOLIBERAL E A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS DO CAPITAL	47
3.1 A reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho	47
3.2 A política neoliberal e a contrarreforma do ensino superior.....	61
4 AS INFLEXÕES DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR E DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO PROCESSO FORMATIVO E NO TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL	78
4.1 Inflexões da contrarreforma do ensino superior no processo formativo do/da assistente social.....	78
4.2 Repercussões das transformações no mundo do trabalho no cotidiano do trabalho do/da assistente social	89
4.3 Apontamentos acerca de algumas estratégias de resistência desenvolvidas pela categoria profissional frente aos desafios postos à formação e ao trabalho do/da assistente social.....	95
5 O DEBATE ACERCA DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS	104
5.1 Educação Continuada e Educação Permanente: um debate necessário.....	104
5.2 A política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS como instrumento de fortalecimento do processo de educação permanente	106
5.3 Os desafios e as possibilidades para a efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social no atual contexto de crise capitalista	114
6 CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

1 INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado versa sobre a educação permanente no processo formativo do/da assistente social, inserido no contexto da atual crise capitalista. Portanto, um processo que sofre as influências das condições objetivas e subjetivas da vida social, ou seja, da complexidade que permeia a realidade.

Segundo Nascimento; Oliveira (2016), foi a partir dos anos de 1966 que o tema da educação permanente foi dimensionado no âmbito pedagógico do Brasil, ocupando vários espaços de discussão de profissionais de diversas áreas. A educação permanente, de acordo com Marcondes (2013), se constitui a partir do entendimento do ser social como sendo inconcluso, em permanente processo de construção. Nesse sentido, é da própria natureza do homem essa constante busca por novos conhecimentos.

Portanto, a educação permanente privilegia o processo de trabalho como o principal espaço da construção de aprendizagem, por meio da reflexão e análise dos problemas reais, buscando alternativas para a transformação e recriação de novas práticas. Tem o intuito de melhorar a qualidade de vida humana em todos os aspectos, tanto pessoais, quanto sociais, visando alcançar uma atuação que é ao mesmo tempo criadora e transformadora da realidade e dos indivíduos. É um processo inacabado e contínuo. Assim,

a educação permanente pressupõe a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças (FERNANDES, 2007, p.208).

Nesse sentido, através do processo de educação permanente, o/a assistente social tem a possibilidade de sistematizar as reflexões acerca da realidade social e a partir daí desenvolver um trabalho profissional e produzir novos conhecimentos que estejam cada vez mais adequados para responder as demandas que lhe são postas. Logo, entende-se que os/as assistentes sociais ao assumirem uma postura crítica e propositiva, abrem um caminho de possibilidades para a superação deste modelo de sociedade, rumo a um novo tipo de sociedade humanamente emancipada.

A aproximação com a temática emergiu durante o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, desenvolvido na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), na cidade de Campina Grande – PB, no período de Março de 2016 a Junho de 2017, no qual foi possível perceber o interesse dos/das profissionais de promoverem ações na perspectiva da educação permanente, como uma maneira de possibilitar a qualidade dos serviços prestados e a manutenção do compromisso com o Código de Ética de 1993 e com o Projeto Ético-Político da profissão.

Através da referida experiência foi possível perceber a necessidade e o desejo entre os/as assistentes sociais de promoverem, de forma sistemática, debates, palestras, grupos de estudos, capacitações, oficinas etc., no sentido de construir e reconstruir práticas profissionais que estivessem cada vez mais sintonizadas com o Projeto Ético - Político da profissão. A partir destas constatações, elaboramos um projeto de intervenção, reafirmando a importância da educação permanente como um dos requisitos básicos para a qualidade do trabalho profissional.

O citado projeto de intervenção teve como objetivos contribuir no processo de formação dos/as assistentes sociais inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Campina Grande - PB, através do debate de temas pertinentes ao trabalho profissional; promover uma capacitação com vistas a contribuir na superação das dificuldades postas no cotidiano profissional; contribuir para uma melhor atuação dos/das profissionais do Serviço Social dos CRAS de Campina Grande, a partir da condução de um trabalho referenciado no Projeto Ético- Político e ampliar, através dessa capacitação, os seus conhecimentos acerca dos temas que foram debatidos.

No que se refere à metodologia utilizada, inicialmente optamos pela elaboração e aplicação de um questionário junto aos/as assistentes sociais inseridos/as nos CRAS do município de Campina Grande - PB, para possibilitar a visibilidade do interesse sobre os temas a serem privilegiados na capacitação. O tema mais recorrente foi o da instrumentalidade profissional.

Assim, realizamos uma capacitação sobre a instrumentalidade profissional, que contou com a presença de 26 (vinte e seis) assistentes sociais, na perspectiva de fomentar o debate em relação ao tema, bem como a

sua efetivação na intervenção profissional, com vistas à melhoria da qualidade do trabalho profissional cotidiano.

Em parceria com os/as profissionais de Serviço Social da Secretaria de Assistência Social de Campina Grande - PB, com os/as assistentes sociais dos CRAS, discentes e professores do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foi realizada uma oficina no Auditório I do Centro de Integração Acadêmica e Cultural (CIAC / UEPB) acerca do tema da Instrumentalidade do Serviço Social, no dia 23 de setembro de 2016.

Para finalizar, entregamos um questionário para que avaliassem o nível de contribuição do projeto. A partir das análises das respostas, foi possível constatar que a capacitação foi considerada positiva, visto que possibilitou o aprofundamento do tema e agregou novos conhecimentos, ficando evidente, ainda, o anseio dos/as profissionais de participarem de outras capacitações, minicursos e rodas de estudo que contemplassem as mais diversas temáticas, na perspectiva de aperfeiçoar cada vez mais o trabalho profissional.

A partir da realização da citada oficina nos despertou o interesse em refletir e aprofundar a discussão sobre a importância da educação permanente, entendendo que este processo demanda, entre outros pontos, condições objetivas e subjetivas favoráveis para construir uma educação de forma permanente, contínua, por meio de cursos, oficinas, grupos de estudos, reflexões acerca do processo de trabalho etc., de forma crítica e conectada com o Projeto Ético-Político da profissão.

Assim, buscamos aprofundar os estudos acerca da supracitada temática através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A educação permanente como uma estratégia de aprimoramento intelectual do/a assistente social”, defendido e aprovado junto ao Curso de Serviço Social da UEPB em 2017. O referido trabalho teve como objetivo principal discutir acerca da importância da educação permanente como uma estratégia que viabiliza a qualidade dos serviços prestados a população usuária.

Em linhas gerais, fizemos uma breve discussão acerca do significado e da importância do processo da educação permanente, além de refletirmos

sobre a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS e tecemos algumas considerações acerca dos desafios, limites e possibilidades para efetivação do processo da educação permanente no âmbito do Serviço Social brasileiro no atual cenário de crise capitalista.

Nesse sentido, através dos estudos realizados durante todo o processo de construção do supracitado trabalho, foi possível apreender que a educação permanente é um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução de saberes e práticas, sendo permeado pelas inúmeras contradições e transformações societárias ora em curso no país, bem como constatar a sua importância no âmbito do Serviço Social, como um instrumento que possibilita a construção permanente de um trabalho profissional conectado com o Código de Ética de 1993 e que, apesar da conjuntura adversa de contrarreformas¹ e retiradas de direitos, foi possível visualizar no Serviço Social um grande esforço e luta da categoria profissional no sentido de viabilizar a efetivação do processo da educação permanente e de fortalecimento do compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão, principalmente através das atividades desenvolvidas pelas entidades representativas da categoria.

A partir desse estudo constatamos que em 1999, através da organização entre o conjunto CFESS/CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), foi realizado o primeiro curso de especialização à distância para os/as Assistentes Sociais do Brasil, com vistas a qualificar o trabalho profissional, inserir um/uma profissional qualificado/a no mercado, bem como fortalecer o projeto ético-político. Este curso foi reeditado nos anos 2009, trazendo como tema “Direitos Sociais e competências profissionais”.

De acordo com Santos, Abreu e Melim (2011), os anos 2000 foram marcados por ações que refletiram o encorajamento do Serviço Social no

¹ O termo reforma está ligado às lutas das classes subalternas pela conquista de direitos, assumindo no âmbito político a ideia de mudança progressista e de ampliação de direitos e proteção social. Com a emergência da política neoliberal e das reformas implementadas ocorreram cortes de gastos públicos e derruição de direitos, nesse sentido, Behring (2003) utiliza o termo contrarreforma, tendo em vista o caráter antidemocrático e nefasto das reformas neoliberais.

enfrentamento dos desafios postos para o fortalecimento de uma formação e de um exercício profissional de qualidade, a exemplo da elaboração da Política de Educação Permanente, pelo conjunto CFESS/CRESS com a colaboração da ABEPSS e da Executiva Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social (ENESSO), fundamentada na teoria social crítica, como um instrumento político voltado para o fortalecimento da formação e do exercício profissional, contribuindo para o fortalecimento da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro.

Para a referida Política, refletir acerca da educação permanente no Serviço Social:

Pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social (CFESS, 2012, p. 08).

Considerando o exposto, ressaltamos que a presente dissertação se propõe a avançar, alargar e aprofundar as análises e estudos acerca do tema da educação permanente, tendo como eixo norteador de reflexão as implicações da atual crise capitalista e suas expressões no Brasil, no processo de efetivação desse processo no âmbito do Serviço Social Brasileiro.

É consensual entre os/as estudiosos/as do Serviço Social, numa perspectiva crítica, que o trabalho profissional do/a assistente social tem implicações, sobretudo, éticas e políticas, sendo necessário conhecer a realidade e suas contradições para, assim, elaborar respostas qualificadas às demandas postas. Nesse sentido, as transformações societárias que ocorrem na contemporaneidade exigem que os/as assistentes sociais se qualifiquem de forma permanente na perspectiva de desenvolverem ações profissionais que caminhem na direção do fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional.

É um dado da realidade que desde os anos 1970 o capitalismo vem passando por uma profunda crise que acaba por redesenha-lo em sua forma

contemporânea, provocando diversas e variadas transformações societárias. Para apontar algumas, podemos citar brevemente, às mudanças ocorridas no mundo do trabalho acompanhadas da revolução tecnológica e científica, por meio de uma reestruturação produtiva, que tem desencadeado o aumento da exploração e da precarização das relações e condições de trabalho, o aumento do desemprego estrutural e, como consequência a pauperização da classe trabalhadora, bem como uma contrarreforma no ensino superior que traz o sucateamento das instituições públicas, o aumento dos cursos privados e na modalidade a distancia, provocando o aligeiramento do processo de formação e o desmonte das políticas públicas, que em meio a lógica neoliberal se constituem de forma altamente restritiva, focalista e superficial.

Considerando que o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho tem como objeto principal de intervenção as expressões da Questão Social², gerenciadas através das políticas sociais, fica evidente que, na atual conjuntura com as políticas sociais marcadamente seletivas, restritivas e focalizadas tem inflexões diretas para o processo de formação, considerando que vem ocorrendo o desmonte do ensino público de qualidade, paralelamente à expansão do ensino privado e na modalidade à distância, marcadamente acríticos, aligeirados e funcionais à manutenção da hegemonia burguesa, bem como para o trabalho profissional dos/as assistente social que são tensionados/as por um lado a responder as demandas institucionais identificadas com as necessidades do capital, responder as demandas imediatas dos usuários dos serviços e por outro lado, estar sintonizado com o Projeto Ético-Político da profissão sem perder de vista a compreensão da realidade em sua totalidade e suas contradições.

Assim, para refletir sobre o processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social, com o objetivo de analisar as implicações da contrarreforma da educação superior e das transformações ocorridas no mundo do trabalho para a efetivação do processo de educação permanente no Serviço Social

² A concepção de Questão Social mais difundida no Serviço Social é a de Yamamoto e Carvalho, (1996, 77), os quais ressaltam que “A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

brasileiro, se fez necessário considerar também as estratégias de resistência e de enfrentamento para a realização deste processo na atual conjuntura e reafirmar o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho e o/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a empregado/a pelo capital, que recebe demandas e exigências do seu empregador e também dos usuários dos serviços prestados.

Na atual conjuntura, é fundamental que os/as Assistentes Sociais se fortaleçam no sentido de desenvolverem novas estratégias de enfrentamento das expressões da Questão Social e na luta pelo acesso universal aos direitos, participação política da população e, indo mais além, desenvolvendo ações na perspectiva da emancipação humana, de fato, e, por conseguinte, na construção de um novo tipo de sociabilidade.

Segundo Mézáros (2011 p.154),

[...] nenhuma tarefa emancipadora pode ser realizada sem uma mudança fundamental no terreno da formação. [...] Essa formação não deve ser um exercício acadêmico “descolado” do real, nem politicamente sectária, daquele tipo em que os indivíduos têm de aprender o que dizem os livros indicados por ‘experts’ e autoridades. [...] A educação política terá êxito somente se envolver de verdade as pessoas num desenvolvimento da consciência socialista necessária para as tarefas e desafios de transformação.

Em consonância com Ceolin (2014), a conjuntura contemporânea exige do/a profissional assistente social uma competência profissional sociopolítica fundamentada em um referencial teórico capaz de possibilitar a compreensão das mediações existentes entre a singularidade dos sujeitos e a universalidade das determinações sociais, na perspectiva de desenvolver uma instrumentalidade que fomente o exercício profissional na direção estratégica expressa no Projeto Ético-Político da profissão. A construção desse perfil profissional somente poderá ser viabilizada através de um processo de educação permanente, que possibilite ao profissional se aproximar de forma sucessiva da realidade concreta. Nesse sentido, as mudanças e contrarreformas apreendidas no âmbito da educação superior e do mundo do

trabalho repercutem diretamente no processo de formação do/a assistente sócia. O que veremos no decorrer deste trabalho.

Diante do exposto, fica evidente, pois, que esse cenário adverso traz para o/a Assistente Social o desafio de apreender as mudanças societárias ora em curso, partindo da apreensão crítica acerca da Questão Social e da realidade social como uma totalidade permeada por contradições, o que demanda, portanto, o exercício permanente da educação no sentido de aprimoramento das competências profissionais, na tentativa de acompanhar as mudanças sociais e fortalecer o compromisso com o Código de Ética Profissional de 1993.

Nesse contexto de reformas regressivas, precarização do trabalho, fragilização da formação profissional, violação dos direitos, dentre outros, assume relevância e se justifica a discussão sobre a educação permanente no âmbito do Serviço Social brasileiro, visto que esta se constitui como um “[...] instrumento político direcionado a fortalecer a Formação e o Exercício Profissional e contribuir para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2012, p. 06), em meio a um cenário tão adverso.

É importante destacar, também, que o ato de conhecer se caracteriza como um momento do processo de transformação da realidade. O conhecimento além de ser uma mediação para intervir na realidade é também fator indispensável para o processo de autoconstrução humana. Portanto, conhecer o processo da educação permanente, seus desafios na atual conjuntura de crise capitalista, seus múltiplos determinantes e suas contradições permite construir questionamentos sobre a funcionalidade e pretensão da educação e da produção de conhecimento de modo geral, aqui especificamente, no âmbito do serviço social.

Assim, a pesquisa que deu origem a esta dissertação fundamentou-se na Teoria Social Crítica de base marxiana/marxista, tomando a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto estudado. Portanto, permitiu abordar a realidade numa relação permanente entre o singular, o particular e o geral, apreendendo aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que permeiam o objeto de estudo.

Partindo do suposto de que a produção de conhecimento científico requer a escolha de um tipo de pesquisa adequado ao objeto de estudo, aos objetivos propostos, as fontes utilizadas e aos procedimentos de coleta de dados, optamos pela pesquisa documental e pelo levantamento bibliográfico.

Nesse sentido, adotamos um quadro teórico que contemplasse o tema da educação permanente, bem como que tratasse da atual conjuntura de crise capitalista e das transformações societárias daí decorrentes, as quais incidem no processo da educação permanente. Autores, como Marcondes, Fernandes, Netto, Yamamoto, Ortiz, Mészáros, Guerra, Boschetti, Antunes, dentre outros, iluminaram as reflexões pretendidas. Como fonte da pesquisa documental, utilizamos a Política de Educação Permanente, elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS, Emendas Constitucionais, Lei da reforma Trabalhista, Relatórios do Banco Mundial, Relatórios do CFESS que discutem a efetivação da educação permanente no Serviço Social etc.

Para realizar a coleta das informações pertinentes ao estudo a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental, utilizamos um roteiro, no sentido de orientar as leituras. Todavia, este roteiro não impediu a incorporação de outros aspectos que a realidade revelou e que não estavam contemplados previamente no referido roteiro. Como destaca Lima e Miotto (2007), a elaboração desse instrumento é fundamental para realizar um exame mais profundo das obras a serem pesquisadas.

Enfim, a análise dos dados foi realizada através de sucessivas aproximações ao movimento do objeto de estudo, não seguindo uma trajetória linear, visto que a realidade é dinâmica, contraditória e em permanente transformação, na tentativa de captar a sua legalidade, e nos conduzir a uma fecunda apreensão da realidade pesquisada.

De modo geral, a dissertação ora exposta encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma breve discussão acerca da crise estrutural do capital e das suas expressões na particularidade brasileira, dando ênfase ao processo de reestruturação produtiva e das mudanças no mundo trabalho, bem como sobre a adoção do neoliberalismo e as contrarreformas no ensino superior como mediações que incidem diretamente na efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social.

O segundo capítulo, aprofundando o debate iniciado no capítulo anterior, busca refletir acerca das inflexões da contrarreforma do ensino superior e das transformações no mundo do trabalho no processo formativo e no trabalho profissional do/a assistente social, apontando algumas estratégias de resistência desenvolvidas pela categoria profissional frente aos desafios postos à formação e ao trabalho profissional no atual contexto de crise capitalista, explicitando o compromisso das entidades representativas do Serviço Social na luta –em defesa da qualidade da formação e do trabalho profissional, através de um processo permanente de educação crítico e fundamentado nos princípios éticos e políticos da profissão.

Portanto, a educação permanente pode assumir funções antagônicas. Seguindo os interesses capitalistas, a educação pode ser funcional a formação e manutenção do capital humano necessário à expansão do capital, ao passo que, em uma perspectiva crítica, a educação pode ser uma estratégia de resistência na formação e qualificação profissional que fortalece o compromisso social e ético com os interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, apesar dos limites e inúmeros desafios postos a efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social, as entidades representativas, têm assumido papel fundamental na luta em defesa da efetivação do processo de educação permanente de forma crítica e compromissada com os interesses da classe trabalhadora, como uma forma de viabilizar e contribuir para a qualidade do exercício profissional do/a assistente social.

O terceiro e último capítulo traz um debate acerca do processo de educação permanente e suas repercussões no âmbito do Serviço Social, assim, destacamos a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS como um instrumento de fortalecimento do processo de educação permanente e alguns apontamentos acerca dos desafios e das possibilidades para a efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social, inserido no contexto de crise capitalista.

Por fim apresentamos nossas aproximações sucessivas ao objeto de estudo e elencamos as referências utilizadas.

2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS EXPRESSÕES NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

2.1 O sistema capitalista em crise e suas necessárias estratégias de enfrentamento

O modelo de acumulação fordista-keynesiano que compreendeu o período do pós Segunda Guerra Mundial se caracterizou como um conjunto de práticas e hábitos que condicionaram o controle das relações e condições de trabalho, das tecnologias, formas de consumo e cultura, bem como das configurações no campo dos poderes econômico, ideológico e político.

Segundo Harvey (2008), o fordismo se baseava na defesa da ideia de que a produção em massa resultaria, necessariamente, no consumo em massa. Nesse sentido, o fordismo se apresentava como um sistema novo de reprodução da força de trabalho, de seu controle e gerência que desembocou num novo tipo ideocultural e político da sociedade capitalista, tendo em vista que essa nova configuração de reprodução da força de trabalho era indissociável de um modo específico de viver e pensar compatíveis com esse novo modelo.

Concomitante a esse novo exemplar produtivo, a política Keynesiana, através de uma maior intervenção estatal, buscava estabelecer as bases para um equilíbrio razoável (apesar das contradições estruturais sempre presentes no modo de produção capitalista) entre emprego, condições de consumo e serviços sociais, fazendo com que a classe trabalhadora vivenciasse um período de consenso significativo na história do capitalismo, pois o Estado proporcionava emprego e consumo em massa e acesso a direitos trabalhistas e serviços sociais básicos, possibilitando que a classe trabalhadora vivenciasse um período de conquistas significativas, dentro dos marcos da sociedade capitalista.

Naquela conjuntura, o papel do Estado foi redefinido, tendo que assumir novas configurações e instituir novos poderes institucionais, se tornando,

assim, mais intervencionista, orientado por princípios de racionalidade burocrático-científicos. Conforme Harvey (2008), além de ter controle sobre os ciclos econômicos através de políticas fiscais e monetárias, o Estado passou também a conceder um complemento ao salário social a partir de investimentos nos âmbitos da seguridade social, assistência médica, educação, transporte, habitação, entre outros serviços.

O modelo de acumulação fordista-keynesiano se apoiava também, de acordo com Harvey (2008), na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho, a exigência de poucas habilidades manuais tradicionais e a ausência de controle por parte do trabalhador do projeto, do ritmo, bem como da organização do processo produtivo. Assim, condicionava o trabalhador a assimilar a disciplina necessária para o funcionamento positivo da linha de montagem de alta produtividade. Somado a isso, esse padrão de acumulação, por meio de todos esses mecanismos possibilitava aos trabalhadores certo poder de consumo, através das rendas dos salários para que estes tivessem a condição de consumir as mercadorias produzidas em massa (por eles próprios). Nesse contexto, o perfil de trabalhador demandado pelo capital era de um trabalhador especializado em apenas uma função ou etapa do processo produtivo. Para aperfeiçoar as tarefas desempenhadas nas empresas, o capital buscou aperfeiçoar a organização e a divisão de funções dos trabalhadores a partir de uma produção em massa, fundamentada na padronização do trabalho, intensificação da divisão do trabalho e supervisão do trabalho por gerentes.

No período de ascensão do fordismo, o sistema capitalista conseguiu alcançar e manter altas taxas de lucro que tinha como desdobramento um acentuado crescimento econômico e uma considerável elevação nos padrões de vida da época, conformando assim, um longo período de expansão.

Todavia, é importante situar que esse modelo de acumulação não foi estabelecido de forma homogênea ao redor do mundo. Concordando com Harvey (2008), à medida que os Estados buscavam seu próprio modo de administração das condições e relações de trabalho, da política fiscal e de estratégias para estabelecer o bem estar social, o fordismo acabou por se disseminar de forma desigual nas diversas partes do mundo.

É importante sinalizar que, nem toda classe trabalhadora era assistida pelos benefícios do fordismo. O acesso aos direitos trabalhistas, às

negociações sindicais³ e os serviços sociais oferecidos pelo Estado só eram concedidos a setores específicos da economia como as grandes indústrias, às pequenas parcelas de trabalhadores formais nelas inseridos, ficando de fora os trabalhadores informais ou aqueles com vínculos precários, e a certas nações-Estado como a Europa e os Estados Unidos, por exemplo, pois se encontravam no centro da economia mundial nessa conjuntura.

Nesse sentido, de acordo com Harvey (2008), essas contradições tiveram como resultante fortes desigualdades, bem como, produziram tensões sociais, principalmente, por parte dos trabalhadores excluídos desses setores privilegiados, trabalhadores estes majoritariamente negros, mulheres e homossexuais.

No início dos anos 1970 esse modelo de acumulação fordista-keynesiano começou a entrar em colapso, iniciando um período de transição para um modelo de acumulação flexível.

Por serem dialéticos, os processos históricos são marcados por avanços e recuos, rupturas e permanências. Nesse sentido, é interessante a análise de Harvey (2008) que atenta para o fato de que, com a instituição do modelo de acumulação flexível, o mundo passou a conviver tanto com formas de acumulação ainda do período anterior, marcado pelo fordismo, ao mesmo tempo em que convive com formas de acumulação flexível, o que explicita o caráter dialético dessa transição.

Assim, Harvey (2008) comenta que o fordismo começou a apontar os primeiros sinais de derrocada em fins dos anos 1960, mais especificamente na conjuntura dos anos 1966, quando ocorreu uma queda da produtividade e da lucratividade corporativa, marcando o início de um problema fiscal nos Estados Unidos que, segundo o autor só seria solucionado após haver uma aceleração do processo inflacionário, resultando na desvalorização e instabilização do dólar.

³ Os sindicatos neste período fordista-keynesiano focavam suas reivindicações no âmbito dos interesses locais e pontuais dos seus membros, especialmente em troca de aumento salarial, desconsiderando as lutas macrossociais com horizonte socialista mais radical e amplo. Para maiores detalhes consultar Harvey (2008).

Com o esgotamento do fordismo-keynesianismo, o capital financeiro e a adoção de um sistema de taxa flexível foram fortalecidos, o que facilitava a ocorrência de crises financeiras e monetárias, mesmo com o sistema financeiro tendo mais condições de amortecer os riscos dessas crises através da volatilidade e fluidez das movimentações financeiras digitais/virtuais. Todavia, essas crises passaram a ser cada vez mais persistentes, prolongadas e profundas, se comparadas às crises cíclicas dos períodos anteriores.

Em breves palavras, pode-se dizer que o período que compreende os anos de 1965 a 1973 explicitaram a insuficiência e a incapacidade tanto do fordismo, quanto do keynesianismo de conter as contradições próprias do modo de produção capitalista. Destaca-se também a forte deflação que tinha a pretensão de conter a inflação através de medidas monetárias ou financeiras, ocorrida entre 1973 e 1975 que apontava para o fato de que as finanças do Estado estavam além dos recursos existentes, desembocando numa grande crise fiscal e de legitimação. Assim,

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 2008 p. 137-140).

Portanto, a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980 foram marcados por um período de esgotamento do fordismo-keynesianismo e de transição através de um processo de reestruturação produtiva e econômica, bem como de reajustamento sociocultural e político. Desenharam-se, assim, os primeiros passos para um novo modelo de acumulação e de regulamentação sociopolítica.

Nesse contexto, a crise estrutural contemporânea, nos dizeres de Mészáros (2011a), que se iniciou nos anos 1970 teve como seu ponto de emergência a crise do fordismo-keynesianismo e a necessária reestruturação produtiva como estratégia para reverter o então quadro de crise.

Harvey (2008) se refere a este novo modelo de acumulação como “acumulação flexível” que tem como característica principal o confronto direto

com a rigidez do modelo fordista. Fundamentado a partir da flexibilização dos processos, dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo, o novo modelo de acumulação flexível instituiu novos setores de produção, novas formas de fornecerem serviços financeiros, novos mercados, acompanhado de um intenso avanço tecnológico e organizacional, bem como o aumento exponencial da mobilidade e da comunicação.

A partir da instituição da acumulação flexível foi fortalecido o setor de serviços e foram implantadas indústrias em regiões antes consideradas subdesenvolvidas. O poder sindical enfraqueceu, tendo em vista a fragmentação das relações de trabalho, pois no modelo anterior os trabalhadores desempenhavam suas funções nas fábricas, o que proporcionava maior contato entre eles, e, portanto, maior articulação e organização. Agora, além das grandes indústrias terem se desmembrado em diversas partes do mundo por meio de empresas especializadas em cada etapa do processo produtivo, houve também o desenvolvimento de novas modalidades de trabalho, como o trabalho doméstico ou teletrabalho, fazendo com que os trabalhadores perdessem significativamente sua força de articulação, pelo distanciamento e fragmentação do processo produtivo.

Assim, nas configurações da acumulação flexível coexistem sistemas de trabalho diversificados, inclusive tipos de trabalho tradicionais de épocas pré-capitalistas, como o trabalho domiciliar e familiar, possibilitando que os grandes capitalistas tenham inúmeras opções para explorar cada vez mais a força de trabalho. Neste novo modelo de produção o capital passou a demandar outro perfil de trabalhador, ou seja, um trabalhador polivalente e altamente qualificado, que exerça várias funções dentro da empresa, ainda assim, recebendo apenas o salário de apenas uma função (HARVEY, 2008).

Com esse modelo de acumulação flexível ocorreu o aumento da competitividade e da volatilidade do mercado, bem como a instituição de contratos de trabalho flexíveis, informais, subcontratados, em detrimento do trabalho regular. Como afirma Harvey (2008 p. 144), a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente no mercado de trabalho e que é demitida sem custos quando a situação não está favorável.

Com relação à intensificação da superexploração da força de trabalho, Mézáros (2011a, p. 70) destaca:

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para a nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não têm alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades 'pós-industriais' estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital 'liberal'.

Esse modo de acumulação flexível demanda um novo modelo de Estado, qual seja o Estado neoliberal, instituído pelo capital na perspectiva da sua autorreprodução ampliada e destrutiva. A reforma no modelo de Estado é justificada pelos intelectuais do capital, pela crise de racionalidade e legitimidade política e pela sua incapacidade de exercer autoridade política, bem como de garantir a aplicação efetiva das leis.

Nesse sentido, o Estado passa a adequar suas funções reguladoras de modo que estejam em sintonia com a dinâmica do processo de reprodução capitalista, reforçando a manutenção e a dominação do capital. Logo, além de contribuir no processo de formação e consolidação das estruturas reprodutivas da sociedade capitalista, contribui também para o funcionamento permanente dessas estruturas.

De acordo com Mandel (1982), as principais funções do Estado são criar condições gerais de produção; reprimir qualquer ameaça das classes subalternas por meio da ação repressiva, do exército, da polícia e do sistema judiciário, bem como garantir a manutenção da ideologia capitalista como dominante.

Levando em consideração essa complexa e inseparável relação entre o capital e o Estado é relevante reafirmar que qualquer tentativa de ação no âmbito político, mesmo numa perspectiva mais progressista, terá uma efetividade limitada, tendo em vista a complexidade existente nesta relação.

Uma das características da expansão desordenada do capitalismo se refere a uma reconfiguração do Estado, principalmente nos países de capitalismo periférico. Essa reconfiguração acaba aprofundando e agravando

as contradições do capitalismo, bem como as expressões da Questão Social, agravam-se também as políticas de austeridade fiscal, as privatizações de setores públicos estratégicos e de alta lucratividade.

O projeto neoliberal se apresenta, também, como uma das estratégias do capital para conter e reverter o atual quadro de crise. A política neoliberal pode ser caracterizada a partir do tripé: flexibilização (tanto da produção, quanto das relações de trabalho); desregulamentação (das relações comerciais, dos circuitos financeiros e das barreiras alfandegárias) e a privatização (de setores estratégicos e altamente lucrativos do aparato Estatal).

Com a ofensiva neoliberal as expressões da Questão Social passam a ser apreendidas como problemas sociais, despolitizando e individualizando o enfrentamento das suas expressões. Nesse cenário, as repostas das manifestações referentes à Questão Social são dirigidas agora, majoritariamente, para o mercado (através de serviços privados) e para a sociedade civil (via iniciativa pessoal e autônoma e de Organizações Não Governamentais Sociais (ONGs), revestidas de caridade, ajuda e voluntarismo), explicitando um processo de refilantropização no trato da Questão Social e obscurecendo a apreensão dos direitos sociais como responsabilidade estatal.

Logo, as expressões da Questão Social passam a ser enfrentadas, basicamente, a partir de duas maneiras: ou através da repressão e penalidade estatal, ou através de políticas sociais extremamente minimalistas, emergenciais, focalizadas e assistencialistas, bem como ações pontuais desenvolvidas através de iniciativas autônomas e filantrópicas que não atingem as estruturas da desigualdade social.

Portanto, a crise nos moldes do neoliberalismo desencadeia como uma de suas respostas à intensificação do desemprego estrutural em escala global, atingindo fortemente a totalidade da classe trabalhadora e travando, pois, um agressivo processo de precarização estrutural do trabalho nas palavras de Antunes (2010).

A sociedade contemporânea vivencia, conforme as análises de Netto (2012), as inflexões de profundas transformações societárias em decorrência da atual crise do capitalismo, que atinge todas as esferas da vida em sociedade. A atual crise estrutural do capital (MESZAROS, 2011a), tende em

seu processo a ir além do âmbito apenas financeiro e invadir todos os domínios da vida social, econômica, política e cultural.

De acordo com Harvey (2008), desde a crise dos anos 1970 o capitalismo vem criando estratégias e mediações para conter os seus desdobramentos. Nessa conjuntura o efêmero, o imediato, a superficialidade e a fragmentação passaram a predominar como respostas e explicações sobre a realidade em detrimento dos fundamentos históricos, materiais e concretos da realidade. O ideário pós-moderno emerge assim, tendo como objetivo desconstruir mecanismos tradicionais de organização e articulação da classe trabalhadora, como os sindicatos e partidos políticos de esquerda ou com plataformas mais progressistas; mascarar os efeitos sociais negativos da política econômica que privilegia apenas a burguesia; justificar e naturalizar as inúmeras contradições destrutivas do sistema capitalista, conformando um novo modo de apreensão da realidade, de materialização de hábitos, motivações, estilo de vida e de representações ideo-culturais.

Assim, o ideário pós-moderno segundo Harvey (2008 p.303-305),

[...] é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial, pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho, nichos de consumo [...] com inclinação para a política carismática e preocupações com instituições estáveis favorecidas pelo neodesenvolvimentismo.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o referido ideário tem como característica a negação da razão como parâmetro de apreensão da realidade concreta, nega a historicidade, a dialética, o pensamento crítico, entre outras. Logo, a possibilidade de intervenção na realidade social na perspectiva de transformação radical se torna cada vez mais inviável, fazendo com que as contradições próprias do sistema capitalista se agudizem, aprofundando as mazelas que afetam a classe trabalhadora.

Em concordância com Harvey (2008) a partir de 1970 iniciou-se uma profunda transformação no conjunto de normas, hábitos, valores e concepções ideológicas e político-culturais de modo geral. Nesse período, valores como o individualismo, a meritocracia, a competitividade e as ideias de efemeridade e volatilidade ganharam papel central na sociedade, fazendo com que os indivíduos inseridos nessa sociedade marcadamente alienante, comesçassem a

assimilar esses valores naturalizando-os. Esses valores são funcionais e estão estreitamente identificados com a manutenção e reprodução da ordem vigente.

No cenário atual é possível verificar uma tendência à valorização dos microcosmos sociais, das explicações aparentes, do imediato e de sistemas de pensamento fragmentados, baseados na intuição em detrimento de um conhecimento produzido a partir de um rigoroso trato metodológico e crítico. Essas tendências acabam por pulverizar os problemas sociais ou mesmo naturalizá-los, desvinculando-os das suas causas estruturais, da realidade concreta.

A imediaticidade é posta como a realidade total, num contexto onde a diferença entre a aparência e a essência das coisas é desqualificada. Nesse sentido, a realidade passa a ser apreendida no efêmero, no fugaz, de forma fragmentada, desconexa da totalidade e da universalidade como se fossem fenômenos caídos do céu, sem explicação, sem começo, sem meio e sem fim, tudo é o aqui e o agora.

Segundo Netto (2012), os fundamentos teórico-epistemológicos do ideário pós-moderno são funcionais à lógica do sistema do capital, pois apreende de forma acrítica e desestoricizada os elementos que constituem o sistema do capital.

Como uma das estratégias para obter um consenso e uma naturalização das inúmeras transformações destrutivas para a classe trabalhadora implementada pelo capitalismo, para formar indivíduos aptos tecnicamente para o mercado de trabalho reestruturado e flexível, bem como para contribuir na reprodução e manutenção da sociabilidade capitalista, o sistema educacional necessita estar constituído a partir de parâmetros que se identifiquem com os interesses do grande capital, o que veremos mais adiante.

Sabemos que para o contínuo funcionamento e expansão do capitalismo deve haver a permanente subordinação do trabalho ao capital. Contudo, o processo de desenvolvimento histórico e, conseqüentemente as transformações resultantes desse desenvolvimento constante, deixam cada vez mais em evidência as contradições estruturais do sistema e seu teor altamente destrutivo, apontando para a sua necessária superação, ao mesmo tempo em que os imperativos de seu funcionamento são reforçados, através da cristalização das ideias de que este modelo de sociabilidade é o último estágio

de desenvolvimento possível, portanto insuperável, ou muitas vezes através da instituição de governos autoritários e ditatoriais, tornando mais difícil qualquer tentativa de transformação radical.

No decorrer do processo expansionista do capital, a sua concretização se encontra atualmente cada vez mais difícil de ser efetivado, se considerarmos que o capitalismo já alcançou os quatro cantos do planeta terra. A saída agora (dentro dos limites capitalistas) é tentar manter-se como poder hegemônico através do aprofundamento do seu poder destrutivo cada vez mais devastando as últimas possibilidades que o planeta tem a oferecer até a sua total e inevitável derruição.

Conforme Mézáros (2011a), a atual crise estrutural do capital extrapola as barreiras de uma crise política ou de uma crise exclusivamente econômica. A crise atual afeta todas as instituições capitalistas e todos os âmbitos da sociedade em sua totalidade. Ao contrário das crises cíclicas anteriores, a crise estrutural confronta o sistema capitalista (a nível global) com problemas criados pelas suas próprias contradições estruturais, não restando mais opções civilizatórias dentro desse processo destrutivo, portanto, permanece tentando administrar esses problemas, cada vez mais destrutivos levando inevitavelmente a um estado de barbárie mundial.

Braz (2012) discorre que as crises do modo de produção capitalista têm em sua essência algo comum: o fato de emergirem da própria natureza contraditória da lógica capitalista que, na sua incessante busca por cada vez mais lucro e acumulação, potencializa seu processo de reprodução ampliada, intensificando as contradições próprias deste sistema, eclodindo as crises. O autor continua afirmando que, desde o final do século XX essas crises além de estarem mais duradouras, os longos períodos expansivos estão ficando cada vez mais escassos.

De acordo, portanto, com Mota (2009), as crises são funcionais ao modo de produção capitalista e aparecem como um desequilíbrio entre a produção e o consumo. Para a autora, as referidas crises afetam profundamente o proletariado, tendo em vista que ocorrem intensas mudanças no mercado de trabalho, a exemplo do desemprego, da perda salarial, do enfraquecimento das lutas e da capacidade organizativa dos trabalhadores. Ocorrem, pois, mudanças nos sistemas de proteção social, na

legislação trabalhista e sindical e nas relações entre o Estado, à sociedade e o mercado.

Os últimos acontecimentos mundiais apontam para a emergência de uma nova crise sistêmica do capital que teve início em meados dos anos 1987 no contexto da crise da Bolsa de Valores de Nova York, travando posteriormente outras crises⁴ como um efeito dominó. A profundidade e a extensão da crise atual são maiores do que as crises anteriores. “[...] quando o grande capital rompe o pacto que suportava o *Welfare State*, começa a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais [...]” (NETTO, 2012, p. 422).

Segundo Netto (2012), pode-se dizer, em resumo, que nenhuma das transformações econômicas, ideo-políticas e culturais ocorridas desde a década de 70 que marcam o tardo-capitalismo, alteram a essência exploradora da relação capital/trabalho, ao contrário, essas transformações potencializaram essa tendência exploradora do sistema capitalista, desde o processo de financeirização do capital, atividades especulativas, obsolescência programada, crimes ambientais, até a decadência ideológica do irracionalismo pós-moderno, por exemplo. O autor afirma também que o grande capital esgotou suas potencialidades progressistas, portanto, caminha para uma reversão das conquistas civilizatórias e para um estado de verdadeira barbárie.

Segundo Mandel (1982), uma das características do capitalismo em sua fase tardia é a crescente suscetibilidade do sistema social, bem como as explosivas crises econômicas e políticas que atingem diretamente o sistema. O Estado tem uma função importante e indispensável na administração dessas crises e desequilíbrios do capitalismo tardio, por meio de instrumentos, estratégias e modelos de políticas governamentais, também construindo todo um aparato de manipulação ideológica de forma que tudo que consta na sociedade pareça harmônico e principalmente natural e insuprimível, assegurando assim, a partir desse quadro geral, a valorização e a expansão do

⁴A crise dos tigres asiáticos em 1997 e a crise da bolha imobiliária dos EUA em 2007 são exemplos de crises que foram desencadeadas a partir da crise dos anos 1987. A crise da especulação imobiliária em especial, foi um importante acontecimento que contribuiu para o desencadeamento de uma crise econômica a nível mundial (NETTO, 2012).

capital, bem como, contendo as contradições cada vez mais explícitas e incontroláveis do sistema.

Segundo Braz (2012), nós vivemos a fase do capitalismo maduro, onde a barbarização da vida social é explicitada pelos péssimos indicadores sociais, pelo modelo destrutivo de expansão e pela financeirização do capital que, estabelecendo ampla margem para atividades especulativas aumenta as possibilidades de explosões de crises.

Nesse cenário, o centro do mundo gira em torno da valorização do capital desconsiderando por completo as necessidades humanas mais básicas. O foco é a produção e o consumo de mercadorias e serviços fetichizados, supérfluos, que derruem e alienam o homem e o trabalho, além de impulsionar a destruição do meio ambiente, tudo isso visando cada vez mais o crescimento das taxas de lucro.

Para Mészáros (2011a), a globalização imposta pelo sistema capitalista não foi capaz de superar as contradições e os antagonismos inerentes ao capital, tendendo a se manifestar de forma mais explícita nos períodos de crise, considerando que a própria globalização já é por si só, uma manifestação contraditória dessa crise que ao expandir o sistema capitalista por toda parte do mundo, faz isso de forma desigual, corroborando para o aprofundamento das desigualdades e do pauperismo entre os Estados-Nação que não se incluem nos países centrais.

As repercussões do processo de internacionalização e mundialização da economia, o desemprego estrutural e as transformações técnico-científicas da produção de bens e serviços, ao tempo que produz os avanços que atendem às novas exigências do capitalismo mundial, têm produzido e agravado os problemas socioeconômicos, em especial, dos países periféricos, evidenciados na crescente disparidade social revelada pelo aumento da pauperização da população.

Assim, Mészáros (2011b) se refere ao modo de produção capitalista como “sistema de reprodução sociometabólico do capital”, considerando que este abarca todos os âmbitos da vida humana, seja ele econômico, político, ideológico ou cultural, de modo que todos eles estejam inter-relacionados e conectados entre si numa teia social que se encontra totalmente imersos e que sofre todas as consequências resultantes das suas contradições.

A despeito de o capitalismo em sua fase atual está imerso em uma profunda crise estrutural não significa, necessariamente, que este sistema esteja à beira de um colapso, mas sim que nesta conjuntura esgotou-se todas as suas possibilidades civilizatórias e, portanto, positivas para a humanidade.

A expansão desenfreada do capital financeiro nesse momento e das atividades especulativas resulta, entre outros fatores, no enfraquecimento dos setores produtivos da chamada “economia real”, tendo como desdobramento o aumento do desemprego e, portanto, a pauperização da classe trabalhadora.

Tendo em vista o desenvolvimento e transformação contínua do processo histórico, o modo de produção capitalista, assim como qualquer outro modo de produção já existente na terra, tem um começo e um fim, pois, fundamentados no materialismo histórico dialético sabemos que nada é estático ou imutável.

Os períodos de crises capitalistas abrem espaço para a possibilidade de viabilização da superação radical do instituído e para construção de um novo tipo de sociabilidade, ou para a manutenção do *status quo*. Tudo depende das circunstâncias históricas gerais, da relação de forças na arena política e social e da capacidade crítica e organizativa do conjunto da classe trabalhadora.

É importante destacar que, como assegura Braz (2012), tentar apreender a crise atual como um fato isolado sem fazer as devidas conexões históricas além de levar a um entendimento equivocado da crise, leva também ao apontamento de saídas superficiais, por meio de promessas de cariz voluntarista ou mesmo soluções fatalistas.

A forte ofensiva do capital contra qualquer tentativa de superação do instaurado, enfraquece de forma acentuada a organização da classe trabalhadora, tanto pela cooptação das lideranças dos movimentos da classe trabalhadora pelo capital através de uma política de consenso, quanto pelos artifícios legais de opressão e da força repressiva do dito “Estado democrático” que se coloca contra os movimentos da classe trabalhadora.

Diante desse cenário, Braz (2012) comenta acerca da situação das lutas de classe na atual conjuntura. O autor aponta que a ofensiva neoliberal lança uma tendência contrarrevolucionária em que a classe trabalhadora se encontra numa posição defensiva, pulverizada e que não almejam em suas perspectivas de luta a ruptura com a lógica capitalista nem a construção de outra sociedade.

Nesse sentido, as lutas de classe no cenário contemporâneo se concentram em conquistas pontuais e dentro dos limites do capital.

Mészáros (2011a) é enfático ao defender que, qualquer tentativa de superar o sistema capitalista que se resume a ações pontuais no âmbito apenas institucional ou político não é, nem de longe suficiente para destruí-lo. É necessária a busca de uma alternativa societal na perspectiva de construir um novo modo de produção, bem como uma nova forma de vida livre da exploração e da alienação.

De acordo com Netto (2012), nesse processo de barbarização da vida social no capitalismo tardio há uma tendência a substituir o Estado de Bem Estar Social por um Estado Penal, onde a repressão estatal se dirige às classes subalternas, constituindo um estado de guerra e conflito permanente.

A superação do modo de produção capitalista e a transição para o socialismo em nível mundial defendido por Marx se mostra agora, depois de mais de cem anos de sua morte, uma atualidade e, sobretudo, uma necessidade urgente se considerarmos os caminhos bárbaros da expansão destrutiva que compõe a atual crise estrutural do capital.

Um dos pré-requisitos para a efetivação da transição e construção de uma sociabilidade socialista humanamente emancipada, conforme Mandel (1982), é a conquista do poder político e a derruição do Estado burguês pelo conjunto dos produtores livres associados.

O mundo assiste a guerra ceifando vidas, a emergência de governos extremamente conservadores, intolerantes e reacionários que legitimam preconceitos de todos os tipos, xenofobia, violência, assim como a pauperização e miserabilidade da população excluída dos centros capitalistas a qual se inclui imigrantes, refugiados de guerras e conflitos, negros, LGBTQIA+, entre outras.

Enfim, embora a crise capitalista contemporânea tenha alcance mundial, afetando todo o planeta, ela se expressa de forma mais acentuada nos países tidos como periféricos dentro da divisão internacional do trabalho, pois se encontram em posição subalterna com relação aos países centrais. Diante do exposto, discutiremos brevemente a seguir, as inflexões dessa crise estrutural capitalista na particularidade brasileira, considerando sua posição periférica e subalterna dentro da divisão internacional do trabalho.

2.2 Expressões da crise estrutural do capitalismo na particularidade brasileira

No que diz respeito às manifestações da citada crise estrutural capitalista na particularidade do Brasil é fundamental termos a clareza das especificidades do país na sua inserção na divisão internacional do trabalho, da sua formação sócio-histórica e das especificidades do capitalismo aqui implantado. Já é consenso na literatura que trata do tema que a sociedade brasileira é historicamente fundamentada a partir de uma base colonial escravista, pautada por um profundo conservadorismo⁵ reacionário que, segundo Mazzeo (2015) se expressa tanto nas ideias da classe dominante, como nas suas práticas político-econômicas.

Mazzeo (2015) destaca dois aspectos da particularidade do processo de formação do Estado Nacional brasileiro. O primeiro se refere ao fato de que o Brasil apresenta elementos ideológicos comuns às formações sociais de países que vivenciaram um desenvolvimento capitalista tardio e subordinado. O segundo se refere à situação particular de escravismo e latifúndio, marcantes no processo histórico do país. Esse quadro, para o citado autor, constitui e reforça a raiz conservadora e reacionária da formação brasileira, bem como sua posição periférica dentro da lógica capitalista e débil em relação às etapas de desenvolvimento, se comparado aos países centrais.

Na segunda metade do século XVII, o Brasil, apesar das restrições coloniais, já tinha atingido um nível considerável de exportações para diversos países, o que revela o seu caráter histórico como um terreno de exploração e extração de riquezas e matérias prima em geral.

O capitalismo na sua fase madura foi reforçado no Brasil a partir da conjuntura de 1808, quando o país passou progressivamente a se desvencilhar e a romper com os interesses exclusivos de Portugal, passando a direcionar suas atividades também para outros países, processo este que caminhava para a independência do país. Todavia, é importante sinalizar que o Brasil era

⁵ Sobre o pensamento conservador, consultar: Escorsim Netto (2011).

marcado pelo trabalho escravo que só foi abolido anos mais tarde, o que faz com que o país carregue esse ranço escravista arcaico até os dias atuais, tanto no preconceito racial ainda arraigado na sociedade brasileira, quanto em tipos de trabalho análogos ao trabalho escravo.

O processo da independência do Brasil foi liderado pela camada social da burguesia latifundiária, fazendo com que o Estado instituído pós-independência fosse pautado por diretrizes ideológicas que barravam qualquer tentativa de transformação mais radical, democrática e com a efetiva participação popular, conformando uma independência política e econômica longe de significar um desenvolvimento de fato independente dos países centrais. O Brasil permaneceu, portanto, no contexto mundial como um país dependente.

Nesse sentido, afirma Mazzeo (2015 p.83):

Desde a sua formação, o Estado Nacional brasileiro trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista (em que se insere Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária.

Assim, o pensamento conservador que nega o ideário revolucionário, fundamenta o conservadorismo das elites brasileiras, além de ser funcional à manutenção do *status quo*. Assim, o passado colonial e escravista se conciliava com novas formas de organização política com reformas pelo alto.

Mazzeo (2015) destaca também que a “via clássica” de desenvolvimento capitalista expressa às conjunturas onde houve de fato uma destruição radical do modo de produção feudal por meio de um processo revolucionário encabeçado pela burguesia nascente. Esse processo da “via clássica” ocorreu, por exemplo, na particularidade da Inglaterra e da França em 1640 e em 1789 respectivamente.

Ao passo que, segundo o autor a “via prussiana” do desenvolvimento capitalista expressa os processos em que a burguesia não segue o caminho de uma ruptura revolucionária e radical com o feudalismo. Nessas conjunturas, a

passagem do feudalismo para o capitalismo se dá de forma lenta e sem rupturas radicais, a revolução dá lugar às reformas modernizadoras numa conciliação entre nobreza e burguesia nascente, o que configura também uma conformação ideológica que se difere dos países que passaram por uma via clássica de desenvolvimento capitalista, conformando um liberalismo conservador⁶ e conformista como o que aconteceu, por exemplo, na Alemanha.

A democracia burguesa estava alinhada aos limites postos pelo modo de produção capitalista, sem poder, contudo, excedê-la, estabelecendo, assim, uma democracia limitada e direcionada para a classe detentora dos meios de produção, enquanto a classe trabalhadora se encontrava relegada à própria sorte, à exclusão social ou na melhor das hipóteses, às mínimas ações governamentais e mesmo à comoção pessoal da sociedade civil, através de iniciativas caritativas e voluntaristas.

Esse quadro histórico é importante para situar as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Concordando com Mazzeo (2015), o desenvolvimento do capitalismo na particularidade brasileira se aproxima em larga escala com a via prussiana, porém, soma-se a este cenário o fato da gênese colonial da formação brasileira, trazendo desdobramentos para a conformação do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, o autor adota o termo “via prussiano-colonial” para caracterizar o processo de desenvolvimento do capitalismo, considerando as peculiaridades brasileiras.

Como destaca Mazzeo (2015 p. 106 e 107)

[...] na via prussiano-colonial a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto “elo débil” do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico.

⁶ É importante sinalizar que, no início do avanço da consolidação burguesa, esta classe recorreu a uma prática revolucionária que se apresentava contra as forças do antigo regime feudal, nesse momento, o liberalismo burguês era um movimento revolucionário. Entretanto, quando a burguesia consolidou sua hegemonia, abandonou o seu caráter revolucionário e se tornou classe conservadora, internalizando princípios e valores conservadores, pois, naquele momento o interesse da burguesia era exatamente conservar e manter seu poder hegemônico. Para maiores informações confira: Mazzeo (2015).

O capitalismo no Brasil é também marcado por um desenvolvimento tardio com relação a outros países capitalistas, assim como, o processo de construção do Estado Brasileiro é grifado por uma profunda exclusão das massas populares.

Em linhas gerais, podemos dizer que o processo de modernização do Brasil ocorreu na perspectiva de manter a tradição colonial do modelo produtivo, conciliando a burguesia agroexportadora com a burguesia industrial internacional, principalmente a britânica. Nesse arranjo de conciliação, a burguesia brasileira foi subordinada aos polos centrais do capitalismo.

Segundo Fernandes (1987, p.212) o padrão de dominação burguesa no Brasil é plasmado por uma mentalidade fundamentalmente conservadora. Para o autor a democracia burguesa brasileira é uma “democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa”.

Portanto, conforme Fernandes (1987 p.214) “[...] a democracia burguesa aparece como conexão histórica não da revolução nacional e democrática, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ela supõe”.

Em resumo, de acordo com Santos (2004) o capitalismo apresenta na particularidade brasileira características marcadamente corporativistas e clientelistas com cúpulas partidárias privilegiadas mantidas por meio de barganhas. Fundamentado a partir de um profundo autoritarismo político, o Brasil é historicamente marcado por uma acentuada centralização política e financeira a nível federal; uma grande fragmentação institucional, bem como uma burocratização excessiva. É possível mencionar também a exclusão da população e de sua participação sociopolítica nos processos decisórios, tendo como consequência a ausência do controle público, abrindo espaço para diversos tipos de corrupção.

Considerando a posição periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho, as características destrutivas do capitalismo na sua fase madura tendem a ser aprofundadas e potencializadas, carregando uma forte herança arcaica que ainda permanece arraigada na sociedade brasileira.

De acordo com Santos (2012) já nos anos pós 1964 que compreende ao período em que o Brasil vivenciou um governo ditatorial, ocorreu à primeira reforma trabalhista na qual se legitimou a flexibilização estrutural e a precarização do trabalho, resultando em alto grau de rotatividade e desemprego. Esse quadro apontou que, diferente dos países centrais onde a flexibilização e a precarização do trabalho emergiram com mais solidez como resultante das estratégias utilizadas pelo capital para conter a crise iniciada em 1970, na particularidade brasileira essa conformação de precarização já estava presente desde o período da industrialização pesada.

Com relação ao poder organizativo da classe trabalhadora, Santos (2012) aponta que a longa tradição escravista teve impacto direto no processo de organização dos trabalhadores. Na conjuntura brasileira, a repressão sofrida pelas ações sindicais, a ausência de negociações coletivas nos moldes do sindicalismo clássico, o autoritarismo, o corporativismo e o patrimonialismo nas relações trabalhistas conformam “uma cultura política de subserviência e naturalização da superexploração do trabalho [...]”, como afirma Santos (2012 p. 139). Nesse sentido, as relações e condições de trabalho na particularidade brasileira foram sendo desenvolvidas através de políticas de alcance restrito, não universalizantes e antidemocráticas.

O contexto brasileiro do pós 1964 foi marcado por um aprofundamento da concentração de renda e, conseqüentemente, pelo aumento das desigualdades sociais. Nesse período foi possível identificar políticas de arrocho salarial, pouca intervenção estatal nas áreas de saúde, educação e outros serviços básicos, fazendo com que a classe trabalhadora ficasse refém de políticas sociais compensatórias, as quais eram direcionadas para atenuar as situações mais extremas e emergenciais.

No período ditatorial, as políticas sociais ao mesmo tempo em que eram implementadas a partir de um aparato estatal extremamente burocrático, emergia também no cenário nacional o processo de privatização que transferia a prestação de serviços para o setor privado.

Então, se na conjuntura dos anos 1950 até fins dos anos 1960 os países capitalistas centrais, especialmente a Europa e os Estados Unidos vivenciaram o fordismo associado ao modo de regulação keynesiano onde ocorria uma revolução das forças produtivas, crescimento econômico, uma considerável

intervenção estatal, uma política pautada no pleno emprego e negociações coletivas pelo nível de organização sindical, o Brasil, longe de vivenciar uma experiência parecida, já convivia com a flexibilidade e a precarização das relações de trabalho e suas inúmeras e negativas resultantes como problemas estruturais da formação nacional.

Havia também na conjuntura brasileira baixa organização sindical e pouca ou nenhuma liberdade política, pautada numa legislação autoritária e repressiva. Diante desse contexto, Santos (2012) defende que, ao contrário do pleno emprego vivenciado no fordismo clássico dos países cêntricos, o desemprego era um componente estrutural do “fordismo à brasileira”.

A conjuntura dos anos 1970/80 no Brasil foi marcada por um período de redemocratização após o país passar por um governo ditatorial (1964-1985). Neste período a classe trabalhadora, em especial o sindicalismo brasileiro vivenciava um momento de significativo nível organizativo.

De toda forma, na Constituição Federal de 1988, apesar das inegáveis conquistas resultantes dos movimentos e das lutas da classe trabalhadora, não houve grandes mudanças com relação à essência corporativista do sindicalismo brasileiro, como consequência, a precarização e a flexibilização das relações de trabalho se fundamentaram como uma marca estrutural enraizada e ativamente presente desde a abolição da escravatura e emergência do trabalho “livre”.

No atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, pode-se verificar também que a lógica capitalista acaba perpassando todos os âmbitos da vida social, seja cultural, econômico, político e ideológico. Nesse processo, ganha espaço o desenvolvimento de formas culturais que são difundidas pelos diversos meios de circulação e comunicação, colaborando na incorporação da lógica capitalista, bem como na criação de novas necessidades fetichizadas por parte dos indivíduos que compõem a sociedade.

Grande contribuinte neste processo de incorporação naturalizada da lógica capitalista é o pensamento pós-moderno que passa a ser difundido pelos intelectuais da burguesia em meados dos anos 1980, defendendo a ideia do fim da modernidade e a emergência da pós-modernidade, com ênfase no micro, no efêmero e no relativismo exacerbado.

Netto (2012) destaca que na atual conjuntura o pensamento pós-moderno é funcional à manutenção do sistema capitalista, pois, à medida que nega a historicidade, a dialética, a totalidade e as contradições da realidade social, contribui para a naturalização da ideia de que o capitalismo é o único sistema possível, portanto, inevitável e insuprimível.

A atual crise capitalista também fez com que se operassem mudanças significativas no âmbito político, especialmente no que diz respeito ao papel do Estado e da sociedade civil. Nesse contexto pode-se destacar o enfraquecimento de partidos políticos de viés mais progressista e a emergência de partidos essencialmente conservadores, bem como o aparecimento na cena político-social dos chamados “novos movimentos sociais” que tem como característica essencial a perda da perspectiva da luta classista e de superação do capitalismo. Assim, os novos movimentos sociais, ao perder a perspectiva de totalidade, se limitam a lutas no plano da ampliação da cidadania e da emancipação política.

Com a vitória nas eleições de 1990, Fernando Collor de Melo incorporou o neoliberalismo no Brasil, sob a justificativa de estabilizar a economia com políticas de combate à inflação, como se essa fosse à única solução possível para recuperar o crescimento econômico do país. Todavia, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 - 2003), influenciado pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM)⁷, que o neoliberalismo foi consolidado no país através de uma reforma do Estado brasileiro, elaborada pelo então ministro Bresser Pereira, que aderiu a um modelo gerencial descentralizado, na perspectiva da eficiência e do controle de resultados. A adesão também às formas de gestão flexível com ênfase na redução de gastos, a publicização que transfere para o setor público-não-estatal a execução de serviços estratégicos, como por exemplo saúde e educação, bem como as privatizações, que transferem para o setor privado serviços altamente lucrativos. Implicando um retrocesso das

⁷ Considerando a crise estrutural que despontou no cenário mundial a partir dos anos 1970, os organismos multilaterais se apresentam como intelectuais da burguesia com o objetivo de orientar estratégias para a reversão desse quadro de crise e manutenção da hegemonia capitalista. De acordo com Bastos (2014 p.93 e 94) o BM surge “no bojo da reestruturação institucional capitalista pós-Segunda Guerra mundial como órgão multilateral instrumental à dominação econômico-política dos países do G7, liderados pelos EUA, notadamente na condução do processo de conformação das políticas econômicas dos países periféricos [...] que subordinam o destino da humanidade aos seus objetivos de desmedida ambição e poder.

conquistas sociais, bem como nos princípios da universalidade e gratuidade, que apesar de estarem previstos constitucionalmente, não foram consolidados em sua plenitude.

É nessa conjuntura que se aprofunda e se consolida o processo de mercantilização da educação, especialmente no âmbito do ensino superior, que se apresenta como um nicho altamente lucrativo para o capital e se torna alvo dos ataques das grandes empresas que passam a oferecer um ensino enquadrado nos ditames dos organismos multilaterais, comprometido com uma formação dirigida para o mercado de trabalho, em detrimento de um ensino crítico emancipador.

Portanto, com a adesão ao neoliberalismo, o Brasil se inseriu de forma subalterna no processo de mundialização do capital, fazendo com que o país se submetesse à lógica da financeirização do capitalismo global, que para estabilizar o sistema monetário e atrair capitais estrangeiros, passou a aplicar uma política de juros elevados e arrocho salarial, resultando em consequências negativas para a economia e para o mundo do trabalho com o aumento do desemprego e a expansão de contratos de trabalho precários e informais.

Segundo Netto (2012) ocorreu nesta conjuntura à chamada “desterritorialização” dos polos produtivos a partir da descentralização da produção à medida que as grandes empresas atraídas por vantagens de investimentos e mão de obra barata se deslocaram dos países centrais e se estabeleceram nos países periféricos. No mundo do trabalho a flexibilização, além de derruir o modelo produtivo que caracterizava o período da industrialização pesada, anulou inúmeros direitos e garantias trabalhistas conquistados à duras penas, através das lutas da classe trabalhadora.

O Estado passou por uma profunda refuncionalização com a diminuição do seu poder de regular a economia como estratégia para fortalecer e maximizar a acumulação capitalista. Assim, a partir da sua refuncionalização, o Estado passou a ser guiado mediante a defesa de bandeiras como a flexibilização, desregulamentação e privatização, que tem como resultante o enfraquecimento das políticas públicas e dos direitos sociais. Direitos estes que passaram a ser mercantilizados ou oferecidos através de parcerias com a sociedade civil, principalmente por meio das ONGs de caráter voluntarista, provocando a despolitização das demandas democráticas, bem como

descaracterizando-as, incorporando a ideia de concessão de favor, graças à caridade e a filantropia de parte da sociedade civil.

Conforme Netto (2012), desde os anos 1980 as taxas de desemprego vem aumentando exponencialmente. Paralelamente, evidencia-se o aumento da exploração da força de trabalho, baixa salarial e precarização das condições de vida do proletariado que se encontra cada vez mais refém ou das políticas neoliberais restritivas e focalizadas ou do Estado Penal que, através da repressão estatal tratam as desigualdades sociais como caso de polícia, punindo de forma violenta as classes subalternas.

Nesse lapso temporal, o próprio enfraquecimento da capacidade organizativa da classe trabalhadora e o pensamento pós-moderno acabaram por capturar a subjetividade da classe trabalhadora, fazendo com que o trabalhador passasse a naturalizar e a não questionar a superexploração da sua força de trabalho, principalmente pela difusão das ideias de trabalhador colaborador e da ideia de meritocracia, incorporando a concepção mercadológica de educação que forma para o mercado de trabalho e que a qualificação se limita a ideia de aperfeiçoar as técnicas para o trabalho. Portanto, o trabalhador passou a ser o responsável pela sua empregabilidade.

Assim, no contexto das particularidades do Brasil, tendo em vista sua posição periférica e subdesenvolvida no quadro do capitalismo global, buscaremos debater a seguir como se expressam algumas mediações do capital para responder essa situação de crise estrutural a partir da particularidade Brasileira. Tendo em vista a impossibilidade de refletir acerca de todas as estratégias utilizadas pelo capital para reverter o quadro de crise, elencamos o processo de reestruturação produtiva que deu origem as significativas transformações no mundo do trabalho e a adoção da política neoliberal e as contrarreformas, em especial a contrarreforma do ensino superior, por considerarmos relevantes mediações para a discussão do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social na atual conjuntura.

3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO, A POLÍTICA NEOLIBERAL E A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS DO CAPITAL

3.1 A reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho

No contexto de crise estrutural do capital o Brasil, incorporando as recomendações do FMI, do BM e de outras instituições financeiras, vem implementando desde fins dos anos 1980 através do aparelho estatal, uma série de contrarreformas, particularmente no âmbito trabalhista a fim de diminuir os custos do trabalho, intensificando a superexploração e a precarização da força de trabalho, logo, provocando a destruição de direitos.

No Brasil, o processo da reestruturação produtiva se iniciou na conjuntura dos anos 1980, ganhando força no governo FHC nos anos 1990 com as privatizações, terceirizações, redução de direitos trabalhistas e aumento da informalidade.

De acordo com Santos (2012), na conjuntura brasileira dos anos 1990 se propagou uma ideologia específica para justificar a incorporação de políticas neoliberais, marcadamente desregulamentadoras como forma de modernizar o país, sob o argumento de que o Brasil possuía uma economia muito fechada e inflexível. Todavia, sabe-se que, como já pontuado, o Brasil sempre teve um nível considerável de abertura para o mercado externo como marca histórica e uma das principais causas da situação de vulnerabilidade a qual o país se encontra inserido historicamente.

Tal situação se acentuou a partir da conjuntura dos anos 1980, quando as bases do padrão desenvolvimentista (que emergiu nos anos 1950) são reformuladas, sendo responsáveis, segundo Santos (2012) por boa parte dos condicionantes do desemprego na conjuntura dos anos 1980. Segundo a autora, o esgotamento desse padrão desenvolvimentista que compreende o período da industrialização pesada no Brasil, repercutiu diretamente no âmbito do mercado de trabalho, demandando um novo perfil de profissional polivalente e aprofundando a instabilidade, a flexibilização e a informalidade das condições e relações trabalhistas.

Assim, o aprofundamento e a extensão do desemprego e da flexibilidade na conjuntura brasileira dos anos 1980 resultaram:

[...] da crise do padrão de desenvolvimento associado ao capital monopolista que, simplesmente, reduz os seus investimentos diretos em países como o Brasil como parte de sua estratégia de reestruturação mundializada. (SANTOS, 2012 p. 209)

Em concordância com Santos (2012 p.228) “[...] esses trabalhadores com inserção precária no mercado de trabalho tem, também, precarizada, a sua capacidade de identificação com as lutas sociais organizadas [...]”. Nesse contexto, o processo de desindustrialização e de privatizações no âmbito da reestruturação produtiva e da política neoliberal tem como um dos resultados, o crescimento significativo da inserção de trabalhadores no setor de serviços, cada vez mais submetidos à racionalidade do capital e à lógica dos mercados.

Assim, na particularidade brasileira, o processo de reestruturação produtiva não se fundamentou, essencialmente, na introdução e no desenvolvimento de novas tecnologias, mas também na busca pela diminuição dos custos do trabalho.

Alves (2009) comenta que a precarização do mundo do trabalho é resultante do novo metabolismo social que se instituiu a partir da reestruturação produtiva do capital e da emergência do Estado neoliberal. As principais características desse processo são a intensificação e ampliação da exploração da força de trabalho através de vários mecanismos como a desregulamentação, a terceirização e a flexibilização das condições e relações de trabalho, por exemplo, o enfraquecimento da capacidade organizativa da classe trabalhadora e do movimento sindical e o aumento do desemprego estrutural.

Sabe-se que a terceirização contribui também para o aprofundamento da vulnerabilidade dos trabalhadores inseridos nesta modalidade de contrato, tendo em vista que viabiliza a baixa salarial, a insalubridade nos locais de trabalho, a extensão da jornada de trabalho, entre outros elementos que conjugados, tem como desdobramento a precariedade e miserabilidade humana e social da classe trabalhadora.

O processo da reestruturação produtiva no contexto da mundialização do capital, também na particularidade brasileira, impulsionou o aumento substancial do subproletariado inserido nas mais precárias formas de trabalho e o desemprego estrutural. Nesse sentido,

O que o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar - e impulsionar com maior aceleração histórica – as perversidades da lei geral da acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho e da perspectiva de classe. (ALVES, 2005 p. 65)

É interessante destacar que, a partir da reestruturação produtiva e de todas as transformações objetivas que ocorreram no âmbito do mundo do trabalho, ocorreu também, por parte do capital, a captura da subjetividade da classe trabalhadora que, por meio de um longo e contínuo processo de alienação fez com que essa passasse a incorporar os interesses da burguesia como se fossem seus, perdendo a consciência de classe para si e de seus interesses antagônico ao do capital. Como exemplo podemos citar a substituição de termos como “empregado” por “colaborador” ou “parceiro da empresa”, passando a ilusão para o trabalhador de que quanto mais ele “colaborar” para o crescimento da empresa através da superexploração da sua força de trabalho, mais ele crescerá, podendo até alcançar posições consideráveis dentro da hierarquia do seu local de trabalho, ocultando assim a realidade de que, independente da posição ocupada, o indivíduo permanece compondo a classe trabalhadora.

Antunes e Alves (2004, p. 345) afirmam que, no modelo anterior, que compreendia o período do Taylorismo/Fordismo, a captura da subjetividade operária atingia o âmbito formal, tendo em vista que, neste tempo o sistema capitalista estabelecia uma racionalização incompleta incapaz de atingir todos os âmbitos objetivos e subjetivos da classe trabalhadora, ao passo que, no modelo Toyotista flexível, o capitalismo tem como horizonte a captura e o controle total da classe trabalhadora, instaurando "a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital".

Segundo os supracitados autores, inúmeras formas de fetichização e reificação permeiam o mundo do trabalho, repercutindo com a mesma intensidade fora do mundo do trabalho, a exemplo do espaço da reprodução da vida social da classe trabalhadora que gradativamente incorpora necessidades fetichizadas de consumo e de reprodução da vida social de forma alienante. Entretanto é preciso pontuar que, a classe trabalhadora apesar de estar subordinada aos interesses do capital, não é totalmente passiva, mas sim, uma classe que vive em permanente luta com a classe burguesa, explicitando a dialética da realidade concreta que vive em constante transformação, conflitos e lutas e correlações de forças.

Portanto, como ressalta Lourenço (2015), os avanços das forças produtivas através do desenvolvimento tecnológico, associado aos novos métodos de gerir o trabalho, exigem novas habilidades tanto técnico-operacionais, quanto comportamentais (subjetivas) dos trabalhadores, repercutindo diretamente na identidade e na dignidade daqueles que compõem a classe trabalhadora. Segundo a autora, a nova gestão do trabalho, baseada nos princípios do Toyotismo e do neoliberalismo, impõe metas que só podem ser alcançadas através da profunda deterioração da saúde física e mental da classe trabalhadora.

Além disso, uma série de dispositivos e estratégias coercitivas o capital se utiliza para controlar o trabalho, podemos citar como exemplo as ações flexibilizadoras e desregulamentadoras da política neoliberal, bem como a ameaça constante do desemprego estrutural que acaba forçando o trabalhador a se submeter a trabalhos extremamente precários e sem proteção trabalhista.

Nessa conjuntura, o sistema capitalista tende a instituir uma polarização no interior da classe trabalhadora, ou seja, de um lado se encontra uma pequena parcela de trabalhadores formais, regulamentados e protegidos com direitos trabalhistas e de outro lado a grande maioria que se subdivide em dois polos: o primeiro grupo de trabalhadores, inseridos nas mais diversas formas de trabalho precarizado e desregulamentado com pouca ou nenhuma garantia trabalhista e outro grupo, formado por um crescente exército industrial de reserva, público alvo das políticas sociais, principalmente as políticas de transferência de renda ou mesmo, dependentes da iniciativa privada ou da solidariedade do terceiro setor e da sociedade civil de modo geral.

Assim, fundamentando sua plataforma de governo a partir das influências de importantes organismos multilaterais como o FMI, o BM e a Organização Mundial do Comércio (OMC), o governo de FHC defendeu que a excessiva regulação estatal na esfera mercantil e econômica acabaria por obstaculizar o fluxo necessário para o pleno desenvolvimento do mercado de trabalho e dificultaria em grande medida a livre negociação entre empregado e empregador.

De acordo com Krein e Oliveira (2003), desde o final dos anos 1980 pode-se verificar a existência do debate acerca da necessidade de uma reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil, tendo em vista que foi neste período onde ocorreram as primeiras iniciativas governamentais na perspectiva de alterar a Legislação Trabalhista. Nesse processo, em meados dos anos 1990 começaram a tomar força e espaço político às iniciativas que partiam principalmente, das grandes corporações empresariais do país e que tendiam para a desregulamentação e para a flexibilização das condições e relações de trabalho. Nesse contexto, os interesses e posições do empresariado passaram a fundamentar e a orientar as principais iniciativas no período do governo de FHC, principalmente as iniciativas no âmbito do mundo do trabalho.

Sabe-se que a política neoliberal foi consolidada no Brasil na conjuntura do governo FHC, quando o então Ministro Bresser Pereira liderou a formulação e implementação do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE – MARE), aprovado em Setembro de 1995, sob a justificativa de que o país fora atingido pela crise fiscal dos anos 1980, bem como pelo alto grau de intervencionismo Estatal e o aumento das dívidas externa e interna, quadro que se desdobrava em um profundo déficit público e inflação.

Assim, considerando o Estado rígido, lento, burocrático e ineficiente, o Plano de Reforma do Estado propôs uma redefinição do papel do Estado através de reformas econômicas orientadas para o mercado, abertura comercial, austeridade fiscal e privatizações, transferindo para o setor privado o patrimônio público e serviços públicos estratégicos como saúde, educação e cultura, por exemplo, que passaram a ser geridos pelo mercado, ou seja, através dessa medida, ocorreu a mercantilização de direitos públicos que deveriam ser garantidos gratuitamente pelo Estado.

Os intelectuais orgânicos da burguesia, a exemplo de Hayek, Popper e Lippman⁸, que desenvolveram a ideia da necessária incorporação do ideário neoliberal por acreditar que esta seria a melhor estratégia para conter a profunda crise dos anos 1970, defendiam que o neoliberalismo estabeleceria um Estado orientado para enfraquecer e fragmentar a capacidade organizativa da classe trabalhadora, em especial do movimento sindical; cortar encargos sociais e investimentos nas políticas públicas; estabilizar a economia através de uma política monetária de ajuste fiscal e reformas fiscais direcionadas para a privatização do patrimônio público; um Estado desregulamentado no âmbito econômico e liberalizante no âmbito do mercado. Acreditando que essas medidas gerariam a diminuição inflacionária e o aumento da taxa de crescimento econômico, o que não ocorreu, tendo em vista que aquela conjuntura abriu largas possibilidades de incentivo às atividades especulativas, do aumento do desemprego, das desigualdades sociais e do pauperismo.

O governo FHC ressaltou que a Legislação Trabalhista apresentava detalhes de forma excessiva, fazendo com que as contratações formais, bem como eventuais dispensas fossem muito onerosas, o que justificaria o desenvolvimento de políticas direcionadas para a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas para simplificar ao máximo a legislação trabalhista e previdenciária. O governo acreditava que aplicando essas estratégias, aumentaria a produtividade e a competitividade das empresas e viabilizaria a criação de empregos. Outro ponto destacado pelo governo foi à rigidez e o alto valor dos encargos sociais que por serem determinados por lei, eram inegociáveis e representavam um custo muito elevado para as empresas.

Apesar de não ter efetivado uma reforma profunda no sistema corporativo, o governo aplicava políticas pontuais por meio de medidas provisórias, decretos e portarias que alteravam alguns pontos da legislação

⁸ Segundo Chauí (1999) a economia política neoliberal nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman que se opunham ao Estado de bem estar social keynesiano, elaborando um projeto econômico e político atacando o Estado Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, defendendo que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Assim, com a emergência da crise dos anos 70, este grupo passou a ser visto como grupo que oferecia a suposta explicação para a crise, qual seja o poder excessivo do Estado, dos sindicatos e dos movimentos da classe trabalhadora que pressionavam por aumentos salariais e aumento dos encargos sociais, derruindo as taxas de lucros das empresas e indústrias, desencadeando os processos inflacionários incontrolláveis.

trabalhista que tendiam para a desregulamentação e flexibilização das condições e relações trabalhistas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2014, apontam que a taxa de desemprego, entre 1994 e 2000, passou de 5,2% para 12% após a introdução das medidas neoliberais.

Referente à flexibilização Alves (2009, p. 195) pontua:

No período da 'década neoliberal' ganhou força a 'terceirização', com a contratação de empresas prestadoras de serviço e a de trabalhadores autônomos. Embora o maior percentual de contratação salarial ainda sejam as contratações não flexibilizadas (que decresceu de 79,1%, em 1989, para 64,6%, em 2001), a contratação flexibilizada, no decorrer da década de 1990, cresceu mais de 50%.

Nesse ambiente, o governo lançou a Lei Nº 9.601/98 e o Decreto Nº 2.490 que propunha o contrato de trabalho por prazo determinado como justificativa para combater o desemprego, todavia acabou por aprofundar a precariedade e a instabilidade das condições trabalhistas, além de não resolver o problema do desemprego, tendo em vista que este se encontra na base dos fundamentos da própria lógica capitalista. Vale pontuar que a alteração do Art. 59 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), da Lei Nº 9.601/98 e do Decreto Nº 2.490/98 que estabelecia o Banco de Horas com o objetivo de flexibilizar a jornada de trabalho. A partir desses dispositivos a jornada de trabalho poderia ultrapassar às 44 horas semanais sem o pagamento de horas extra. Outro destaque do governo FHC foi a Medida Provisória Nº 1.709/98 que regulamentou o trabalho parcial, admitindo uma jornada de até 25 horas semanais. A partir desse dispositivo, o salário, as férias e os demais direitos trabalhistas passaram a ser proporcionais à jornada de trabalho.

No governo Lula (2003-2011), a política macroeconômica, principalmente, no seu primeiro mandato (2003-2006) foi mantida a plataforma de governo anterior, através de práticas que buscavam o controle inflacionário, a abertura comercial e o consequente aumento da competitividade, privatizações,

desregulamentação do mercado de trabalho, controle dos gastos públicos e redução das funções do Estado.

No âmbito do mundo do trabalho, pode-se verificar que, apesar da grande expectativa por parte da classe trabalhadora da emergência de um governo que representasse, de fato, os interesses da classe trabalhadora, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) incorporou a agenda neoliberal do governo anterior, com algumas alterações⁹, mas em essência, permaneceu tendo como perspectiva governamental responder aos interesses do grande capital.

Podemos destacar a Lei Nº 11.101/05 que trata sobre Falências e Recuperação Judicial. De acordo com as análises de Krein, Santos e Nunes (2012), essa Lei resultou em perda de direitos trabalhistas à medida que ofertava maior proteção às instituições financeiras, proporcionando garantias aos bancos e seus empréstimos e também por privilegiar o pagamento do passivo trabalhista em caso de falência da empresa. Outra medida foi a Emenda Constitucional Nº 41/2003 que estabeleceu alterações no sistema previdenciário do serviço público, atingindo diretamente os direitos dos servidores ativos e inativos, tendo em vista que designou o fim da integralidade e da paridade da aposentadoria, o que favoreceu os fundos de pensão privados, reduziu direito e obstaculizou a conquista da aposentadoria.

O governo Lula, contraditoriamente, através de uma política de consenso também aplicou medidas que se distanciavam um pouco da agenda neoliberal, ampliando a regulação pública do trabalho por meio da política de valorização do salário mínimo, ampliação do seguro desemprego e aumento da formalização do emprego.

No segundo mandato, o governo Lula foi marcado por um considerável crescimento econômico, fortalecimento das políticas públicas e da organização sindical, desenhando um cenário social de redução do desemprego, aumento

⁹ Há um debate caloroso e heterogêneo em torno da discussão acerca das ideologias e agendas programáticas de governo, principalmente no que diz respeito à questão da ideologia social-liberal e sua emergência no cenário Brasileiro. Considerando a complexidade e a falta de consenso entre os principais teóricos que abordam este tema e também por considerar que não se trata do objetivo deste trabalho, decidimos não adentrarmos nessa discussão. Contudo, a título de informação, elucidamos que em todo percurso histórico político brasileiro, embora com certas diferenças entre cada governo, todos tinham em comum o fato de estarem inseridos na lógica capitalista e, portanto, atendiam de formas diferenciadas, em maior ou menor intensidade, os interesses do capital.

do poder de compra da classe trabalhadora, entre outros. Resultado, pois, de uma série de iniciativas progressistas tanto no âmbito econômico, quanto no âmbito político, orientando práticas de valorização do salário mínimo, do fortalecimento do emprego formal e do combate ao trabalho infantil, da expansão do Programa Bolsa Família e da formulação de políticas de Promoção do Desenvolvimento da infraestrutura da promoção industrial e de desenvolvimento Regional, conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Todas essas medidas acabaram por explicitar conquistas significativas para a classe trabalhadora neste período.

Nesse cenário foi possível verificar também o aumento dos postos de trabalho, dos rendimentos e do poder de consumo da classe trabalhadora. Outro aspecto relevante destacado por Rodrigues, Ramalho e Conceição (2008) foi o crescimento do emprego formal no período de 2002 a 2006, explicitando uma contratendência do governo anterior onde predominava a desregulamentação e a informalidade. Assim, o segundo mandato de Lula foi marcado por uma política de estímulo a formalização do mercado de trabalho, redução do desemprego, valorização salarial e inclusão social através principalmente das políticas compensatórias de transferência de renda. Essas iniciativas tiveram como resultante o aumento da arrecadação tributária e das contribuições previdenciárias, explicitando o crescimento econômico e a diminuição da extrema pobreza vivenciada no país.

De acordo com levantamento realizado pelo IBGE, em 2006 a população ocupada teve um crescimento médio de 2.3% com relação ao ano de 2005 e de 8,6% em comparação ao ano de 2003. A pesquisa aponta que, dentre as formas de inserção, a categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, se destacou com maior elevação no período entre 2005 e 2006, por volta de 5,2%. Em suma, nos oito anos do governo Lula foi criado cerca de 15 milhões de vagas de trabalho com carteira assinada, o que elevou para 43,6% milhões de trabalhadores no mercado formal (IBGE, 2007).

Em resumo pode-se dizer que, o governo Lula apesar de inscrito num contexto macroeconômico de profunda crise internacional, efetivou uma política com elevadas taxas de crescimento econômico, através de um conjunto de políticas públicas voltadas para a ampliação da regulação do mercado e das

relações de trabalho, por meio do aumento do emprego formal, diferente da flexibilização implementada no governo anterior.

Em seguida, nos primeiros anos do governo Dilma, de acordo com Rodrigues (2016), pode-se verificar o aprofundamento do processo de formalização do trabalho, elevação da renda real, bem como a redução da taxa de desemprego, tendo em vista que o contínuo crescimento econômico ocorrido ao longo de 2011 fez com que grande parte do contingente de trabalhadores informais migrasse para o segmento formal.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE (2013), a população ocupada no total das seis regiões pesquisadas¹⁰ em 2012, foi estimada em 23 milhões, apresentando um acréscimo em relação a 2011 de 2,2%, quando este contingente foi estimado em 22,5 milhões. O percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado na população ocupada passou de 48,5% em 2011, para 49,2% em 2012 (em 2003 era de 39,%).

Segundo Carleial (2015), o segundo governo de Dilma teve como pauta principal um ajuste macroeconômico, com uma política voltada para o crescimento econômico por meio da redução de gastos públicos e do salário real, do aumento do desemprego, aprofundamento do processo de financeirização e desindustrialização brasileira.

Assim, o segundo mandato de Dilma foi marcado por um profundo corte de gastos públicos como estratégia para retomar o crescimento econômico, em contrapartida, sabe-se que esta política de contingenciamento e cortes de gastos públicos ao invés de viabilizar o crescimento econômico, tem como resultante a queda desse crescimento, bem como o desestímulo aos investimentos, recaído negativamente sobre o emprego e a renda da população.

Em 31 de Agosto de 2016 com a efetivação do golpe contra a presidente Dilma, Michel Temer assumiu a presidência. Como estratégias de governo para enfrentar a crise econômica, podemos destacar a Proposta de Emenda Constitucional que limita os gastos públicos por vinte anos, o que explicita o retorno da política neoliberal no seu molde mais ortodoxo. E no âmbito do mundo do trabalho, destacamos a contrarreforma trabalhista que teve como

¹⁰ As regiões abrangidas pela pesquisa foram Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. IBGE (2013).

objetivo central diminuir a proteção e os direitos trabalhistas através de mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A Lei Nº 13.467 aprovada em 11 de Julho de 2017 e promulgada em 13 de Julho do mesmo ano, dispõe sobre a Reforma Trabalhista implementada no governo de Michel Temer. Essa Lei viabiliza a intensificação da flexibilização de direitos trabalhistas tendo em vista que, a partir da aprovação da Lei, o negociado prevalece sobre o legislado, além de esvaziar a justiça do trabalho e reduzir a ação sindical, dificultando o acesso dos trabalhadores aos seus direitos. Essa Reforma Trabalhista, segundo Silva e Jesus (2017), modificou cerca de 100 artigos previstos na CLT e 200 dispositivos legais de regulação das relações trabalhistas, reduzindo profundamente a proteção trabalhista e viabilizando o aumento da exploração.

As medidas previstas na Lei da Reforma Trabalhista como, por exemplo, o negociado sobre o legislado, o trabalho intermitente, parcial e temporário, entre outros, além de intensificar a superexploração e a precarização das condições e relações de trabalho, reduz direitos trabalhistas. Podemos destacar também a possibilidade de contratação de trabalho autônomo (Lei Nº 13.467 Art. 442 alínea B) sem registro na carteira de trabalho e sem direitos trabalhistas garantidos, como férias e décimo terceiro salário. Outra medida foi a ampla e irrestrita terceirização que além de intensificar a exploração e a alta rotatividade, juntamente dificulta o acesso a vários direitos trabalhistas, de segurança do trabalho e previdência social.

Com relação ao trabalho intermitente, também previsto na Reforma Trabalhista, outra medida que pode ser destacada é o regime de teletrabalho. Através dessa modalidade os trabalhadores podem exceder às 8 horas diárias e 44 horas semanais de trabalho previstas na CLT, bem como trabalhar nos finais de semana e no turno da noite sem adicional. Desde a sua aprovação em 2017, a Reforma Trabalhista não ampliou a oferta de novos postos de trabalho, ao invés disso, aprofundou a precarização das condições e relações de trabalho, bem como obstaculizou o acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho.

Segundo dados do IBGE levantados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – Contínua) de 2017 para 2018, na conjuntura do governo Temer, o crescimento da população ocupada foi de 1,4%. Em 2018

foi possível verificar o crescimento do emprego no setor privado sem carteira de trabalho assinada e pelo trabalho por conta própria. No período de 2015 para 2018 a participação do emprego sem carteira de trabalho assinada no setor privado passou de 11,1% para 12,5% e a do trabalho por conta própria de 24,2% para 25,4%.

Com o fim do mandato interino de Michel Temer, Jair Bolsonaro assumiu a presidência em Janeiro de 2019, dando continuidade ao neoliberalismo em sua face ortodoxa, através de um governo extremamente reacionário e ultraconservador.

Referente às ações desenvolvidas no mundo do trabalho, destacamos a criação do Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), que tem a finalidade de ampliar as mudanças na CLT iniciada no governo Temer com a Reforma Trabalhista. Em resumo, pretende-se aprofundar a contrarreforma iniciada por Temer, agudizando a precarização do trabalho. Com a justificativa de ampliar a competitividade no país, o governo busca também mudar as normas de segurança e saúde no trabalho para reduzir as exigências impostas aos empregadores.

Através da Medida Provisória (MP) Nº 870, publicada no dia 1º de Janeiro de 2019, o Ministério do Trabalho perdeu o status de Ministério e suas atribuições foram desmembradas e distribuídas em outros Ministérios, dentre eles, o Ministério da Justiça, o Ministério da Economia e o Ministério da Cidadania. Esta Medida, ao descentralizar atribuições centrais no âmbito das relações de trabalho, acaba por fragilizar a luta dos trabalhadores pela garantia dos seus direitos, bem como dificulta o acesso aos direitos trabalhistas.

No dia 22 de Outubro de 2019 o plenário do Senado aprovou o texto base da Reforma da Previdência. Um dos principais aspectos desta Reforma é o estabelecimento da idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres, ampliando conjuntamente o tempo de contribuição para requerer o benefício, aumentando o percentual de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como estabelecer novas regras de transição para quem já está inserido no mercado de trabalho.

Outra proposta do governo Bolsonaro é a Reforma Administrativa, apresentada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, que, entre outros pontos, pretende aproximar o salário dos servidores públicos com o salário de

trabalhadores da iniciativa privada que desempenham funções equivalentes, sob a justificativa de que um servidor público custa duas vezes mais para o empregador do que os trabalhadores da iniciativa privada.

Assim, mais um ataque promovido pelo governo Bolsonaro direcionado à classe trabalhadora é a Reforma Administrativa que até o presente momento se encontra em fase de ajustes finais no Ministério da Economia. Esta Reforma tem como proposta o fim da estabilidade para a maioria dos servidores públicos por meio de um novo tipo de contratação por tempo indeterminado sem previsão de estabilidade no cargo e redução dos planos de carreira e salários.

Durante uma entrevista ao Jornal Nacional no dia 28 de Agosto de 2018, em uma de suas falas, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer que o trabalhador teria que decidir entre menos direito e mais emprego ou mais direitos trabalhistas e menos emprego, seguindo a falácia do ideário neoliberal de que restringindo direitos trabalhistas abriria espaço para o desenvolvimento de novos postos de trabalho, quando na verdade as contrarreformas implementadas no âmbito do mercado de trabalho sob a égide dos moldes neoliberais aguçam a precarização e intensifica a exploração das relações de trabalho.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), divulgados pelo IBGE (2019) no trimestre de Maio a Julho de 2019, havia aproximadamente 12,6 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, enquanto o contingente de pessoas ocupadas foi estimado em aproximadamente 93,6 milhões de pessoas. No mesmo período constatou-se através dos dados obtidos que 11,7 milhões de pessoas compunham o setor público, enquanto 33,1 milhões de pessoas possuíam emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada, enquanto 11,7 milhões possuíam emprego no mesmo setor sem carteira de trabalho assinada. Na categoria dos trabalhadores por conta própria, há uma estimativa de um contingente de 24,2 milhões de pessoas. Foi estimado que aproximadamente 4,8 milhões de pessoas se encontravam no contingente de pessoas desalentadas¹¹. Evidencia-

¹¹ O grupo de pessoas desalentadas segundo Alves (2009) é composto por pessoas que não buscam efetivamente um emprego por diversos motivos, como por exemplo, falta de experiência ou qualificação, idade ou desânimo.

se assim, um número expressivo da população brasileira vivendo em situação de desemprego ou em trabalhos precários sem carteira assinada.

Em fins de 2019 emergiram as primeiras notificações acerca de um vírus potencialmente letal com grande capacidade de contágio nomeado Covid-19. Em meados de março de 2020 foi confirmado o primeiro caso do contágio do supracitado vírus no Brasil. Nesse contexto, segundo Antunes (2020), o cenário que se desenha no mundo do trabalho no atual contexto de pandemia e isolamento social decorrente do Covid-19 é a tendência à um trabalho altamente tecnológico com altos índices de informalidade e terceirização.

Um dos aspectos destacados pelo autor é a chamada “uberização¹²” do trabalho, em que os profissionais passam a serem prestadores de serviços sem nenhum tipo de proteção trabalhista. São assim, trabalhos marcadamente informais, flexibilizados, precarizados e desregulamentados.

É importante pontuar que, mesmo antes da eclosão da pandemia mundial decorrente do Covid-19, o mundo do trabalho tem vencido um processo de reestruturação que aprofunda a superexploração e a degradação da força e das relações de trabalho. Uma outra característica presente nos moldes como o mundo do trabalho está estabelecido na atual conjuntura de pandemia, se refere à articulação entre trabalho informal e a tecnologia, que permite a realização de trabalho do tipo “Home Office” ou o “teletrabalho”, cada vez mais individualizados e isolados, fragmentando e distanciando a classe trabalhadora, obstaculizando a realização de ações coletivas e as lutas sindicais.

Com a emergência da pandemia, esse quadro destrutivo se intensificou. Dados do IBGE apontam que no primeiro trimestre de 2020 o Brasil atingia o número de 12,2 milhões de desempregados e cerca de 40 milhões de brasileiros se enquadravam em situações de trabalho informal, sem nenhum tipo de garantia trabalhista (IBGE, 2020). Considerando a expansão da pandemia e o aumento exponencial dos casos confirmados de Covid-19,

¹² O termo “Uberização” surge em alusão à Uber que é uma empresa multinacional americana, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas baseada na localização, oferecendo um serviço semelhante ao tradicional táxi. Os sujeitos que trabalham prestando esses serviços não tem nenhum tipo de garantia e direito trabalhista visto que trabalham “por conta própria”. Nesse sentido, o termo “uberização”, faz alusão a este tipo de trabalho informal, precarizado e desregulamentado.

estima-se que esses números estejam bem maiores, aprofundando cada vez mais a precarização do trabalho.

Em resumo, diante do que foi explicitado, o Brasil vem desde os anos 1990 com a adoção do neoliberal, passando por um processo destrutivo de derruição e desmonte de direitos da classe trabalhadora. Ora de forma mais explícita, ora de forma mais mascarada, dependendo da conjuntura política do período e da correlação de forças existentes na sociedade, mas sempre respondendo aos interesses do grande capital em detrimento de conquistas destinadas à classe trabalhadora.

3.2 A política neoliberal e a contrarreforma do ensino superior

As políticas de ajuste fiscal no contexto da mundialização do capital trazem repercussões diretas para a educação superior brasileira. Com relação ao processo de contrarreforma do ensino superior implementado no país desde os anos 1990 é possível verificar que a refuncionalização do Estado tem como desdobramento um profundo processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especificamente, para os objetivos deste estudo, a educação superior.

A forma como se deu o desenvolvimento do ensino superior no Brasil exemplifica de forma muito clara os traços marcadamente conservadores e dependentes que conformaram a formação sócio-histórica e ideo-cultural do país, tendo em vista que a sua constituição se deu de forma lenta e tardia a partir do contexto dos anos 1800 com a chegada de D. João VI, com um caráter elitista.

Na conjuntura do século XX, a expansão das universidades, mais especificamente a partir dos anos 1930, se deu, segundo Costa (2018), devido às próprias demandas do processo de urbanização e industrialização que passava a demandar mão de obra qualificada e apta a desenvolver essas funções.

Nesse sentido, a universidade no Brasil, desde sua instituição desempenha a função de responder aos interesses do capital e de reprodução

da sua hegemonia por meio de parâmetros educacionais tecnicistas e superficiais, que não rompem com os padrões da sociabilidade capitalista.

Segundo Costa (2018 p.37),

Mesmo quando se tentou romper com o conservadorismo no ensino superior, o que tivemos foi uma modernização educacional conservadora, que foi encaminhada no processo de reforma universitária empreendida durante o governo autocrático burguês, selado em 1968.

A educação inscrita nos moldes da sociedade capitalista é um dos instrumentos utilizados no processo de acumulação e de reprodução do capital, portanto está ligada a uma concepção específica de educação que se difere daquela ideia de educação emancipadora¹³ e se vincula a uma determinada convicção que contribui para a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, é importante destacar que a educação moldada e disseminada na sociedade capitalista é uma educação que se baseia numa concepção essencialmente mercadológica, uma educação voltada para o mercado de trabalho. Foi a partir dessa noção de educação que o ideário neoliberal e os organismos multilaterais estabeleceram suas diretrizes para os sistemas educacionais dos países periféricos, a exemplo do Brasil.

Nos países periféricos, o BM aparece como um dos principais órgãos que fornecem as orientações que fundamentam o sistema educacional do país no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Nos parâmetros estabelecidos por estes organismos e defendidos pelo ideário neoliberal, a qualidade de uma universidade é medida pela produtividade, considerando quanto ela produz, em quanto tempo e qual custo do que é produzido, ou seja, critérios essencialmente quantitativos em detrimento da qualidade do processo formativo.

¹³ De acordo com Meszáros (2008), a educação emancipadora é uma concepção que defende a ideia de que a educação baseada na construção do senso crítico, questionador e reflexivo é um dos caminhos que viabilizam a superação da alienação e do modo de produção capitalista destrutivo de modo geral, na perspectiva de construção de um novo tipo de sociabilidade totalmente livre e humanamente emancipada. Nesse sentido, é uma concepção de educação que vai de encontro com a concepção de educação capitalista mercadológica vigente na sociedade do capital, que visa essencialmente o aperfeiçoamento técnico-instrumental de sujeitos que sejam úteis à manutenção e reprodução capitalista.

Conforme Bastos (2014) foi no início dos anos 1960 que o BM começou a discutir nos seus documentos o setor educacional, delineando as diretrizes operacionais que nortearia a nova área a ser financiada. Segundo essas diretrizes, os países periféricos deveriam expandir a educação técnica e vocacional em vários níveis para fornecer mão de obra apta ao mercado de trabalho. Ainda de acordo com o autor, o BM defende o desenvolvimento e a expansão de mercados privados de serviços educacionais, baseado em valores mercantis de eficiência e rentabilidade para atender o maior número de alunos pelo menor custo possível.

Outras estratégias defendidas pelo BM são as parcerias público-privadas, tendo em vista que, para essa agência de financiamento, a educação não precisa ser oferecida exclusivamente pelo Estado, mas também por órgãos sem fins lucrativos, grupos religiosos e empresas privadas. Portanto, defende o enxugamento de gastos e despesas operacionais, refletindo diretamente na qualidade dos serviços educacionais que são prestados.

A reforma no sistema educacional no Brasil, feita no período da ditadura militar¹⁴ marcou o início da expansão do setor privado na oferta da educação no país. Assim, a educação passou a ser desde então um setor estratégico do capital e altamente lucrativo, tanto por criar e expandir mercados por meio da construção de instituições de ensino privadas, financiadas com recursos públicos, quanto pela formação de força de trabalho adequada para o desenvolvimento capitalista. Mas, foi na conjuntura dos anos 1990, no bojo da contrarreforma do Estado no governo FHC que se consolidou a implementação e a expansão da mercantilização e o desmonte da educação pública de qualidade do Brasil.

É interessante ressaltar, portanto, que o ensino superior no Brasil sempre foi algo elitizado e seletista, todavia, sua mercantilização foi consolidada na conjuntura das contrarreformas iniciadas nos anos 1990 no governo neoliberal de FHC. Nesse sentido, o processo de desmonte da educação superior pública e o incentivo às instituições privadas estão inseridos no *roll* de estratégias do

¹⁴ De acordo com Cislighi (2019) essa reforma representou uma modernização conservadora porque ao passo que incorporou algumas demandas sociais como, por exemplo, o aumento das vagas, manteve antigas práticas que não rompiam com o conservadorismo como a introdução da lógica empresarial na gestão universitária, medidas burocratizantes e racionalizadas.

sistema capitalista, tendo em vista a alta lucratividade deste setor, a subordinação da ciência à lógica do mercado, o desenvolvimento de estratégias que viabilizem o consenso e uma consciência social passiva em torno do projeto burguês e a possibilidade de controle da força de trabalho e dos indivíduos, que a partir desse arranjo educacional se mostram aptos à reprodução e manutenção do sistema.

Consideramos de extrema relevância trazer para o debate as seguintes palavras de Harvey (2008, p.151):

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas.

Ou seja, é importante ter a clareza de que, tanto às novas exigências do mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, bem como o desmonte da educação, por meio das contrarreformas neoliberais fazem parte de um mesmo projeto do capital para se manter como sistema dominante.

Nesse sentido, de forma intrínseca, ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho exigem um tipo específico de trabalhador técnico e polivalente, as configurações no âmbito educacional precisam estar alinhadas com essas exigências, estabelecendo, portanto, um processo de tecnificação e aligeiramento acrítico do processo formativo, desprovido de fundamentos críticos e éticos-políticos, os quais permitem uma apreensão mais profunda acerca da realidade concreta.

Com a emergência do neoliberalismo, a ideia de “qualificação” é, segundo Alves (2005) ligada à ideia de competência, capacidade de agir, intervir e decidir, ou seja, uma qualificação na perspectiva de moldar um perfil profissional proativo, propositivo, essencialmente técnico e executor de tarefas

de modo ágil e eficaz para o bom funcionamento do seu trabalho. Distancia-se, pois, de uma concepção de processo de construção de conhecimentos, na perspectiva de apreensão crítica da realidade concreta.

Nos anos 2000, de acordo com Boschetti (2015), o Protocolo de Bolonha¹⁵, que é desenvolvido a partir de uma perspectiva liberal, tem como resultante uma profunda alteração no ensino superior, visto que defende o aligeiramento do processo formativo, a competitividade e a sujeição do ensino superior às demandas e aos interesses do mercado, com uma formação focada na qualificação e apreensão de competências técnicas úteis para o mercado de trabalho. Para a autora, a inserção do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009 contribuiu para acelerar e aprofundar a execução da contrarreforma do ensino superior no país.

O processo de mercantilização da educação, com destaque aqui para o ensino superior através das privatizações que marcaram o governo FHC, foi viabilizado por meio da expansão desenfreada das instituições privadas com a liberalização dos serviços educacionais e a privatização interna das universidades públicas. Por meio de vias jurídicas legais ficou estabelecido a liberalização da venda de serviços educacionais como, por exemplo, cursos pagos, consultorias, criação de mestrados profissionais e também a instituição de fundações de direito privado e as parcerias entre as universidades públicas e empresas privadas de ensino.

Em consonância com Bastos (2014), no âmbito do sistema educacional brasileiro pode-se destacar algumas medidas que delinearão e explicitaram a incorporação das orientações dos organismos multilaterais na condução de um sistema educacional funcional à dinâmica de reprodução do capital monopolista internacional, como por exemplo, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), por meio da Lei Nº 9.394/96 com os substitutivos de Darcy Ribeiro¹⁶, que se identifica claramente com a concepção de educação

¹⁵ O Protocolo de Bolonha (que incorpora várias recomendações dos organismos multilaterais) foi aprovado no ano de 2000 e estabelecia novas diretrizes para o ensino superior no âmbito dos países europeus. Em 2009 o Brasil foi inserido no Fórum Político de Bolonha, fazendo com que o país absorvesse os novos parâmetros para o ensino superior. Para mais detalhes consultar Boschetti (2015).

¹⁶ Segundo Zanetti (1997) com a nova legislatura, iniciada com o governo FHC, em 1995, a LDB Nº 1.258/88, a partir de uma manobra do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sofre um golpe regimental, a partir da alegação, por parte do Senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ), da

neoliberal mercadológica e tecnicista, proposta pelo BM para os rumos da educação nos países periféricos. A nova versão da LDB com os substitutivos elaborados pelo Senador Darcy Ribeiro foi promulgada pelo Congresso Nacional em 12 de Setembro de 1996, substituindo a LDB anterior.

Pode-se afirmar esse alinhamento da LDB – Darcy Ribeiro com os pressupostos defendidos pela política neoliberal e pelos órgãos multilaterais, tendo em vista alguns pontos de destaque da Lei, como por exemplo, a não explicitação dos requisitos de funcionamento de instituições privadas de ensino; a omissão sobre a questão da cobrança de taxas aos alunos e também acerca da garantia do padrão de qualidade das instituições de ensino.

Assim, de acordo com Zanetti (1997), a Lei Nº 9.394/96 que estabelece a LDB apresenta uma estrutura fragmentada, inviabiliza o desenvolvimento de um sistema nacional de educação além de que a articulação e a coordenação entre os sistemas de ensino ficam restritas ao poder executivo, o que acaba impossibilitando a participação dos segmentos organizados da sociedade civil.

No âmbito do ensino superior, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) defendia que as políticas para este setor deveriam ser pautadas pela racionalização dos gastos e pela viabilização da transferência de recursos para as instituições privadas, através das privatizações, tendo em vista que a LDB – Darcy Ribeiro descaracterizava este nível de ensino como exclusivamente público-estatal, a autonomia institucional também aparece com o caráter de desresponsabilização do Estado, abrindo espaço para a captação de recursos da iniciativa privada com a diversificação das formas de financiamento.

Portanto, foi no governo FHC que ocorreram inúmeras privatizações e parcerias entre Estado e sociedade civil e entre Estado e empresas privadas para executar serviços educacionais, marcando a consolidação da mercantilização da Educação e repassando montantes significativos dos cofres públicos para o setor privado.

inconstitucionalidade de uma série de artigos do PL 101/93, na sua maioria referentes ao Conselho Nacional de Educação. Assim, este senador apresenta um substitutivo. A partir desta manobra regimental, apresenta-se o Substitutivo Darcy Ribeiro à LDB, fazendo com que o Substitutivo Cid Sabóia retorne à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e à Comissão de Educação do Senado.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, o sistema educacional permaneceu seguindo as orientações dos organismos multilaterais, acentuando ainda mais o financiamento e a transferência de recursos públicos para o setor privado, principalmente na esfera das instituições de ensino superior privadas, com destaque para a Medida Provisória Nº 213/2004, regulamentada na Lei Nº 11.096 que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual garante isenção fiscal para o setor privado em troca de vagas nas faculdades privadas; a Lei Nº 10.801/2004 que estabelece sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); o Decreto Nº 7.423/2010 sobre as parcerias entre as Instituições Federais de Ensino Superior e as fundações de direito privado; o Decreto Nº 6.096/2007 que institui o REUNI que, segundo Lima (2011) tem como objetivo aumentar o número de estudantes de graduação nas Universidades Federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação através da flexibilização dos currículos, da educação à distância, da criação de cursos de curta duração, elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre instituições de ensino, tudo isso num período de cinco anos.

Segundo Stuckert (2018), durante o período do governo Lula, as Universidades Públicas e Institutos Federais, antes em sua maioria centralizados nas capitais dos estados, foram levados para as cidades do interior do país. Nesse sentido, foram criadas 18 Universidades Federais e 173 campus universitários, aumentando o número de alunos entre 2003 a 2014 de 505 mil para 932 mil. Da mesma forma, os Institutos Federais também tiveram uma grande expansão durante os governos do PT, sendo implantadas mais de 360 unidades por todo o país.

A expansão e acesso à educação superior através do REUNI se dá com base no aligeiramento da formação profissional, pelo aprofundamento da intensificação e exploração do trabalho docente. A partir da aprovação do REUNI, as universidades passaram a se submeter às metas mercantilizadas, com uma profunda escassez de financiamento tanto para o custeio de pessoal que tem como resultante principal o aumento da exploração da força de trabalho e de estrutura com o aumento do sucateamento das instituições, quanto para a assistência estudantil que inviabiliza a permanência de grande

parte dos alunos nas instituições. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o governo respondia às demandas por democratização do acesso ao ensino superior, às condições com que essa democratização foi estabelecida não foram favoráveis para o pleno acesso e permanência dos alunos que compõem as camadas mais empobrecidas da sociedade.

Além disso, podemos citar o Decreto Nº 5.205/2004 que dispõe sobre as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; a Lei Nº 10.973/2004 que dispõe sobre a Inovação Tecnológica e regulamenta as parcerias entre universidades públicas e empresas privadas; o Decreto Nº 5.800/2006 com a criação da Universidade Aberta do Brasil, que viabilizou a política de educação superior na modalidade à distância; a Lei Nº 11.079 de 30 de Agosto de 2004, que estabelece sobre as parcerias entre público e o privado, diluindo as fronteiras existentes entre esses dois setores e o Decreto Nº 5.622 de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta a educação na modalidade à distância, aligeirada e sem a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre outras medidas que marcaram a educação no período do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Portanto, todas essas medidas explicita a adoção do ideário neoliberal e, conseqüentemente, as orientações dos organismos multilaterais, agora, sob um prisma de democratização do acesso ao ensino superior.

É notório que durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva houve um aumento significativo do acesso ao ensino superior, todavia, esse acesso se dava principalmente nas instituições de ensino privadas, que além de serem fundamentadas a partir de um ensino mercadológico e tecnicista, passavam a receber volumosos financiamentos do Estado para a concessão dessas vagas. Segundo dados do Censo da Educação realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2013, o Brasil chegou em 2013 com 7,4 milhões de estudantes universitários, desse total, 5,3 milhões (73,5 %) estavam inseridos em instituições particulares. O restante se dividia em instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipais (190 mil) (MEC, 2013).

Para Lima (2011), tanto o governo FHC quanto o governo de Luís Inácio Lula da Silva aderiram à política neoliberal e incorporaram às orientações do BM na reformulação do sistema educacional superior, tendo como base dois

eixos centrais, quais sejam, a diversificação das fontes de financiamento da educação para o financiamento das universidades públicas e as parcerias com empresas privadas, a exemplo da diversificação das instituições de ensino superior com a coexistência de universidades públicas, privadas e instituições não universitárias, cursos politécnicos e de curta duração e ensino na modalidade à distância.

É importante sinalizar que no governo de Luís Inácio Lula da Silva, na mesma medida em que houve um profundo investimento público nas instituições de ensino superior privadas, sob o mote da democratização do ensino, expandindo o acesso ao ensino superior sem os mesmos critérios de qualidade de uma formação vide universidade pública, contraditoriamente foi neste período em que grande parte da população que compõe a classe trabalhadora conseguiu ingressar no ensino superior, situação impensável nos governos anteriores.

Em 2011, primeiro ano do mandato de Dilma Vana Rousseff, o MEC comunicou que o Governo Federal ampliou de R\$ 263,4 milhões para R\$ 320 milhões os recursos destinados para investir nas redes do estado de educação profissional em todo Brasil, sendo essa verba destinada às reformas, ampliações, construções de novas escolas técnicas e compra de novos equipamentos pedagógicos.

Durante o seu governo, especialmente no início do segundo mandato, Dilma Vana Rousseff enfrentou grandes desafios no que se refere à dificuldade de firmar uma base de apoio. Um dos exemplos que podemos citar foi o veto de vários artigos do projeto de Lei, antes da sua aprovação na Câmara dos Deputados do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2011. Este Plano foi criado por meio da Lei Nº 10.172 no ano de 2001 e propunha um programa decenal, destinado à educação no Brasil a partir de diretrizes, metas e estratégias¹⁷ que permitissem a efetivação dessas metas.

¹⁷ A PNE de 2011 proposta através da Lei Nº 10.172 apresenta as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação, a valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos, a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humanística, científica e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; valorização dos

Uma das principais medidas implementadas no citado governo foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a Lei Nº 12.513/2011, que propunha a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica através de programas de assistência técnica financeira. Ademais, deu continuidade ao processo de expansão do acesso ao ensino superior. Além da criação do Programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011, tendo como objetivo investir na formação de pessoal e ampliar o conhecimento inovador no âmbito das indústrias tecnológicas, bem como a oferta de bolsas de estudo para iniciação científica em universidades fora do país.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2011 divulgado pelo MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no período de 2010-2011, a matrícula em Instituições de Ensino Superior cresceram 7,91% na rede pública e 4,8% na rede privada. A matrícula na rede federal de ensino cresceu 10%, superando a marca de 1 milhão de matrículas de graduação e 6,4% nos cursos de bacharelado.

Do total de 1.022.711 concluintes do ensino superior no ano de 2011, 1.016.713 (99,4%) se referem a cursos de graduação e 5.998 (0,6%) a cursos sequenciais de formação específica (MEC, 2011).

Em linhas gerais, pode-se dizer que no período dos governos do PT, manteve-se a cartilha neoliberal dos organismos multilaterais no âmbito da educação, reafirmando a perspectiva de continuar formando uma massa de trabalhadores de acordo com as necessidades e exigências do mercado de trabalho e buscar a coesão social por meio da ampliação da democratização do acesso ao ensino superior, mesmo que em condições pouco qualificadas.

Com o governo interino de Michel Temer, o sistema educacional do Brasil passou por profundos contingenciamentos e corte de gastos. Destacamos, por

profissionais da educação; difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. Com relação às metas gerais para o conjunto da Nação, será preciso adequação às especificidades locais e definição de estratégias adequadas, à cada circunstância, elaboração de planos estaduais e municipais. Para mais detalhes acessar: <[http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm#:~:text=LEI%20No%2010.172%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202001.&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de.com%20dura%C3%A7%C3%A3o%20de%20dez%20anos.> <.

exemplo, a extinção em 2017 do Programa Ciência sem Fronteiras, sob a justificativa de falta de verbas, prejudicando milhares de estudantes que tinham a pretensão de estudar fora do Brasil através das bolsas ofertadas pelo Programa. Fato que expressa a incorporação das orientações do Relatório de 2017 elaborado pelo BM intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do gasto público no Brasil”, que trata das políticas públicas do país, nas quais se inclui a educação superior. O Relatório realiza uma forte crítica aos gastos direcionados para as universidades públicas, principalmente as federais e defende a cobrança de mensalidades.

Segundo constatado no relatório, em 2015 dos aproximadamente 8 milhões de estudantes universitários, apenas cerca de 2 milhões estavam matriculados em universidades públicas, sendo estes em sua maioria estudantes que possuíam renda média e alta, o que justificaria o estabelecimento da cobrança de mensalidades nestas instituições (BANCO MUNDIAL, 2017).

Nessa conjuntura, o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, defendeu o projeto que previa a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. A secretária executiva do MEC, Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro também defendeu a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais, representando um verdadeiro retrocesso no âmbito da educação pública como um direito, além de ferir o Art. 206 da Constituição Federal de 1988 que assegura a gratuidade do ensino público.

É inconteste a importância do ensino superior gratuito e de qualidade, tendo em vista que este é um espaço privilegiado de produção de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico, peças chave que viabilizam a superação da situação de dependência e de subalternidade de um país dentro da divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, nos moldes em que se estabelecem as diretrizes do sistema educacional no âmbito do ensino superior na contemporaneidade, tanto a produção de conhecimento, quanto o desenvolvimento tecnológico é enquadrado dentro de uma lógica mercadológica, se tornando funcional a perpetuação da situação de dependência e subalternidade, bem como com a manutenção das contradições próprias do sistema capitalista.

O supracitado Relatório pontua também que um estudante de universidade pública no Brasil, custa de duas a três vezes mais que estudantes de universidades privadas, o que justificaria o incentivo ao financiamento das instituições privadas. Além de sugerir o corte de gastos por considerar que as universidades públicas se mostravam ineficientes nos seus resultados, defende que as instituições privadas tendem a ser mais custo eficiente do que as universidades públicas. Nesse sentido, o BM através deste Relatório aponta algumas orientações para reformas no setor educacional para aumentar a eficiência e a equidade e reduzir o custo fiscal.

Com relação ao ensino superior o Relatório orienta que se limite os gastos por aluno, além de propor que as universidades busquem recursos financeiros em outras fontes, como as empresas privadas, por exemplo. Quanto à cobrança de mensalidades, destaca que seria uma forma de aumentar os recursos das universidades públicas sem sobrecarregar o orçamento da União. O governo Temer incorporou as medidas supramencionadas, fazendo com que seu mandato fosse marcado por um profundo corte de gastos para a educação e aumento da precarização das instituições públicas.

De acordo com levantamento feito pela Auditoria Cidadã da Dívida¹⁸, no ano de 2017, R\$ 986,1 bilhões de reais foram destinados para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública, o que representou 39,7% do fundo público, ao passo que os gastos com trabalho, saúde, educação, segurança pública, cultura, ciência e tecnologia e assistência social foi de R\$ 373,4 bilhões de reais, o que representou apenas 15,05% do fundo público, explicitando a prioridade do governo em direcionar recursos públicos para pagar a dívida pública em detrimento dos investimentos em políticas sociais, prejudicando sobremaneira a classe trabalhadora. No que diz respeito aos investimentos em ciência e tecnologia, no período de 2010 a 2017 o governo federal aplicou um corte orçamentário de 47% na área, o que indica de forma clara a gravidade em que se encontrava a pesquisa e a produção de conhecimento no país. No mesmo período as despesas com a Coordenação de

¹⁸ A auditoria cidadã da dívida é uma associação que tem como objetivo principal realizar auditorias sobre a dívida pública brasileira interna e externa. Para mais detalhes acesse: Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: < www.auditoriacidada.org.br >. Acesso em 20 de abril de 2020.

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reduziram em 54% e os cortes nas bolsas de estudos atingiram 45,22% (ANDES, 2018).

Em 1.º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro assume a presidência da república. Referente as medidas tomadas no atual governo no que concerne a educação, se destaca a postura do ex- ministro da Educação Abraham Weintraub que reafirmou o caráter ultraconservador do governo, defendendo o compromisso com a “guerra cultural contra o marxismo e a ideologia de gênero” nas escolas, além de ser vinculado a um grupo ultraliberal do governo que ampara um alto corte de recursos para as políticas sociais, principalmente para saúde e educação pública. Destaque também para o documento intitulado “Educação em Disputa: 100 dias de governo Bolsonaro”¹⁹ que traz os temas que estão em destaque sobre a educação e a análise de especialistas e educadores nos 100 primeiros dias do atual governo.

Nesse documento, se destaca a articulação entre a lógica autoritária do militarismo e do controle ideológico que permeia estruturalmente a área da educação e impossibilita, sobretudo, qualquer perspectiva de uma política educacional minimamente racional, planejada, progressista, que atenda, por exemplo, as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.

Logo, o governo Bolsonaro vem materializando um sistemático desmonte institucional de políticas e órgãos educacionais e promovendo ações e programas extremamente conservadores como, por exemplo, as escolas militarizadas com a proposta das Escolas Cívico-Militares, o Movimento Escola sem Partido, o fortalecimento da educação domiciliar²⁰, do ensino religioso e confessional.

Uma das primeiras medidas implementadas pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub foi anunciar cortes e contingenciamentos de recursos para as Universidades e Institutos Federais que não apresentassem o desempenho esperado. O corte atingiu também as bolsas para mestrandos e doutorando trazendo impactos extremamente negativos para os rumos do desenvolvimento

¹⁹ “Educação em disputa: 100 dias de Bolsonaro”. Disponível em : <https://www.cartacapital.com.br/educacaoreportagens/educacao-em-disputa-100-dias-de-bolsonaro/>. Acesso em 20 de abril de 2020. .

²⁰ O Projeto de Lei acerca da educação familiar altera o previsto na LDB Lei Nº 9.394/96 que estabelece como dever dos pais ou responsáveis a matrícula de crianças na educação básica e também modifica o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei Nº 8.069/90 sobre o direito à educação atrelado ao acesso de crianças e adolescentes em escolas.

científico do país, bem como para os próprios discentes, que sem bolsa, não têm a possibilidade de continuar sua formação e em última instância, sem fomento e incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento, mantém o país na posição subalterna como mero produtor de bens primários.

Além do próprio desrespeito com os docentes que se encontram cada vez mais desvalorizados e superexplorados com jornadas de trabalho extenuantes, bem como o desrespeito com o conhecimento científico, numa demonstração de que estamos vivendo um período de obscurantismo onde o que prevalece é o imediatismo e a superficialidade, assim como o senso comum propagado sem restrição em meio à sociedade, fazendo com que informações sem fundamentação científica tomem espaço privilegiado de verdade absoluta em detrimento do processo crítico de produção do conhecimento científico construído no âmbito da universidade.

Em Outubro de 2019 o referido ex-ministro encaminhou para o Ministério da Ciência uma proposta de Medida Provisória para fundir a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em uma mesma instituição. Com isso, observa-se o interesse em transformar as duas agências em uma fundação gerenciada pelo Ministério da Educação. A fusão desses órgãos poderá acarretar uma desestruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, trazendo impactos negativos também para o próprio funcionamento das instituições de pesquisas e das universidades de modo geral, com o sucateamento de laboratórios e a falta de investimentos em novas pesquisas e estudos.

Sem consulta pública o governo anunciou no dia 16 de Julho de 2019 a criação do Programa “Future-se” que compreende um projeto do Ministério da Educação que tem como objetivo captar recursos privados através de contratos de gestão da União, Instituições Federais, Organizações Sociais e empresas privadas. O referido Programa tem como perspectiva desenvolver espaços de criação de polos tecnológicos e de projetos inovadores com poucos recursos. Nota-se, assim, o interesse de fomentar a pesquisa voltada para o setor privado/empresarial com vistas a atender as demandas do mercado.

Nesse sentido, evidencia-se a desvalorização das áreas das ciências humanas e sociais, pois o foco são as áreas das ciências exatas e das tecnologias, além de abrir vasto campo de impossibilidades para a manutenção

da autonomia universitária e do seu caráter público, tendo em vista o incentivo aos financiamentos privados. Vale ressaltar também que, com o corte de investimentos nas universidades públicas, além de resultar no aumento da precarização da formação, das condições de trabalho e do sucateamento das estruturas e instrumentos que compõem as instituições de ensino, ataca diretamente a produção de conhecimento e o próprio desenvolvimento do país.

Considerando a conjuntura do atual governo Bolsonaro, marcadamente conservador e antidemocrático, desenha-se no cenário nacional uma política Educacional fundamentalmente mercadológica e superficial. O governo Bolsonaro tem empreendido medidas que ameaçam cada vez mais a educação pública, laica e de qualidade, tendo em vista que defende a privatização da educação.

Assim, o período atual tem sido marcado por ataques as universidades públicas, ao sucateamento das Instituições de ensino superior, a ausência de políticas de assistência na perspectiva de viabilizar e incentivar a permanência dos jovens estudantes nas universidades públicas, cortes nos investimentos em pesquisas, bem como a desvalorização de docentes e do saber científico de modo geral.

Outra característica do governo Bolsonaro com relação à educação é a defesa da ampliação das fontes de financiamento dos Institutos e universidades federais através de parcerias com a iniciativa privada, defendendo a abertura para a contratação de organizações sociais e Fundações de Apoio para a execução de atividades e a possibilidade das universidades fecharem parcerias com a iniciativa privada.

Pauta também defendida pelo governo Bolsonaro é a militarização do ensino através da ampliação do número de escolas de modelo cívico-militar. Por meio de uma parceria do MEC com o Ministério da Defesa propõe o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O modelo defendido pelo supracitado Programa é inspirado nos Colégios Militares do Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Assim, na proposta do Programa, a gestão das Escolas seria de forma híbrida, ou seja, com professores responsáveis pela área didático-pedagógica e agentes de segurança pública, (por exemplo, policiais e militares) atuarão na área administrativa e disciplinar, explicitando o teor conservador e retrógrado do atual governo.

A educação pública, laica e presencial de qualidade sempre foi bandeira de luta para aqueles que defendem uma concepção de educação emancipadora para além do capital. Com a eclosão da pandemia e consequente isolamento social decorrente do Covid-19 a educação na modalidade EAD vem se fortalecendo e o ensino remoto vem sendo adotado tanto nas Instituições privadas presenciais, como também nas Instituições públicas, sob o argumento de que esta seria a única forma de manter o funcionamento da educação, seguindo as recomendações de saúde e segurança da Organização Mundial de Saúde (OMS) que indica o necessário isolamento social.

É importante destacar que, nessa conjuntura totalmente adversa, algumas Instituições de ensino, principalmente as universidades públicas federais e estaduais vem resistindo na defesa da educação presencial e permanecem com as aulas temporariamente suspensas, visando à qualidade do ensino.

Esse quadro explicita a imensurável dificuldade atual de se pensar em possibilidades e estratégias qualitativamente suficientes de se efetivar um processo de educação permanente verdadeiramente comprometido com os princípios éticos e políticos da profissão, bem como com a concepção crítica da educação emancipadora.

São tempos difíceis, onde se despontam alternativas tímidas dentro das possibilidades existentes atualmente, baseadas na educação à distância e/ou de forma remota. Configuração que, infelizmente, além de não ser acessível para todos, compromete inevitavelmente a qualidade do processo de educação permanente.

Parafraseando Harvey (2008), embora tenham ocorrido variações substanciais de país para país, há fortes evidências de que as modalidades, os alvos e a capacidade de intervenção estatal sofreram uma grande mudança a partir de 1972 em todo o mundo capitalista, pouco importando a tendência ideológica do governo no poder. Ou seja, independente das mudanças pontuais referentes às agendas político ideológicas dos partidos políticos que estiveram em cena no Brasil desde a emergência do neoliberalismo nos anos 1990, não se pode perder de vista que, em última instância, esses governos estão direcionados a responder aos interesses do grande capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Assim como destaca Braz

(2012 p.472) “[...] o neodesenvolvimentismo²¹ é o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal”.

Nesse sentido, evidencia-se que toda a trajetória da política educacional brasileira fundamentada a partir das orientações dos organismos internacionais sempre permaneceu tendo como foco o incentivo ao capital privado e a captação de superlucros.

Diante do que foi exposto até aqui, pode-se dizer que a reestruturação produtiva e a contrarreforma do ensino superior trazem inflexões significativas para a classe trabalhadora, pois, impera o desemprego estrutural, diversas modalidades de contrato de trabalho precários etc., com a mercantilização da educação e da expansão das instituições de ensino privadas e a distancia, baseadas em um ensino aligeirado e acrítico, passam a formar indivíduos cada vez mais distanciados das questões estruturais da realidade social, a partir de uma educação focada apenas na qualificação para o mercado de trabalho.

Nessa conjuntura se estabelecem as bases e as características da sociedade capitalista na contemporaneidade. Todo esse desenho social repercute no processo de educação permanente, tendo em vista que este é um fenômeno que está inserido na totalidade da realidade concreta, portanto, sofre as inflexões do agudizamento das contradições próprias do sistema capitalista.

Diante do que foi exposto até aqui, podemos verificar que o capital se utiliza de diversas estratégias para conter o quadro de crise que vem se agudizando desde a década de 1970. Nesse sentido, optamos por aprofundar neste estudo as inflexões das transformações no mundo do trabalho e da contrarreforma do ensino superior no Serviço Social, buscando a partir dessas análises, verificar como essas mediações incidem no processo formativo e no trabalho profissional no âmbito da profissão, bem como apontar as estratégias que vem sendo desenvolvidas pela categoria profissional para enfrentar os desafios postos.

Assim, elegemos tais mediações para apreendermos o nosso objeto de estudo, as quais serão abordadas de forma mais aprofundada a seguir.

²¹ Para Alves (2013) o Neodesenvolvimentismo pode ser entendido como governos pós-neoliberais, comprometidos programaticamente com o crescimento econômico, bem como com a redistribuição de renda. Para o autor, apesar de não romper com os pilares do Estado Neoliberal, pode-se considerar que o Neodesenvolvimentismo é um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, pois passam a considerar também o aumento dos gastos públicos e os Programas de redistribuição de renda.

4 AS INFLEXÕES DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR E DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO PROCESSO FORMATIVO E NO TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL

4.1 Inflexões da contrarreforma do ensino superior no processo formativo do/da assistente social

O Serviço Social como um curso de nível superior está inscrito na lógica da contrarreforma do ensino superior, portanto sofre diretamente as repercussões desse movimento, nesse sentido, dentro desta lógica, o processo formativo do/da assistente social tem vivenciado um profundo processo de desmonte e sucateamento. Da mesma forma, o Serviço Social enquanto uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho vem sofrendo as inflexões da política neoliberal e das inúmeras transformações ocorridas no mundo do trabalho, marcadas pela derruição de direitos trabalhistas e pelo aprofundamento da superexploração da força de trabalho.

As diretrizes defendidas tanto pelo Protocolo de Bolonha já citado anteriormente, quanto pelos organismos multilaterais para o ensino superior, corroboram para o avanço do conservadorismo no âmbito do processo formativo do/da assistente social, reiterando trabalhos profissionais que se distanciam da perspectiva crítica de totalidade e de comprometimento com os interesses da classe trabalhadora.

Assim, pautado sobre os ditames dos organismos multilaterais, o ensino superior está inserido nos circuitos de mercantilização e privatização oferecendo um ensino cada vez mais desqualificado em termos de perspectiva crítica e questionadora, através de cursos em instituições não-universitárias que não respeitam os pilares da universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, bem como de cursos à distância, fragilizando, sobremaneira, o processo formativo, conforme já dito anteriormente.

. É um dado de realidade que o ensino a distância não tem nas suas diretrizes de ação o desenvolvimento de atividades voltadas para a pesquisa e extensão, além de, pela sua própria lógica, inviabilizar o contato e a vivência entre docentes e discentes, bem como entre o conjunto dos discentes, o que

acaba rebatendo diretamente na pulverização e até ausência de organizações estudantis.

Como dito anteriormente, desde a conjuntura dos anos 1990, os organismos multilaterais tem orientado a formação de um novo perfil profissional no âmbito do ensino superior, fundamentado na formação por competências²², com foco nas capacidades técnico-instrumentais. Esses organismos defendem que o conhecimento é o motor principal para o desenvolvimento, nesse sentido, as instituições de ensino superior devem firmar compromisso com a inovação na perspectiva de responder as necessidades da economia de mercado.

De acordo com Iamamoto (2014), essa concepção de ensino superior focado na formação por competência tem terreno fértil no Serviço Social tendo em vista a afinidade histórica que a profissão possui com o pragmatismo, com o empirismo e com a sua raiz conservadora, bem como com a persistente mistificação do trabalho profissional como evolução da caridade.

Percebemos, portanto, que a contrarreforma do ensino superior coloca para o conjunto da categoria comprometida com o Projeto Ético Político, a necessária luta contra a mercantilização e tecnificação da educação superior e para o fortalecimento e reafirmação do Projeto Ético-Político profissional.

Apesar das entidades representativas do Serviço Social defender uma direção social pautada no compromisso com os interesses da classe trabalhadora e uma formação crítica de qualidade, as exigências da LDB de 1996, fundamentadas a partir de bandeiras neoliberais com interesses estritamente mercadológicos e destrutivos para o conjunto da classe trabalhadora, atingindo diretamente a qualidade do processo formativo do Serviço Social visto que, as exigências da LDB de 1996 se distanciam substantivamente da direção ético-política defendida pela categoria profissional. Dessa forma:

[...] de uma formação intelectual e cultural generalista crítica, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social e da classe trabalhadora, para um perfil que busca satisfazer às necessidades do mercado e a

²² Para mais detalhes sobre o tema, consultar Werner (2010).

supressão do comprometimento com os valores e princípios do Código de Ética [...] criando obstáculos para apreender as particularidades que compõe a formação social brasileira e as expressões da Questão Social. (SAKURADA, 2018 p. 141)

Sabemos que a contrarreforma do ensino superior contribuiu para a expansão desenfreada dos cursos de Serviço Social, tanto nas instituições de ensino privadas, quanto no ensino na modalidade à distância, pois,

[...] além de proporcionar novos campos de expansão ao capital, fundamentais na fase atual do capitalismo, responde à necessidade de formação de intelectuais difusores de uma sociabilidade conformista e colaboracionista. (PEREIRA, 2010 p. 324)

A contrarreforma do ensino superior paralelamente, também se caracteriza por uma sistemática e profunda precarização e sucateamento das universidades públicas, tanto nas suas estruturas físicas que se encontram cada vez mais deterioradas, quanto no quadro de funcionários, especialmente o corpo docente que tem sua força de trabalho cada vez mais explorada, bem como o corpo discente que se encontra cada vez mais desmotivado e sem recursos para se manter nas universidades e concluir seus cursos superiores, pois não existe uma Política de Assistência Estudantil efetiva que garanta a permanência dos alunos nas universidades, embora exista alguns Programas pontuais que são oferecidos nas Instituições públicas como por exemplo, o auxílio moradia e o auxílio aluguel, todavia, esses Programas não possuem verba suficiente para atender a demanda total de discentes que necessitam, fazendo com que muitos não tenham acesso a esses auxílios.

Para citar mais alguns desafios postos à categoria, podemos destacar a dificuldade de financiamento de pesquisas na área de Serviço Social, considerando que a maioria das agências de fomento à pesquisa valorizam especialmente as áreas exatas e de tecnologia, comprometendo a produção de

conhecimento da área. Como podemos notar no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)²³ 2011-2020.

O referido Plano tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para a pós-graduação no Brasil. Os eixos do PNPG 2011-2020 são a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação; a criação de uma nova Agenda nacional de pesquisa; o aperfeiçoamento da avaliação da pós-graduação; a interdisciplinaridade e o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino.

O PNPG 2011-2020 defende o incentivo nas áreas tecnológicas, engenharias e agrárias, sob o argumento de que nas últimas décadas do século XXI a agricultura brasileira atingiu altos índices de produtividade. Assim, o PNPG 2011-2020 sinaliza a necessária promoção da integração entre o ensino de pós-graduação com o setor empresarial.

Referente ao fomento à pesquisa, o PNPG 2011-2020 sinaliza a viabilização de parcerias entre a Universidade, o Estado e empresas privadas. Outras áreas estratégicas incentivadas pelo PNPG 2011-2020 são o programa espacial, política nuclear, saúde pública, questões urbanas, clima, energia e pré-sal, enfatizando que esses temas conduzirão ao desenvolvimento de novas engenharias institucionais (BRASIL, 2010).

De forma resumida diante do exposto, fica evidente que a proposta do PNPG 2011-2020 tem como foco as áreas da tecnologia e da engenharia, deixando em segundo plano e sem incentivo às pesquisas e estudos nas áreas humanas e sociais, refletindo a desvalorização das ciências humanas e sociais na atual conjuntura.

Outro ponto de destaque é a ausência de ofertas de intercâmbios tanto no âmbito da graduação, quanto da pós-graduação, pois igualmente às pesquisas, os investimentos em intercâmbio são destinados em sua maioria para as áreas de exatas e tecnologia.

Ainda de acordo com o PNPG 2011-2020, um dos objetivos é a interação mais intensa entre Instituições brasileiras e internacionais, como forma de promover o crescimento da ciência e aumentar o protagonismo do Brasil no

²³ Para mais informações, acerca deste Plano, consulte o PNPG 2011-2020, disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf> . Acesso 31/08/2020

cenário internacional. Para isso, o PNPG 2011-2020 sugere o envio de mais estudantes para o exterior, estimular a visita de pesquisadores estrangeiros no Brasil e aumentar o número de publicações com Instituições estrangeiras (BRASIL, 2010).

Assim, para atender as crescentes demandas da economia e da sociedade, o PNPG 2011-2020 propõe o aumento do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido pelo governo em Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como o aumento do investimento privado nas citadas áreas; revisão do arcabouço legal para que as agências de fomento federais e estaduais tenham maior flexibilidade no uso de recursos destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação; eliminação dos entraves burocráticos que impedem as atividades de consultoria e assessoria de pesquisadores do Regime Jurídico Único a empresas públicas e privadas e redução das atividades burocráticas exigidas dos pesquisadores na gestão dos recursos cedidos pelas agências (BRASIL, 2010).

Portanto, os cursos de pós-graduação em Serviço Social também enfrentam grandes desafios, em decorrência das inflexões do processo de contrarreforma do ensino superior, visto que desde a adesão do país a política neoliberal e da inserção do ensino superior como alvo altamente lucrativo para o capital, as pós-graduações acabam sendo enquadradas dentro dos parâmetros da perspectiva de atender aos interesses do mercado.

Nesse sentido, o PNPG 2011-2020 confere ênfase a produtividade, a eficiência, a eficácia e a lucratividade, resultando numa formação massificada, aligeirada e esvaziada de censo crítico, além de propor o fortalecimento da integração entre pós-graduação e setores empresariais que estabelece os eixos orientadores para a materialização das diretrizes gerais da pós-graduação. Outra proposta sinalizada no Plano é o aumento dos mestrados profissionais também focalizados na dimensão técnica operativa da profissão.

Os mestrados profissionais têm como característica o aligeiramento da formação de pós-graduação e se constitui como uma forma de articulação entre universidade e mercado, portanto, foca no processo formativo a partir da lógica meramente instrumental, pragmática, técnica, competitiva e produtivista, típico do conservadorismo, expresso através do ideário pós-moderno.

É importante pontuar que o conservadorismo está enraizado nas bases do Serviço Social e sempre esteve presente na profissão²⁴, ora de forma mais explícita, ora de forma mais implícita, contudo, a aproximação com a teoria marxista, a aproximação com os movimentos sociais e a construção do projeto ético-político através de uma fundamentação crítica e uma perspectiva progressista propõem um processo contínuo de busca de ruptura com os traços conservadores que perseguem a profissão desde sua emergência.

No atual estágio de avanço do conservadorismo esses traços acabam se fortalecendo e se reatualizando tanto no âmbito do processo formativo, quanto no trabalho profissional do/a assistente social.

No que diz respeito ao pensamento pós-moderno como já ressaltado por diversos pesquisadores da área, este promove no âmbito do Serviço Social uma reatualização do conservadorismo, do pragmatismo e de práticas imediatistas e superficiais. De acordo com Boschetti (2015), a incorporação do pensamento pós-moderno no Serviço Social revitaliza o metodologismo com ênfase no tecnicismo em detrimento de análises críticas acerca da realidade concreta; o teorismo acrítico com ênfase em abordagens abstratas que não apreendem o real na sua totalidade defende a possibilidade da neutralidade, “incorpora no arcabouço teórico do Serviço Social categorias próprias do arsenal conservador como integração, vigilância, vulnerabilidade, empoderamento, justiça social, terceiro setor etc.” Ainda, conforme a autora, defende o voluntarismo com foco no subjetivismo distanciado da objetividade, viabilizando o esvaziamento do pensamento crítico, o possibilismo que se conforma com as pequenas reformas efetuadas dentro dos limites da sociabilidade capitalista perdendo de vista a noção de emancipação humana. Essas características resultam em práticas focalizadas, seletivas, assistencialistas e fragmentadas (BOSCHETTI, 2015 p. 648).

De acordo com Silva (2010, p. 416), a invasão do pensamento pós-moderno no âmbito das universidades tem como resultado:

²⁴ Sabe-se que a profissão emerge tendo como função principal intervir através de uma perspectiva conservadora nas expressões da Questão Social, tendo como norte o consenso e a integração da classe trabalhadora no processo de reprodução do capital de forma passiva, administrando e executando políticas para a manutenção da ordem capitalista (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982).

[...] a constituição de uma universidade rebaixada intelectual e culturalmente, que atende de maneira muito eficiente aos interesses de expansão do mercado, mas não consegue contribuir de forma significativa com a emancipação humana por meio da educação e da produção de conhecimento.

No que se refere aos cursos de graduação em Serviço Social, podemos citar aqueles na modalidade à distância, considerados também um desafio para uma formação de qualidade, as aulas ocorrem por meio de vídeo conferências com apoio de tutores, que na maioria das vezes são apenas graduados em Serviço Social, não sendo exigida a titulação de mestre ou doutor.

Partindo do pressuposto de que a realização de um mestrado e doutorado confere ao indivíduo maior aprofundamento acerca da sua formação, portanto, refletindo diretamente na qualidade do seu trabalho enquanto docente, podemos inferir que tutores e/ou docentes de IES privadas ou a distância que possuem apenas graduação não tem o mesmo aprofundamento teórico que um docente com nível de mestrado e doutorado. Podemos destacar ainda que, no mestrado, além das disciplinas específicas da área e do curso, é realizado o estágio de docência, como um momento de extrema importância para o preparo para a docência.

Em levantamento realizado no ano de 2018 pelo INEP, pôde-se verificar a predominância de instituições de ensino superior privada que ofertam o curso de Serviço Social. Dos 330 cursos de Serviço Social oferecidos atualmente, 67 são em instituições públicas e 263 em instituições privadas, o que corresponde a 79,7% dos cursos avaliados. Desses 330 cursos de Serviço Social, 306 são oferecidos na modalidade presencial e 24 na modalidade à distância; 146 cursos oferecidos em universidades e 115 oferecidos em faculdades (sem obrigatoriedade do tripé ensino, pesquisa e extensão) e 68 cursos oferecidos em centros universitários (BRASIL, 2019).

De acordo com Iamamoto (2014, p. 629), vem ocorrendo nas últimas décadas um crescimento exponencial do quadro de assistentes sociais, decorrente, principalmente, da expansão do ensino superior privado, portanto, “a massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e normas do mercado”.

Esse aumento do contingente de assistentes sociais tem como desdobramento o acréscimo do desemprego no interior da categoria, tendo em vista que o mercado de trabalho não supre a demanda de emprego, formando, como designa a autora um “exército assistencial de reserva” que acaba por abrir espaço para o fortalecimento do trabalho voluntário, do clientelismo político, da desvalorização salarial da categoria, assim como da precarização das condições de trabalho desses/dessas profissionais.

Outro agravante no quadro da precarização do processo formativo resulta da oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, prevista no Art. 1º da Portaria Nº 4.059 de 2004. Ou seja, as instituições de ensino superior privadas, respaldadas pela Lei, podem oferecer até 20% da carga horária total do curso à distância em favor das exigências de lucratividade do mercado em detrimento da qualidade do processo formativo.

Dentro da lógica de precarização do trabalho, merece destaque a inserção dos professores do ensino superior nesse contexto, os quais se encontram cada vez mais limitados em sua autonomia para desenvolverem suas pesquisas, por exemplo, sem a interferência dos interesses do capital. Nas instituições privadas, principalmente, o trabalho docente é marcado por contratos temporários, com redução de direitos trabalhistas, instabilidade, alta rotatividade, ausência de contribuição previdenciária e décimo terceiro, dentre outros.

É um dado de realidade que o adoecimento docente está relacionado com as suas condições de trabalho, principalmente. De acordo com Silva, Freitas e Kitagawa (2018 p. 105,106):

[..] o processo de adoecimento docente está ligado, inegavelmente, à sua atividade profissional, que exige esforço físico e psicológico diariamente, principalmente no atual contexto de mundialização, quando as relações de trabalho se encontram em constantes mudanças. [...] Nesse processo de expansão precarizada, a saúde do/a trabalhador/a docente é atacada, visto que as condições de trabalho ou as circunstâncias sob as quais os/as docentes mobilizam suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas geram sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas.

Assim, o trabalho docente está exposto a agentes que estimulam o estresse e a exaustão física e mental desses profissionais, como por exemplo, a sobrecarga de atividades a serem executadas, jornadas de trabalho extenuantes, desvalorização da categoria, ausência de uma adequada estrutura física para desenvolver suas atividades, tendo em vista o sucateamento das instituições etc.

É possível verificar a sobrecarga de trabalho docente, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, onde muitas vezes os docentes se deparam com dificuldades para conciliar ensino, pesquisa, extensão, produção bibliográfica etc., a partir das exigências produtivistas que inviabiliza a realização de um trabalho crítico e aprofundado, seja em instituições pública ou privada, cada uma com suas especificidades.

No atual contexto de crise capitalista:

[...] torna-se possível contratar a força de trabalho por diferentes formas, ainda que tenha as exigências da qualificação formal como critério avaliativo. Assim, uma otimização do trabalho é assegurada e a competição interna é acirrada, estimulando os docentes a produzir mais, além de flexibilizar a prestação do serviço de educação (PINTO, 2014 p.667).

Portanto, com a criação de cursos de Serviço Social em instituições privadas é possível visualizar um empobrecimento intelectual crítico no processo formativo, tendo em vista um distanciamento da proposta de formação prevista nas Diretrizes Curriculares de 1996, pois segundo Iamamoto (2014), os referidos cursos, tanto em instituições privadas, bem como na modalidade à distância se fundamentam nas Diretrizes aprovadas e encaminhadas pelo CNE e MEC em 2002, as quais suprimem elementos essenciais da proposta de formação construída coletivamente pela categoria, principalmente no que tange à direção social da formação, aos conhecimentos e as habilidades fundamentais para desempenho da profissão do/a assistente social comprometido com o Projeto Ético-Político profissional.

Sabemos que a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996 pela ABEPSS foi realizada na perspectiva da intenção de ruptura com o Serviço

Social Tradicional e tendo como referência a teoria de base marxiana/marxista. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996,

[...] está calcada na perspectiva crítica dialética, no entendimento de que a formação de um novo *ethos* profissional do/a assistente social, pode alavancar a profissão no compromisso com a classe trabalhadora rumo à outra sociabilidade, numa visão de Formação Profissional para além de mercado, mas para a vida social. (MOREIRA; CAPUTI, 2016 p.104)

É importante sinalizar, que as diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC em 2002 descaracterizaram as Diretrizes Curriculares de 1996 elaboradas pela ABEPSS, pois não apresenta conteúdos fundamentados que garantam a interrelação e indissociabilidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que, segundo as Diretrizes Curriculares de 1996 devem compor e estar presente durante todo o percurso do processo formativo, o que acaba inviabilizando uma formação intelectual crítica. A pesquisa e a extensão aparecem de forma superficial ficando sob a responsabilidade de cada instituição de ensino o desenvolvimento dessas atividades.

Segundo Sakurada (2018) as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC em 2002, baseadas numa concepção de educação mercadológica, apresenta no âmbito do Serviço Social uma ausência de clareza com relação às competências e atribuições privativas do/a assistente social, pois na proposta do MEC esses termos são substituídos por “competências e habilidades”, bem como ocorre uma separação entre o trabalho profissional e as determinações da realidade, o que acaba reforçando um processo formativo focado apenas na capacitação técnica para uma intervenção imediata e superficial, desconsiderando a totalidade.

As modificações implementadas pelo MEC impede a garantia de um currículo de conteúdo básico comum defendido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para o processo formativo em todos os cursos de Serviço Social, enfraquecendo, sobremaneira, a formação profissional e garantindo a reprodução e manutenção do sistema capitalista, pois esvazia a formação do seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Assim, apreender as condições em que se estabelecem o Estado burguês e as políticas sociais inseridas no campo das lutas de classe, bem como ter certo domínio acerca da burocracia e sobre os instrumentos técnicos requisitados pelo trabalho institucional são importantes para uma boa intervenção nas expressões da Questão Social, todavia, essa apreensão só é possível a partir de uma formação comprometida com o tripé ensino, pesquisa e extensão e com os princípios norteadores do Projeto Ético-Político.

Portanto, ante a atual conjuntura adversa de precarização e desmonte da educação, explicita-se a importância da articulação de lutas coletivas tanto por parte do conjunto da categoria, quanto da sociedade como um todo, no sentido de defender a educação pública, laica e de qualidade.

As atuais configurações do ensino público, privado e à distância precisam ser entendidas e inseridas no quadro geral das novas exigências capitalistas em tempos de crise e são indissociáveis do processo de reestruturação produtiva e das mudanças no mundo do trabalho que demandam um novo perfil de profissional, que seja formado de acordo com as novas configurações da educação voltada para o atendimento das necessidades do capital.

Em síntese, a partir dessa apreensão é possível pressupor que as condições e os princípios que orientam o processo formativo do/a assistente social vão ter inflexões diretas no seu trabalho profissional, visto que, o/a assistente social formado a partir de um ensino totalmente focado no âmbito técnico-instrumental, sem os devidos questionamentos e reflexões críticas acerca da realidade concreta em sua totalidade, dificilmente terá êxito no enfrentamento das políticas focalizadas, fragmentadas e na identificação das contradições do sistema, com as quais irão se deparar no seu cotidiano de trabalho, fazendo com que esses/essas profissionais acabem caindo no fatalismo ou messianismo e pautem seu trabalho a partir da mera reprodução dessas políticas, ou seja, terminem sendo funcionais à manutenção do *status quo*.

4.2 Repercussões das transformações no mundo do trabalho no cotidiano do trabalho do/da assistente social

É consensual entre os autores da tradição marxista que o interesse do capital a partir do processo de reestruturação produtiva e das transformações no mundo do trabalho, como já enfatizado neste trabalho, é construir e delinear um novo perfil de trabalhador que esteja apto a responder e a se adaptar as novas demandas do mercado postas cotidianamente. Por isso, o interesse volta-se para formar um trabalhador facilmente adaptável à flexibilização e polivalente para que consiga dominar várias áreas do saber e habilidades. Somam-se a este quadro, as formas precárias e desregulamentadas de contratos trabalhistas. É fundamental considerar este cenário macroscópico para apreender as repercussões da dinâmica do mercado de trabalho no âmbito do Serviço Social e da inserção dos/as assistentes sociais nesse contexto de precarização.

Além de um processo formativo fragilizado os/as assistentes sociais vêm se deparando com condições de trabalho extremamente precárias, a exemplo da própria dinâmica em que se estabelecem as transformações no mundo do trabalho com o aumento da superexploração e da informalidade. Emergem novos espaços sócio ocupacionais, novas modalidades de intervenção e novas demandas de trabalho no âmbito do Serviço Social.

Como já discutido anteriormente, a flexibilização e a precarização são as palavras de ordem no contexto das transformações no mundo do trabalho, bem como na conformação das políticas neoliberais. Esse processo de transformação atinge diretamente o trabalho do o/a assistente social enquanto trabalhador assalariado, pois é através das políticas sociais que busca intervir nas inúmeras expressões da Questão Social.

Raichelis (2011) destaca que a terceirização no âmbito do Serviço Social acaba subordinando as ações desenvolvidas a prazos contratuais, recursos limitados, descontinuidade e rompimento abrupto de projetos e serviços, entre outros desdobramentos negativos para o trabalho do/a assistente social. A autora dá ênfase, também, à incorporação da cultura do gerencialismo, própria do âmbito privado, no setor público, limitando sobremaneira a intervenção do/a

assistente social, pois reforça atividades meramente superficiais e repetitivas que não apontam para o exercício da reflexão crítica.

Vale destacar o papel importante desempenhado pela autonomia relativa dos/as assistentes sociais que compreende um exercício diário de reafirmação do Projeto Ético-Político, bem como evidencia os limites e as possibilidades da intervenção no âmbito do Serviço Social. Nesta lógica de precarização esta relativa autonomia também se encontra tensionada, tendo em vista que a maioria dos/as profissionais está inserida no mercado de trabalho através de contratos temporários, levando-os a se submeter às exigências do empregador, sob pena de perda de emprego. Mesmo norteando seu trabalho a partir do Código de Ética de 1993, é inegável que, numa condição de trabalho precária e instável, o/a assistente social tem sérias limitações e desafios no seu cotidiano de trabalho, assim como, sua autonomia e suas estratégias de ação são profundamente comprometidas pelas condições objetivas e subjetivas em que se estabelece sua inserção no mercado de trabalho.

Portanto, a parca realização de concursos públicos no âmbito do Serviço Social tem como resultante, além do aumento de contratos terceirizados, precários e instáveis, a promoção de uma considerável fragilização da relativa autonomia profissional, pois a promoção de concursos públicos é um mecanismo que possibilita a estabilidade no emprego, fortalece a autonomia profissional, impedindo o clientelismo e os contratos de trabalho por apadrinhamento.

Segundo Guerra (2010), a precarização do trabalho, a flexibilização da legislação trabalhista e dos direitos sociais, o estabelecimento de políticas sociais focalizadas mediante programas de combate à extrema pobreza e transferência de renda, desenha o quadro que representa as condições de trabalho dos/as assistentes sociais na contemporaneidade. Assim, no contexto atual, o capital demanda um/uma assistente social inserido/a no mercado de trabalho desregulamentado, polivalente e multifuncional, com formação aligeirada e acrítica, com alta capacidade de adaptação às novas exigências do mercado.

É importante situar que o trabalho do/a assistente social também é tensionado pelas demandas postas pelas instituições empregadoras e pelos espaços sócio-ocupacionais, assim como pelas demandas advindas da classe

trabalhadora, decorrentes das contradições próprias do sistema capitalista e das inúmeras expressões da Questão Social.

Nesse sentido, concordando com Iamamoto (2014), o trabalho do/a assistente social acaba por participar tanto dos mecanismos de exploração, dominação, manutenção e reprodução do *status quo*, quanto no desenvolvimento de respostas institucionais e políticas, no sentido de atenuar as situações mais extremas da classe trabalhadora.

Vale ressaltar que a precarização das condições e relações de trabalho no interior da categoria, como por exemplo, os baixos salários, fazem com que os/as profissionais busquem manter dois ou mais vínculos empregatícios, explicitando a superexploração da força de trabalho, bem como a precarização e fragilidade das condições e relações de trabalho, resultando, muitas vezes, na impossibilidade de realizar um trabalho de qualidade, acompanhando efetivamente as demandas postas.

Nesse sentido, a descontinuidade dos serviços prestados pelos/pelas assistentes sociais é outra consequência do processo em curso de mudanças no mundo do trabalho, tendo em vista que grande parte dos/as profissionais trabalham também em regime de plantão, o que faz com que ocorram intervenções pontuais, imediatas e sem o acompanhamento devido, bem como a não apreensão da realidade social em sua totalidade.

Outro ponto relevante é o tipo de vínculo empregatício em que se encontram os/as assistentes sociais. Os trabalhos por contrato temporário, por exemplo, além de incidirem negativamente na instabilidade, trazendo insegurança para o/a profissional, ainda abrem brechas para a requisição de atividades que não são de suas atribuições e estes se veem impelidos a fazê-los por medo de perder o emprego. Assim, para permanecer no mercado de trabalho, grande parte dos/as assistentes sociais busca se qualificar profissionalmente participando de cursos aligeirados, de baixa qualidade e com foco apenas na capacitação técnico-instrumental, em nome da empregabilidade, sem levar em consideração o processo permanente de construção crítica do conhecimento que ultrapasse as barreiras das necessidades do mercado de trabalho inscrito no modo de produção capitalista.

Importante destacar também que, muitas vezes as próprias instituições empregadoras não viabilizam a promoção de espaços de educação

permanente e de atividades nesta perspectiva, o que acaba dificultando ainda mais a efetivação deste processo pelos/pelas profissionais.

Na lógica da política neoliberal, a instituição do Terceiro Setor e da desresponsabilização do Estado no trato das políticas e serviços sociais, fortalece a cultura do trabalho do/a assistente social nesses espaços sócio-ocupacionais, como trabalhos desprovidos do seu caráter político, corroborando para a construção de uma imagem distorcida da profissão como prática voluntarista e assistencialista, assim como com o fortalecimento da refilantropização e da despolitização e assistencialização das políticas sociais.

Os/as assistentes sociais sofrem, também, com a desregulamentação do trabalho formal com a perda de acesso aos direitos trabalhistas e do rebaixamento e desvalorização salarial. Nesse contexto, verifica-se o aumento de assistentes sociais inseridos em trabalhos precários, temporários, com contrato por projeto etc. Essa precarização das condições e relações de trabalho no interior do Serviço Social (mas não exclusivamente desta profissão) atinge diretamente a qualidade dos serviços prestados e impossibilita muitas vezes o processo de educação permanente.

Portanto, o cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais na contemporaneidade é marcado por certa disparidade salarial, principalmente dependendo do seu tipo de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que, aqueles/aquelas que são concursados/as além de terem os direitos trabalhistas assegurados e estabilidade no emprego, possuem melhores salários do que os/as assistentes sociais contratados/as temporariamente.

Segundo Boschetti (2017 p.67), os/as assistentes sociais também enfrentam na atual conjuntura de crise capitalista:

[...] condições de trabalho insatisfatórias que não atendem ao disposto na Resolução CFESS Nº 493/2006, como inexistência de espaço físico exclusivo para atendimento sigiloso, ausência de equipamentos para guarda de material ou para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado.

Vale ressaltar que mesmo os/as assistentes sociais inseridos/as no mercado de trabalho na condição de servidor/a público também são desafiados no seu cotidiano de trabalho profissional a seguir o compromisso ético-político da profissão diante de espaços sócio-ocupacionais altamente burocratizados, submetidos a uma lógica gerencialista, com políticas sociais pontuais e focalizadas de acordo com os ditames neoliberais. Essa composição institucional favorece o fortalecimento e o revigoramento de tendências conservadoras, tanto no âmbito acadêmico-institucional com movimentos como o Serviço Social libertário²⁵ que vem tomando força e espaço no interior da categoria, fortalecido em grande medida pelo avanço da ofensiva do capital e do pensamento conservador, indo de encontro ao que é defendido pelo projeto ético-político, mostrando-se como um verdadeiro retrocesso para a profissão, bem como no âmbito do trabalho profissional que passa a se pautar notadamente a partir dos fenômenos imediatos e fragmentados.

Sob essas condições, é consensual que grande parte dos/as assistentes sociais que estão inseridos no precário mercado de trabalho se encontram mental e fisicamente desgastados e desmotivados. Estão expostos cotidianamente a jornadas extenuantes de trabalho que resultam não só no cansaço físico, mas também no esgotamento emocional, tendo em vista que lidam diariamente e diretamente com a população submetida a situações de pobreza e violação de direitos.

Com relação às condições subjetivas resultantes da precarização do mundo do trabalho, Santos (2010, p.703) destaca que:

[...] os processos de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em particular dos (as) assistentes sociais, que são gerados a partir da inserção no trabalho em tempo de mundialização do capital. Problemas variados de coluna, gastrites, úlceras, depressões e síndromes as mais diversas são reveladoras de indivíduos vivendo em situações agudas de competitividade, burocratismo e violação de direitos.

²⁵O Serviço Social Libertário é um movimento iniciado por alunos e profissionais de Serviço Social de diferentes estados do país que através de uma postura conservadora, ligada ao serviço social tradicional, se mostram contra a influência marxista no interior da profissão.

Para mais detalhes acesse: <https://www.facebook.com/servicosocialibertario/posts/306372039707012> >

Diante deste contexto adverso, urge refletir acerca das inúmeras dificuldades que os/as profissionais assistentes sociais enfrentam para efetivar de forma satisfatória o processo de educação permanente. Diversos são os obstáculos postos no que se refere a sua participação efetiva em processos de educação permanente. Apesar de aprofundarmos esta discussão mais adiante, podemos de modo geral sinalizar alguns obstáculos, a exemplo da ausência da promoção de formações e qualificações que realmente estejam em sintonia com os princípios do Código de Ética de 1993 e do Projeto Ético-Político, a falta de tempo por ter mais de um vínculo empregatício ou outras responsabilidades e muitas vezes, além disso, os empregadores não viabilizam condições favoráveis para que os trabalhadores participem de algum evento nesta perspectiva, tendo em vista que, em muitos casos, os/as profissionais esbarram com a própria dificuldade de serem liberados do trabalho para participarem de atividades de desenvolvimento e construção crítica. E, somado a isso, como já sinalizado anteriormente, as próprias instituições empregadoras não oferecem cursos, nem espaços para a efetivação do processo de educação permanente.

Todo esse contexto de barreiras impostas para a efetivação do processo de educação permanente reflete tanto no perfil profissional que está inserido nos diversos espaços sócio-ocupacionais, bem como nas respostas desenvolvidas por estes/estas profissionais para atender as demandas que lhes são postas diariamente.

Soma-se a este quadro, o fato de que o Estado como principal empregador do/da assistente social requisita uma intervenção a partir de políticas e serviços estabelecidos de acordo com as orientações neoliberais, ou seja, políticas sociais e serviços focalizados, seletivos, imediatistas e fragmentados. Esse é, em resumo o quadro geral de como se estabelecem as bases do processo formativo e das condições de trabalho dos/as assistentes sociais na contemporaneidade.

É, pois, neste caminho que buscaremos elucidar no âmbito do Serviço Social as ações de resistência da categoria no sentido de enfrentar o atual cenário de ofensiva capitalista, explicitando algumas ações desenvolvidas na

perspectiva da defesa da formação pública, laica e de qualidade, bem como contra a precarização das condições e relações de trabalho.

4.3 Apontamentos acerca de algumas estratégias de resistência desenvolvidas pela categoria profissional frente aos desafios postos à formação e ao trabalho do/da assistente social

Longe de ser uma tarefa exclusiva do Serviço Social, mas sim de todas as categorias profissionais, a luta contra a precarização do trabalho e do desmonte da educação e do ensino superior especificamente, emerge no cenário atual como um movimento fundamental frente à ofensiva capitalista. As iniciativas desenvolvidas pelo conjunto das entidades da categoria do Serviço Social reafirmam a direção social estratégica da profissão, ou seja, o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, a defesa da formação pública de qualidade e do trabalho profissional que esteja de acordo com as diretrizes que norteiam a profissão.

O CFESS; os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); a ABEPSS e a ENESSO como entidades representativas da categoria tem firmado uma trincheira de luta e resistência contra o desmonte da educação e da precarização do ensino superior, bem como das relações e condições de trabalho, evidenciando o compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão.

Concordando com Duarte (2019), as ações que constituem o processo de resistência da categoria diante do cenário adverso de precarização do mundo do trabalho e desmonte do ensino superior não é um movimento linear, mas sim dinâmico perpassado por contradições, avanços, recuos, derrotas e conquistas.

As ações das entidades representativas da categoria profissional no sentido de desenvolver eventos com o objetivo de discutir e refletir de forma crítica acerca da formação e do trabalho profissional do/a assistente social se constitui como uma significativa estratégia de luta, resistência e esforço concreto contra o desmonte do ensino superior de qualidade e a ofensiva neoliberal de derruição de direitos.

A luta em defesa das condições e relações de trabalho adequadas está presente cotidianamente nas ações desenvolvidas pelo conjunto CFESS/CRESS, pela ABEPSS e pela ENESSO, que pautam suas ações na perspectiva de defesa das condições éticas e técnicas de trabalho. Citamos como exemplo a publicação da Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social (CFESS, 2006).

O CFESS enquanto órgão que orienta, disciplina, normatiza, fiscaliza e defende o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os CRESS, vem desenvolvendo ações e elaborando normatizações na perspectiva de reafirmar e materializar os princípios e diretrizes fixadas no Projeto Ético- Político profissional.

Outra estratégia significativa de resistência da categoria é a elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares de 1996 que fundamenta seu projeto de formação profissional a partir de uma perspectiva de educação que garanta uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, abarcando também as dimensões interventiva e investigativa, bem como a transversalidade da dimensão ética e política em todo o processo formativo. No contexto da política neoliberal, essas Diretrizes foram diretamente atacadas e desarticuladas pelo MEC, todavia, a categoria profissional, através da luta contínua em defesa da formação crítica, reafirma e defende a efetivação das Diretrizes Curriculares de 1996, numa clara oposição ao desmonte do ensino superior de qualidade no país.

A elaboração do Código de Ética profissional de 1993, comprometido com a emancipação humana e a autonomia dos sujeitos defende a luta por uma sociedade livre da exploração, da opressão e de todo tipo de discriminação. Bem como a Lei que Regulamenta a Profissão Nº 8.622/1993, que explicita o compromisso do Serviço Social com os interesses da classe trabalhadora e com a emancipação humana, além de elencar um conjunto de competências e atribuições privativas do/a profissional assistente social, se constitui como significativos instrumentos de resistência à ordem estabelecida.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), expressa um espaço privilegiado de reflexão e discussão sobre os desafios postos aos/às

assistentes sociais diante de um contexto que tem agravado severamente as condições de vida da classe trabalhadora.

O último CBAS ocorreu em Novembro de 2019, tendo como tema “40 anos da ‘Virada’ do Serviço Social”, com o objetivo de reafirmar o compromisso com uma agenda profissional que é parte das demandas dos trabalhadores/as, tendo como horizonte uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão.

Nesse sentido, o CBAS se apresenta como um espaço para reflexão e discussão sobre as possibilidades e desafios postos aos/às assistentes sociais diante de um contexto que tem agravado severamente a desigualdade social no país, visto que os/as profissionais assistentes sociais têm sido demandados para operacionalizar serviços cada vez mais focalizados e fragmentados, bem como, para administrar a escassez de possibilidades de atender as demandas da população usuária empobrecida e violentada em seus direitos humanos mais elementares. O enfrentamento desses desafios requer estratégias coletivas e o CBAS tem sido historicamente, uma oportunidade de debatê-las, possibilitando qualificados espaços de atualização profissional e organização política (CBAS, 2019).

É importante destacar que além do CBAS, se constitui como uma estratégia de lutas e resistência o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), evento de pesquisadores de Serviço Social, que contribui significativamente para a formação continuada, para a produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais, para o fortalecimento da categoria e, sobretudo, para o adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e posicionamentos políticos (ABEPSS, 2020).

Ressaltamos ainda a elaboração do documento intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” pelo CFESS, publicado em 2010, atualizado e republicado em 2011, no qual a categoria se posiciona publicamente contra esta modalidade de ensino, ressaltando o descompromisso das instituições de ensino e do Ministério da Educação com a educação de qualidade enquanto direito social.

Destacamos o Encontro Nacional de Educação (ENE) em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como um direito, realizado em

agosto de 2014 no Rio de Janeiro. Em Junho de 2016 ocorreu em Brasília o 2º Encontro Nacional de Educação com o tema “Assistentes Sociais por uma educação pública, gratuita, de qualidade, presencial e socialmente referenciada”. Bem como XV ENPESS com o Tema “O Serviço Social na resistência pela Educação Pública”, realizado em Dezembro de 2016, em Ribeirão Preto- SP.

Cumprindo a deliberação aprovada no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) por meio da Portaria CFESS n. 25, de 03/11/2008. O GT se reuniu em 15 de dezembro de 2008 na sede do CFESS, em Brasília, e iniciou o trabalho de sistematização de estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior, de acordo com os objetivos definidos no referido Encontro. Dessa forma, as atribuições do GT são sistematizar atividades já realizadas pelo Conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade.

O resultado do GT foi à elaboração do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a precarização do Ensino Superior, desenvolvido pela ABEPSS/CRESS, tendo como objetivo viabilizar a luta em torno da qualificação do trabalho e da formação profissional no interior do Serviço Social no âmbito do trabalho e da formação, assim como coordenar o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do ensino superior, sendo reconhecido como “GT Trabalho e Formação Profissional”.

Foi a partir desse grupo que se desenvolveram campanhas como, por exemplo, a “Educação não é Fast-Food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” com o apoio da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES).

O referido GT elaborou um documento intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” que analisa e aponta o descompasso existente entre os princípios do projeto profissional do Serviço Social e as diretrizes que regem a educação na modalidade à distância como já sinalizamos anteriormente.

Como forma de enfrentar a precarização e a instabilidade dos postos de trabalho, o conjunto CFESS/CRESS, de acordo com Boschetti (2011, p.564):

[...] lançou a Campanha em defesa de concurso público, com diversos tipos de ação junto à órgãos públicos e privados, entendendo o concurso público como uma das formas para assegurar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados dos usuários, conforme estabelece nosso Código de Ética profissional.

Outra estratégia importante que contribui em grande medida para a efetivação do processo de educação permanente, bem como para a qualidade da formação e das respostas desenvolvidas pelos/pelas assistentes sociais é o Projeto ABEPSS Itinerante que tem como objetivo fortalecer as estratégias político pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior e reforçar os princípios das Diretrizes Curriculares na direção social de defesa da classe trabalhadora. Assim, desde 2011, o projeto da ABEPSS Itinerante representa uma ação que tem como perspectiva a atualização e qualificação de docentes, discentes e profissionais em geral, através de debates e oficinas em torno de questões contemporâneas, tanto no âmbito teórico, quanto ético-político do Serviço Social.

Logo, o projeto ABEPSS Itinerante tem o objetivo de:

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior. (ABEPSS, 2012 p. 6)

No que se refere às lutas por melhores condições de trabalho para os/as assistentes sociais, destacamos a aprovação da Lei Nº 2.317/2010 que trata da redução da carga horária semanal de trabalho do/a assistente social para 30 horas semanais sem redução salarial, inserindo-se na luta pelo direito ao

trabalho com qualidade para toda a classe trabalhadora, conforme estabelece o Código de Ética Profissional de 1993.

A Resolução CFESS Nº 533/2008 que regulamenta a supervisão de estágio, está também inserida nas lutas em defesa da qualidade do processo formativo e da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. A PNE, aprovada em 2010 aparece como um grande avanço da categoria no sentido do fortalecimento da qualidade do processo formativo.

Algumas publicações no periódico informativo do CFESS Manifesta defende um posicionamento do Serviço Social contrário aos retrocessos e ataques direcionados à classe trabalhadora e aos direitos trabalhistas. Como por exemplo, em agosto de 2017 com a publicação intitulada: “A contrarreforma trabalhista: o fim da CLT e a resistência da categoria de Assistentes Sociais”. Essas publicações são estratégias de enfrentamento da categoria e expressam sua posição de resistência frente à ofensiva destrutiva do capital.

Em Dezembro de 2018 aconteceu em Vitória (ES) o XVI ENPESS com o tema “Educação como um direito e sem censura para a formação de assistentes sociais qualificados/as”. Bem como o 3º Encontro do Fórum Nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social, na perspectiva de debater ações de resistência e enfrentamento à precarização do ensino de graduação presencial e à distância em Serviço Social no âmbito das IES públicas e privadas.

O CFESS enquanto órgão representativo da categoria integra o Fórum Nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social que tem como objetivo debater ações de enfrentamento à precarização do ensino de graduação. A partir desse Fórum foi elaborada a campanha: “Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social só se for legal, crítica e ética”.

Em Abril de 2019 ocorreu em Brasília a 4º Reunião do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social. Esse Fórum debate ações de enfrentamento à precarização do ensino de graduação presencial e a distância em Serviço Social, no âmbito das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas e reúne integrantes das comissões de Formação do CFESS, dos CRESSs, bem como integrantes da ABEPSS, ENESSO, das instituições de ensino superior, centros e diretórios acadêmicos,

entidades diversas e movimentos que atuam em defesa da educação como um direito.

Em Junho de 2019 foi realizado o 12º Seminário de Capacitação das Comissões de Orientação e Fiscalização (COFIS) do conjunto CFESS/CRESS que teve como objetivo o debate e a reflexão acerca das mudanças no mundo do trabalho e as implicações dessas mudanças para as atribuições profissionais dos/as assistentes sociais.

A constituição de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) que tem como objetivo manter e fortalecer o debate da formação e do exercício profissional do/a assistente social também se mostra como uma estratégia importante para a efetivação do processo de educação permanente. Nesse sentido, os GTPs se são espaços dinâmicos e efetivos de elaboração, produção e divulgação do conhecimento, organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins. Os GTPs se constituem em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates sobre os temas relevantes tanto para categoria profissional quanto para as forças progressistas da sociedade. Promove a integração entre a pesquisa desenvolvida nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo o debate sobre a política científica no Brasil em articulação com outras associações científicas. (ABEPSS, 2020).

Assistentes sociais reunidos/as em Setembro de 2017 no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS, se posicionaram através de moção de repúdio, radicalmente contra os ataques que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) vêm sofrendo com atraso no pagamento de salários e bolsas estudantis (CFESS-CRESS, 2017).

Assistentes sociais reunidas/os no 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS em setembro de 2019, se posicionaram contrários, através de nota de repúdio a todas as formas de desmontes nas Políticas Sociais públicas, com destaque à Educação Pública brasileira, evidenciando que, a contrarreforma do Estado capitalista pelo Programa Future-se compromete a garantia da Educação Pública, presencial, gratuita, laica e viola o tripé, ensino, pesquisa e extensão,

algo indissociável no processo formativo de qualidade. Assim, a intensificação do ideário neoliberal tem como implicações a mercantilização da educação pública, que significa a captura do fundo público pela iniciativa privada e a precarização das condições de trabalho e formação profissional. Por essa razão, os/as profissionais assistentes sociais, através da nota de repúdio, exigiram o retorno dos recursos financeiros públicos à Educação Pública em nível Municipal, Estadual, Federal e Distrital para que as atividades se reestabeleçam, garantindo o acesso e as condições de permanência das/os estudantes, tanto em nível de graduação como de pós-graduação (CFESS-CRESS, 2019).

Participantes presentes ainda no 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, manifestaram também repúdio aos recorrentes cortes no âmbito da CAPES/CNPq que resulta no desfinanciamento da pesquisa e da ciência no Brasil, se colocando na defesa da produção de conhecimento na área do Serviço Social, tanto no âmbito da graduação como na pós-graduação, destacando que o número de programas de pós-graduação com cursos de mestrado acadêmico e doutorado no Brasil é de 38 e 20, respectivamente, representando apenas 1,4% do recurso destinado à pesquisa no Brasil. Sendo uma nítida tentativa de extinção do CNPq com a fusão com a CAPES, além dos intensos cortes no financiamento da política de educação e crescente diminuição dos recursos no âmbito do eixo da ciência e tecnologia para o desenvolvimento social, em que as produções do serviço social se enquadram. Exigindo assim, a garantia do investimento na educação e a manutenção e ampliação do recurso destinado às pesquisas e ciência no Brasil (CFESS-CRESS, 2019).

Ainda no 48º Encontro Nacional CFESS-CRESS os/as profissionais assistentes sociais se manifestaram em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, tendo em vista os fortes ataques do Governo Federal ao direito à educação, impossibilitando estudantes de seguirem sua formação acadêmica pelo corte de bolsas (de assistência estudantil, de pesquisa e de extensão); pelo corte de verbas primordiais ao funcionamento das universidades (pagamento de energia, água e produtos de limpeza); pela precarização do trabalho das/os profissionais da educação (retirada das gratificações, censura, demissão de terceirizadas/os, entre outras medidas); e

pela mercantilização do ensino público (com propostas de privatização da política educacional). O cenário mencionado retrata medidas de desmonte da educação pública no Brasil, importando ressaltar que as universidades públicas representam o contraponto e a resistência ao projeto mercadológico que é hegemônico na atualidade. Para além da realidade desanimadora das universidades públicas federais (CFESS-CRESS, 2019).

Todas essas ações, dentre outras, refletem o compromisso da categoria com o processo de educação permanente, bem como com o perfil profissional que está sendo formado e as respostas desenvolvidas por estes profissionais.

A Política de Educação Permanente desenvolvida na perspectiva de fortalecer e reafirmar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, bem como com o aprimoramento crítico e intelectual do/a assistente social se apresenta como um importante instrumento de resistência da categoria. O que veremos a seguir.

5 O DEBATE ACERCA DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS

5.1 Educação Continuada e Educação Permanente: um debate necessário

Consideramos relevante iniciar esta discussão destacando a diferença conceitual dos termos “educação continuada” e “educação permanente”, tendo em vista que apesar de serem comumente utilizados como sinônimos partem de princípios metodológicos deferentes.

Nesse sentido, destacamos que a educação continuada, segundo Sardinha et. al. (2013) pode ser definida como a execução de atividades na perspectiva de atualizar o indivíduo e o desenvolvimento/aperfeiçoamento deste para responder as demandas que chegam ao cotidiano do trabalho. Assim, a educação continuada tem como norte a busca de conhecimentos e de novas habilidades no sentido do aprimoramento profissional; uma atualização técnico-científica que permite ao profissional refletir acerca do seu trabalho e de suas práticas, pois considera a vivência do e no trabalho. Esse processo acaba por estimular a reflexão acerca das demandas, bem como a troca de experiências.

De acordo com Massaroli e Saupe (2008), no ano de 1978 a Organização Pan-americana da Saúde (OPS) definiu a educação continuada como um processo que tem início após a formação básica com o intuito de atualizar e melhorar a capacidade dos indivíduos frente às transformações técnico-científicas.

A educação continuada é, portanto, toda ação que ocorre após a graduação, com o objetivo central de atualizar conhecimentos e habilidades relacionadas ao bom funcionamento do trabalho, qualificando suas competências profissionais com ênfase em treinamentos e cursos rápidos para adequar os profissionais às novas demandas do mundo do trabalho.

A medida que, a educação permanente para Sardinha et. al (2013) é um processo que parte do pressuposto de que os indivíduos são sujeitos ativos no desenvolvimento e na construção social de conhecimentos, saberes e práticas,

são assim, sujeitos dos seus próprios processos de formação para além do âmbito profissional e ao longo de toda vida.

Nesta linha de raciocínio, a educação permanente é um processo que viabiliza a construção da autonomia e do senso crítico dos sujeitos e valoriza e fortalece o desenvolvimento da capacidade crítica dos indivíduos. A educação permanente está identificada, pois, com uma educação libertadora, emancipatória e transformadora, tendo em vista que ultrapassa o tecnicismo e as capacitações pontuais. Portanto, a educação permanente, de acordo com Sardinha et. al (2013) se fundamenta a partir de uma concepção de educação com potencial transformador.

Para Fernandes (2016), a educação permanente e a educação continuada partem de princípios metodológicos diferentes. Enquanto a educação continuada está ligada à continuidade da formação com vistas ao aperfeiçoamento profissional, meramente técnico-instrumental, a educação permanente emerge a partir de princípios éticos e políticos na perspectiva de superação do *status quo* e a construção de uma sociedade livre e emancipada, onde se prevalece a consciência crítica dos sujeitos.

A educação permanente pode ser também entendida como o desenvolvimento pessoal intrínseco a todo ser humano que é potencializado ao longo de toda vida na perspectiva de promover, além da capacitação técnico-científica, novos conhecimentos e saberes que perpassam todos os âmbitos da vida.

De acordo com Fernandes (2016), as reflexões acerca da educação permanente emergiram nos anos 1970, fortemente influenciadas pelas experiências da educação popular²⁶, se constituindo como um processo que tinha como princípios a dimensão crítica, política e filosófica da educação e do processo formativo dos sujeitos. Nesse sentido, o processo de educação permanente busca ir além das concepções educacionais dominantes e das práticas escolarizadas que se estabelecem a favor do capital. O processo de educação permanente tem como característica também a inserção do indivíduo

²⁶ Para Fernandes (2016), a educação popular tem como vetores principais a participação dos adultos nos seus próprios processos formativos. Nesse sentido, essa educação não deveria ser baseada em um receituário reestabelecido ou em um conjunto de conhecimentos a serem repassados por um professor (visto como o detentor de todo saber), mas sim, um processo contínuo de construção coletiva.

como sujeito da formação e não apenas como um mero receptor passivo de informações.

Segundo o supracitado autor, a educação permanente compreende um projeto global ligado à ideia de uma formação para além da escola, considerando a apreensão das diferentes dimensões da vida humana. Logo, na educação permanente, não se trata apenas de solucionar problemas ou de uma forma técnica que usa determinadas estratégias nem simplesmente de um processo educativo pontual.

Em síntese, a educação continuada se propõe a atualizar e melhorar as competências técnicas e instrumentais dos profissionais. Ao passo que a educação permanente é um processo contínuo que ultrapassa os limites da simples atualização técnico-instrumental, tendo como perspectiva um processo permanente de construção de novos saberes, práticas e conhecimentos críticos capazes de efetivar mudanças substantivas.

5.2 A política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS como instrumento de fortalecimento do processo de educação permanente

Diante do exposto, considerando as diferenças conceituais dos termos, a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS, em 2012, está fundamentada na concepção de educação permanente, pois entende que o processo de construção do conhecimento é contínuo, permanente, constante e que perpassa e vai além da mera atualização técnico-instrumental.

Tendo em vista que a realidade social está em constante movimento e que a Questão Social e suas inúmeras expressões vem se complexificando em meio ao aprofundamento da crise capitalista, torna-se fundamental o debate acerca da importância da efetivação do processo da Educação Permanente, pois, acreditamos que este contribui para que os indivíduos consigam acompanhar as transformações ocorridas no âmbito da realidade social, bem como viabiliza a construção e desenvolvimento de estratégias críticas para o enfrentamento da Questão Social e suas expressões.

No atual contexto, explicita-se a importância fundamental do processo de Educação Permanente no âmbito do Serviço Social, como uma forma de reflexão crítica contínua acerca dessas transformações na perspectiva de desenvolver estratégias no sentido de possibilitar a qualidade dos serviços prestados e fomentar a reafirmação e o compromisso com o Código de Ética do/a assistente social em vigor.

De acordo com o documento elaborado pelo CFESS em conjunto com o CRESS em 2012:

A Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a assistente social, no que se refere ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (CFESS, 2012 p.8)

A referida Política de Educação Permanente defende o exercício contínuo de reflexões críticas acerca das referências ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-instrumentais da profissão, no sentido de desenvolver um trabalho profissional cada vez mais qualificado e comprometido com a defesa do Projeto Ético-Político profissional.

É importante destacar que o processo de Educação Permanente no âmbito do Serviço Social não está vinculado à mera participação em cursos e especializações aligeiradas e acríticas com foco no aperfeiçoamento técnico do profissional, mas sim, se vincula a um processo permanente de construção e reafirmação da direção social estratégica da profissão e da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Através de espaços de reflexão, estudo e construção coletiva de novos saberes e práticas profissionais, conectadas com os princípios norteadores do Código de Ética de 1993 do/a assistente social.

Reconhecendo a importância do processo de Educação Permanente no âmbito do Serviço Social, o CFESS e os CRESS, em conjunto com a ABEPSS e a ENESSO, buscam efetivar espaços de discussão e de formação crítica. Podemos destacar, por exemplo:

Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os/as conselheiros/as dos CRESS e agentes fiscais, na preparação para que estes/as também trabalhem e realizem atividades de formação com as/os assistentes sociais; o curso

Ética em Movimento, que acontece anualmente e já está na sua 10ª edição, curso este organizado pelo CFESS para as/os representantes de todos os CRESS, que devem se tornar multiplicadoras/es, realizando atividades semelhantes em seus estados; a 2ª edição do curso de especialização à distância sob o título “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”, realizado pela gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011), dando continuidade ao trabalho acumulado de gestões anteriores; os seminários nacionais organizados pelo CFESS para discutir a atuação profissional em campos específicos de intervenção, a exemplo do seminário sobre o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social, na Saúde, na Previdência Social, na Educação e no Campo Sociojurídico; a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as diversas publicações que constituem a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS; formas de socialização das informações, debates sobre trabalho profissional, temas polêmicos e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, a exemplo da Revista Inscrita, dos Anais dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS, dos Anais dos seminários nacionais realizados, a publicação de diversos CFESS Manifesta. No âmbito da atuação dos CRESS, destacam-se: as atividades comemorativas do dia do/a assistente social; cursos em aliança com Unidades de Formação Acadêmicas; produção de revistas, periódicos e coletâneas jurídicas; realização de seminários, as ações de orientação realizadas pelas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) e, ainda, a multiplicação do Projeto Ética em Movimento. Esse conjunto de eventos e publicações constituem canais sistemáticos e impulsionadores de educação permanente. (CFESS,2012 P.14 e 15)

Assim, podemos afirmar que o processo de Educação Permanente é um meio que, além de viabilizar a construção de estratégias críticas para o trabalho profissional e de qualificação contínua do/a assistente social, ainda potencializa a capacidade de organização e articulação política da categoria, pois, através deste processo os/as profissionais desenvolvem a consciência para si dos sujeitos políticos pertencentes da classe trabalhadora. Nesse sentido, o CFESS (2012) explicita que a política de Educação Permanente é também um instrumento de luta política e ideológica.

Segundo o CFESS (2012), a Política de Educação Permanente aparece também como um importante instrumento no âmbito da qualificação continuada do/a assistente social, tendo em vista que este/esta profissional está inserido/a

em uma conjuntura complexa que exige capacidade para desvelar e intervir de forma crítica na realidade social.

É através do processo de educação permanece que os/as assistentes sociais têm a possibilidade de exercitar de forma contínua sua reflexão crítica e capacidade de apreensão da realidade social em sua totalidade e, dessa forma, desenvolver estratégias conectadas com o que preconiza o Projeto Ético-Político da profissão.

É importante destacar que, assim como discutido anteriormente, a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS também realiza uma reflexão acerca dos termos “educação permanente” e “educação continuada” e destaca que, apesar de conferirem uma dimensão de continuidade e permanência do aprendizado durante toda vida, estão inseridos em princípios metodológicos diferentes. Conforme o CFESS (2012 p.18):

A educação continuada está relacionada ao prosseguimento da formação inicial, objetivando o aperfeiçoamento profissional. Ao passo que a educação permanente [...] deverá ser compreendida no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS educação e a formação profissional no século XXI.

Destacamos também que

[...] a Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação continuada a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado (CFESS, 2012 p.22).

Assim, o processo de educação permanente preconizado na Política de Educação Permanente elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS se mostra como um meio que contribui para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a medida que o/a assistente social exercite de forma permanente a apropriação crítica da realidade, com vistas a desenvolver um

trabalho profissional cada vez mais qualificado e afinado com os interesses da classe trabalhadora.

Segundo consta no documento elaborado pelo CFESS/CRESS, a Política de Educação Permanente tem como eixo norteador a totalidade histórica defendida pelo pensamento crítico dialético e deve estar presente em todos os níveis de qualificação, conforme defendido nas Diretrizes Curriculares de 1996:

A educação permanente deve contemplar também a dimensão do aprimoramento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, no sentido de potencializar uma análise da realidade social de forma a qualificar a intervenção profissional do/a assistente social. (CFESS, 2012 p.41)

Concordando com Fernandes (2016, p. 34), os processos formativos que constituem o universo da Educação Permanente não se limitam àqueles vivenciados na formação profissional acadêmica e em cursos de capacitação e especialização, mas também às experiências que são vivenciadas nos espaços sócio ocupacionais, por ser este um espaço rico de determinações, conflitos de interesses, demandas, limites e possibilidades para a efetivação do trabalho do/a assistente social. Logo, no espaço de atividades e de experiências “o sujeito se constitui como espaço de criação de sua identidade profissional, apreendendo e compreendendo modos de ser e modos de fazer-se na profissão.”.

Fernandes (2016) atenta para um fator importante no âmbito da efetivação do processo de educação permanente. Segundo a autora, apesar de existirem políticas que direcionam a promoção de processos de educação permanente é preciso levar em consideração as escolhas e desejos dos indivíduos, desejos estes que além de partirem do comprometimento dos sujeitos, são também escolhas éticas e políticas, pois leva os indivíduos a um processo contínuo de desconstrução e (re)construção de novos saberes e práticas.

Outro fator importante que tem impactado direto no processo de educação permanente destacado pela autora é “a dinâmica dos determinantes organizacionais”, ou seja, a existência de inúmeros e diversos padrões de

relações e condições de trabalho que podem viabilizar ou não a efetivação do processo de educação permanente. Para Fernandes (2016, p.73),

[...] o cotidiano e as rotinas de trabalho de atendimento intenso das demandas e com equipes técnicas e administrativas muitas vezes reduzidas; a dificuldade de instituir agendas de encontros para discussão de situações e/ ou casos ou, ainda, para aprofundar as reflexões com leituras complementares e formar grupos de estudo; desmotivação de alguns trabalhadores; relações de trabalho conflituosas, entre tantos outros fatores bloqueadores dos processos de educação permanente.

É possível inferir que as condições de trabalho, bem como a dinâmica do cotidiano profissional em que o/a assistente social está inserido interferem diretamente na efetivação do processo de educação permanente, o que discutiremos logo adiante.

É importante também destacar que, algumas vezes as instituições empregadoras não promovem ações de educação permanente, o que coloca na ordem do dia a necessidade dos/as profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político profissional, a construção e desenvolvimento de estratégias que possam viabilizar a efetivação desse processo permanente de construção de conhecimentos críticos.

No âmbito da assistência social, segundo consta na Portaria Nº555/2005 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é dever deste órgão promover políticas na perspectiva da efetivação do processo de educação permanente.

Todavia, é preciso reconhecer que:

[...] a forma como são deflagrados os processos formativos nos diferentes municípios e nos processos de trabalho da política de assistência social podem ou não contribuir com a consolidação da política dentro dos preceitos normativos; podem ou não reconhecer a importância dos espaços participativos e democráticos; os saberes e habilidades em discussão podem instrumentalizar os sujeitos envolvidos tanto para manter uma lógica assistencialista e a retração do Estado ou atuarem na perspectiva dos direitos socioassistenciais; entre outros aspectos. (FERNANDES, 2016 p.124)

É necessário que esses espaços se constituam como momento de efetiva construção coletiva e de participação ativa de todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento.

Assim, é possível inferir que a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS está vinculada a um tipo específico de educação que está alinhada a uma perspectiva emancipadora, libertária e transformadora.

A perspectiva de educação defendida pelo conjunto CFESS/CRESS está vinculada à ideia de educação emancipatória defendida por Mészáros (2008) como uma ferramenta que permite a construção de uma sociedade livre e emancipada, oposta a ideia de educação disposta a serviço do capital para qualificar os indivíduos segundo às exigências do mercado de trabalho.

Sabemos que, no modo de produção capitalista, a educação está hegemônica pelas classes dominantes e tendo seus parâmetros estabelecidos de acordo com os interesses do capital. Todavia, sabe-se também que a sociedade capitalista não é homogênea e que o sistema capitalista é, em sua essência contraditório, é, portanto, nesse espaço de contradição que se abrem as possibilidades reais para a efetivação da educação permanente numa perspectiva libertadora e potencialmente transformadora através de um processo contínuo, crítico, na direção da emancipação humana e no desenvolvimento e promoção de atividades em que os indivíduos participem de forma ativa das lutas sociais mais progressistas que estejam, identificadas com a transformação radical da sociedade.

Concordando com as análises de Tonet (2016), a atual conjuntura se apresenta com um caráter profundamente contrarrevolucionário, tendo em vista que o capital tem um amplo domínio econômico, político e ideológico. Como já discutido anteriormente, o capital passa por uma profunda crise estrutural e se utiliza de diversos instrumentos para enfrentar suas contradições. Um desses instrumentos é a educação que se encontra fundamentada em parâmetros que tem como perspectiva a reprodução capitalista.

Revela-se aí o grande desafio da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS que é construída na contracorrente dos interesses de reprodução capitalista, comprometida com os caminhos do debate teórico, da construção de conhecimentos críticos e do trabalho profissional no sentido da luta pela emancipação humana e não ligada a uma educação que tem como

horizonte o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania dentro dos limites da sociabilidade capitalista.

Assim, afirma Tonet (2016, p.137 e 138),

[...] uma atividade educativa que se pretenda emancipadora passa, necessariamente, pela apropriação de um saber que permita a compreensão desta sociedade como uma totalidade, até a sua raiz mais profunda, e que também possibilite compreender a origem, a natureza e a função social da fragmentação, desmistificando, ao mesmo tempo, a sua forma atual. [...] Assim, produção de um saber totalizante e luta pela construção de um mundo unitário e emancipado são dois momentos de uma mesma atividade revolucionária.

Segundo Tonet (2016), para a efetivação de atividades educativas de caráter emancipador é necessário ter conhecimento acerca do fim que pretende ser atingido (no caso, a emancipação humana), a apropriação do conhecimento sobre o processo histórico, bem como acerca das contradições da sociedade capitalista. Conhecer a natureza específica da educação e das suas bases e objetivos dentro da sociedade capitalista e articular as atividades educativas com as lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, o conhecimento que se pretende revolucionário é um conhecimento capaz de capturar o objeto como um momento do processo de desenvolvimento e construção da totalidade do ser social.

Vale ressaltar que o acesso a esse tipo de conhecimento revolucionário é muito difícil e apresenta várias limitações, pois, como se sabe, tanto a educação e a produção de conhecimento, quanto todas as dimensões da vida social estão inseridas na lógica capitalista.

A concepção de uma educação defendida na referida Política está vinculada à ideia de educação defendida por Mészáros (2008) em que esta deve confrontar e ir além das atuais formas dominantes de internalização que se encontram consolidadas e cristalizadas a favor do sistema capitalista através do sistema educacional formal que acaba por estabelecer um conformismo e a naturalização das contradições capitalistas. Deve ser, portanto, uma educação pautada na totalidade das práticas político-educacionais, culturais e ideológicas na perspectiva de uma efetiva e possível transformação emancipadora.

Portanto, é uma educação que não está contida em apenas um período específico e limitada da vida dos sujeitos, mas sim, uma educação baseada num processo de desenvolvimento contínuo da consciência.

Assim,

[...] o preceito ideal e o papel prático da educação no curso da transformação socialista consistem em sua intervenção efetiva continuada no processo social em andamento por meio da atividade dos indivíduos sociais, conscientes dos desafios que tem de confrontar como indivíduos sociais, de acordo com os valores exigidos e elaborados por eles para cumprir seus desafios (MÉSZÁROS, 2008 p.89).

A educação emancipadora implica não só uma transformação no desenvolvimento e na consciência crítica dos indivíduos, mas também as mudanças radicais nas determinações estruturais da sociedade.

5.3 Os desafios e as possibilidades para a efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social no atual contexto de crise capitalista

Partindo do pressuposto de que somos sujeitos sociais históricos, estamos em permanente busca do novo, em constante indagação e questionamentos acerca de nós mesmos, acerca do mundo, bem como acerca do ser social no e para o mundo. Nesse sentido, estamos de forma consciente ou não, crítica ou acriticamente inseridos em um permanente processo de educação, formação e desenvolvimento. Processo este que não se resume apenas ao âmbito escolar formal, mas sim, um processo que ocorre durante toda a vida e por todos os âmbitos da vida dos sujeitos.

É interessante destacar que o tema da educação permanente perpassa todas as áreas do conhecimento, todavia, esta foi instituída oficialmente no ano de 2004 por meio do Ministério da Saúde com a criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, por meio da Portaria Nº198, explicitando que, apesar de ser um processo que se inscreve em todas as áreas do conhecimento e não se limita a determinadas categorias profissionais,

encontra-se produções teóricas e sistematizações mais abrangentes acerca do tema da educação permanente na área da saúde.

Na atual conjuntura de complexificação da vida social e aprofundamento das expressões da Questão Social, a discussão acerca da educação permanente está na ordem do dia no âmbito do Serviço Social, visto que está colocada em pauta nos debates e discussões da categoria compromissada com a qualidade dos serviços prestados e com a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Enfim, o processo de efetivação da educação permanente no terreno do Serviço Social é um debate de grande relevância no atual momento histórico, pois tem como objetivo refletir acerca do processo de construção contínua dos/das trabalhadores/as e do desenvolvimento de um trabalho profissional cada vez mais comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

O trabalho dos/as assistentes sociais está intimamente ligado às transformações societárias tendo em vista que o objetivo principal da intervenção desses profissionais é a Questão Social e suas inúmeras expressões, como por exemplo, a desigualdade, a pobreza, o desemprego, etc., expressões estas que se aprofundam e se complexificam cada vez mais no decorrer das transformações que se sucedem cotidianamente.

Nesse contexto, os/as assistente sociais se veem impelidos a construir criticamente uma capacidade de desvelar a realidade social em sua totalidade e contradições, como uma forma de responderem de forma satisfatória as demandas que chegam para a profissão e este caminho é viabilizado através do desenvolvimento e da efetivação do processo de educação permanente na perspectiva de possibilitar a qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Assim, no âmbito do Serviço Social, o processo de educação permanente se apresenta como uma importante estratégia para a construção de um trabalho profissional comprometido com os princípios contidos no Código de Ética de 1993.

São muitos os desafios postos à efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social, que não cabe esgotá-los neste estudo, limitamo-nos a refletir acerca de alguns deles em tempos de crise do capital e de adoção de medidas neoliberais.

O que ocorre na atual conjuntura onde tanto as políticas públicas sociais (que são objeto de trabalho do Serviço Social) se encontram em processo de destruição, cada vez mais focalizadas e fragmentadas, quanto o mundo do trabalho que está configurado de modo que o trabalhador se encontra cada vez mais em circunstâncias de superexploração e sem direitos, como também o sistema educacional público de qualidade que passa por profundo processo de desmonte, sucateamento e desvalorização. Todo este quadro conjuntural tem refletido na parca oferta de oportunidades e incentivo para a efetivação do processo de educação permanente no interior do Serviço Social.

Com relação a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho, considerando o aprofundamento da flexibilização e da precarização das condições e relações de trabalho, os/as assistentes sociais se deparam com o desafio de se inserirem no mercado de trabalho, tendo em vista o desemprego estrutural que assola a sociedade contemporânea. Quando conseguem essa inserção se deparam com um espaço sócio ocupacional marcadamente precarizado. Ou seja, baixos salários, ausência de garantias trabalhistas, contratos de trabalho instáveis, falta de condições mínimas de estrutura para desenvolver de forma adequada o trabalho, além de serem impulsionados/as a procurarem outros vínculos empregatícios, resultando numa jornada de trabalho extenuante. Situações estas que, muitas vezes, favorecem o tecnicismo, a fragmentação, o imediatismo etc., obstáculos para a efetivação do processo de educação permanente, conforme já dito anteriormente.

Assim, todo esse cenário repercute diretamente no processo de educação permanente, pois este/esta trabalhador/a não se encontra num contexto favorável para a efetivação deste processo, visto que não dispõe de tempo suficiente para se dedicarem e participarem de atividades na perspectiva da educação permanente, se encontram desmotivados, os próprios espaços sócio ocupacionais não promovem esses momentos de educação permanente, quando no máximo, uma qualificação técnica, bem como não permitem, muitas vezes a liberação desses/as profissionais para participarem de eventos, cursos e/ou capacitações que demandam mais tempo.

Considerando as inúmeras mudanças e desmontes sofridos no âmbito do ensino superior no Brasil, podemos destacar que a principal barreira no que diz

respeito à efetivação do processo de educação permanente, é o aumento exponencial das instituições de ensino privadas e na modalidade à distância. Esse tipo de educação baseada, essencialmente, em interesses mercadológicos não tem como horizonte o estímulo a participação em espaços onde possam se desenvolver ações na perspectiva de uma educação permanente crítica e reflexiva.

Os sujeitos que estão inseridos nessa lógica de ensino, na maioria das vezes não são estimulados a desenvolverem suas capacidades críticas e problematizadoras de desvelamento da realidade, nem impulsionados ao reconhecimento da importância do processo de educação permanente, ao contrário, o sistema de ensino presente nas instituições privadas e à distância está focado na formação de mão de obra apta a se adequar ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo e precarizado.

Nessa conjuntura de contrarreformas regressivas no âmbito da educação, o ensino público é também profundamente atingindo de diversas formas, desde o corte de verbas e investimentos em pesquisa com cortes de bolsas, recursos humanos, tendo em vista a desvalorização do trabalho docente, bem como a ausência de realização de concursos públicos e falta de investimentos em recursos materiais, há também falta de investimentos na própria estrutura física das instituições que se encontram cada vez mais sucateadas.

Nesse sentido, sinalizar os inúmeros desafios e dificuldades para a efetivação do processo de educação permanente implica considerar as determinações adversas da atual conjuntura de crise capitalista onde se insere o Serviço Social, tanto no seu processo formativo, pois vivencia um profundo processo de desmonte do ensino superior crítico, público e de qualidade, bem como no trabalho profissional, pois vivencia também as diversas transformações no mundo do trabalho, especialmente, a derruição de direitos trabalhistas. Os inúmeros e mais diversos desafios que se colocam todos os dias nos espaços sócio ocupacionais do/a assistente social impele este/esta profissional a uma permanente busca por melhores estratégias interventivas e respostas que sejam satisfatórias para a população usuária dos serviços e é exatamente este exercício contínuo de reflexão e construção de novos saberes e práticas que se configura o processo de educação permanente.

Em síntese, o/a assistente social nesse contexto, um trabalhador assalariado e cotidianamente tensionado nos mais diversos espaços sócio ocupacionais por diversas circunstâncias, sejam elas, o tipo de vínculo empregatício que obstaculiza a autonomia profissional, as correlações de forças, as demandas que advém tanto das instituições empregadoras, portanto, capitalistas, quanto da classe trabalhadora, as jornadas de trabalho extenuantes e até mesmo a existência de mais de um vínculo empregatício, o que dificulta em grande medida a efetivação do processo de educação permanente, muito embora se configure como um direito e um dever do/a profissional.

Segundo Nascimento (2015 p.10),

A educação permanente se constitui ao mesmo tempo, direito e dever do assistente social, é um dever porque faz parte dos princípios do seu Código de Ética o compromisso com o aprimoramento intelectual e a qualidade dos serviços prestados por essa categoria, e direito por valorizar o profissional, reforçar a sua autoimagem, e sua inserção e permanência qualificada no mercado de trabalho.

Assim, nesse cenário desafiador, urge construir mecanismos e estratégias de enfrentamento e de luta na defesa da efetivação crítica e consciente do processo de educação permanente, através da promoção de espaços de participação política, de grupos de estudo, de articulações entre as unidades representativas da categoria e as unidades de formação acadêmica, todos os esforços na perspectiva de superar a lógica mercadológica da educação nos moldes capitalistas.

Nessa circunstância, o processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social não significa apenas atividades de qualificação e aperfeiçoamento profissional através de cursos de especialização, capacitações e afins, mas sim, compreende um processo permanente e crítico de leitura e apreensão do significado social da profissão, do seu reconhecimento como sujeito histórico potencialmente transformador, da compreensão crítica da realidade social em sua totalidade e da reafirmação do compromisso com a classe trabalhadora e com a luta pela superação da sociedade do capital.

É importante ressaltar que a promoção de políticas de formação conectadas com a perspectiva da educação permanente só tem uma viabilidade satisfatória se for acompanhada de políticas que efetivem condições gerais de trabalho adequadas, pois, não adianta apenas a existência de atividades e espaços de educação permanente se os/as profissionais assistentes sociais que estão inseridos nos diversos espaços sócio ocupacionais não tiverem condições de participarem desse processo. É, portanto, fundamental que os empregadores proporcionem as condições favoráveis para que o/a trabalhador/a possa participar de forma ativa do processo de educação permanente.

Vale sinalizar que o processo de educação permanente pode ser vivenciado de inúmeras formas, algumas delas são, por exemplo, grupos de estudos e cursos onde se priorizam a participação ativa de todos os envolvidos, e que sejam responsáveis e copartícipes de todo processo de construção de conhecimento.

Na imediatividade e fragmentação do cotidiano, torna-se um grande desafio refletir permanentemente de forma crítica. Somado a este quadro, há ainda toda dificuldade estrutural de um sistema que não viabiliza a apreensão de conhecimentos críticos, ao contrário, desenvolve cada vez mais processos formativos acríticos, fincados apenas no aperfeiçoamento técnico-instrumental dos/as profissionais.

Nesse sentido, destaca Fernandes (2007, p.2016), “Estudar e debruçar-se continuamente sobre os problemas de nossa época é reconhecer a complexa e dinâmica realidade que o/a assistente social interage em seu cotidiano profissional.

Portanto, o processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social não deve ser estabelecido como um requisito para viabilizar a empregabilidade, mas sim como um processo que contribua para a reafirmação do compromisso da categoria com os interesses da classe trabalhadora, tendo em vista a permanente reflexão crítica acerca da realidade concreta, bem como contribua para a organização coletiva e política da categoria, pois através desse processo, o/a profissional reconhece a importância e a relevância social da profissão.

Embora os/as profissionais assistentes sociais estejam inseridos neste contexto desmotivados/as, o compromisso com a efetivação do processo de educação permanente parte não só de um compromisso e de um desejo subjetivo e individual dos sujeitos que saem da zona de conforto e da acomodação para um processo permanente e constante de construção e desenvolvimento de novos saberes, mas é também um compromisso coletivo e conjuntural, pois não depende apenas da vontade dos indivíduos, mas de uma série de determinantes sociais e institucionais que podem contribuir ou não nesse processo.

Enfim, a sociedade inscrita nos moldes da lógica capitalista se apresenta como um grande obstáculo para a efetivação do processo de educação permanente na sua perspectiva crítica e emancipadora, tendo em vista que a educação dentro do sistema de produção capitalista está disposta de modo que responda aos interesses de manutenção e reprodução do capital. Portanto, as iniciativas de educação permanente desenvolvidas em âmbito Federal, Estadual e Municipal são, na grande maioria das vezes, capacitações e/ou aperfeiçoamentos técnico-instrumentais para os/as profissionais que já estão inseridos/as no mercado de trabalho e precisam de “reciclagens” para melhor se adaptar às exigências do mercado.

Mostra-se aí um dos grandes desafios das entidades representativas do Serviço Social como o CFESS, os CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, que ao se depararem com essas condições extremamente adversas, devem nadar contra a corrente em defesa dos processos de educação permanente de acordo com o defendido a partir da Política de Educação Permanente.

Enquanto possibilidades podemos destacar que as entidades representativas do Serviço Social, bem como todo conjunto da categoria, alunos, professores e profissionais da ponta, compromissados com os preceitos do Código de Ética de 1993 da profissão, das Diretrizes Curriculares de 1996 e do Projeto Ético-Político, devem firmar a luta em defesa da promoção de espaços para a efetivação do processo de educação permanente crítico, de qualidade e na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora. Este é o verdadeiro sentido e objetivo da educação permanente: desenvolver a consciência crítica dos sujeitos na perspectiva da sua emancipação.

Um ponto importante a ser ressaltado também é o desejo do próprio usuário do serviço que se coloca como uma motivação para o profissional buscar desenvolver saberes cada vez mais críticos para responder as demandas que, na imediatividade do dia a dia que permeia os espaços sócio ocupacionais, podem se apresentar de forma imediata e fragmentada, mas a partir de uma leitura crítica da realidade social em sua totalidade, o/a profissional tem a capacidade de apreender que esta demanda pontual do usuário está inserida numa lógica societária específica e que se identifica com um conjunto de interesses de uma classe específica, no caso, as demandas gerais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o profissional que tem compromisso com o processo da educação permanente, tem a possibilidade de desenvolver respostas mais críticas e de qualidade frente às demandas da classe trabalhadora.

No âmbito do Serviço Social, vale pontuar também a importância do processo de educação permanente em um grupo de trabalho interdisciplinar, tendo em vista que grande parte dos/as profissionais assistentes sociais estão inseridos em espaços sócio ocupacionais com equipes compostas por profissionais de diversas áreas do conhecimento.

Assim sendo, ressalta-se a importância do processo de educação permanente também nesses espaços específicos, pois através da promoção da educação permanente com profissionais diversos, é possível a troca de ideias, a socialização de conhecimentos, quebrando a lógica individualista e separatista defendida pelo ideário neoliberal, o rompimento da fragmentação de saberes e da ideia da hierarquização das áreas do saber, pois não existe uma área do conhecimento que seja mais importante que a outra, há sim, uma complementariedade de saberes das diversas áreas na perspectiva da construção de respostas críticas e satisfatórias aos usuários dos serviços, bem como contribui para que os/as profissionais que compõem as equipes multiprofissionais tenham mais clareza de cada área profissional, potencializando assim, o trabalho conjunto.

Assim, através da cooperação e do intercâmbio entre as várias áreas do saber é possível refletir e analisar as situações e demandas, viabilizando não apenas o fortalecimento dos processos de educação permanente e de

construção de conhecimento crítico, mas também no desenvolvimento de respostas para atender às demandas que são postas.

As competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que dão sustentação à profissão precisam ser permanentemente aprimoradas, tendo em vista as constantes transformações societárias, bem como a complexificação da Questão Social e suas inúmeras expressões. Assim, destaca Nascimento (2015 p.3):

[..] as determinações macrosocietárias e seus reflexos no Brasil, as situações endógenas da profissão, a dinâmica social, o movimento da realidade, os processos de trabalho, as demandas emergentes, requisitam do assistente social contemporâneo uma contínua qualificação, não só para uma inserção no competitivo mercado de trabalho, mas também, pela sua permanência nele sem se esvaziar do comprometimento profissional assumido na formação e registro nos CRESS – de exercer competentemente e qualificadamente a profissão, nos diversos espaços ocupacionais, e na perspectiva de defesa dos direitos sociais e humanos.

A educação permanente compreende, portanto, um processo contínuo de (re)construção de novas estratégias e reflexões críticas na perspectiva de aproximar cada vez mais o Serviço Social a efetivação dos princípios norteadores do Projeto Ético-Político.

O Código de Ética de 1993 do/a assistente social declara em seu Art. 2º, inciso f que constituem direito do/a assistente social o aprimoramento profissional de forma contínua (BRASIL, 2012). Assim, o aprimoramento intelectual dos/as profissionais assistentes sociais é um dos princípios fundamentais contidos no Código de ética de 1993, explicitando a relevância e a necessidade de efetivação da educação permanente para contribuir na qualidade dos serviços prestados.

É importante pontuar também que ações pontuais e fragmentadas não estão conectadas com os preceitos orientadores da educação permanente. Ações isoladas e pontuais, meramente técnico-instrumentais e burocráticas acabam por limitar o trabalho profissional do/a assistente social à reprodução de práticas acríticas sem o exercício reflexivo, desencadeando diversas

consequências negativas para o Serviço Social, sendo uma delas, a manutenção e naturalização das desigualdades sociais.

Nesse sentido, urge a necessidade fundamental da garantia e promoção de espaços que fortaleçam o desenvolvimento crítico e reflexivo da categoria, potencializar e incentivar os questionamentos acerca do próprio processo formativo do Serviço Social, seu objetivo e significado social e a busca contínua e permanente de desenvolver as melhores formas de responder as demandas que chegam à profissão, o estudo coletivo, a troca de saberes e experiências, a garantia de acesso a materiais com referenciais teóricos críticos, clássicos e atuais pertinentes à categoria para consulta e estudos. Tudo isso na perspectiva de alcançar novas aprendizagens e novos conhecimentos que possam contribuir para viabilizar a qualidade dos serviços prestados.

O processo de educação permanente pode ser efetivado tanto por via formal, quanto informal, pode partir da iniciativa não só dos órgãos gestores, dos empregadores, mas também das entidades organizativas da categoria, dos programas de pós-graduação, dos próprios profissionais com a realização de grupos de estudos e socialização de conhecimentos, etc.

Concordando com Marcondes, Brisola e Chamon (2014 p.314)

[...] é possível pensar formas alternativas de educação permanente para os profissionais de Serviço Social que atuam no SUAS e que não tem interesse em trilhar pelos caminhos do *stricto* ou *lato sensu*, ou ainda, que se encontram impossibilitados de qualificar-se por essas vias. E isso por várias razões, dentre elas questões de ordem financeira, pessoal, impossibilidade de conciliação da jornada de trabalho com o tempo disponível para atividades de educação permanente, enfim. Nessas situações, a busca de aperfeiçoamento por meio do aproveitamento do próprio ambiente de trabalho para realização de reflexões críticas, grupos de estudo dentre outros, a participação em oficinas, workshops, cursos de curta duração, seminários e palestras, ao lado da participação nas ações desenvolvidas pelas entidades organizativas e representativas da categoria profissional igualmente tem sua parcela de importância como contributo para alcance do aprimoramento profissional.

A educação permanente é assim, um processo de transformação do trabalho profissional que se desenvolve através de um permanente movimento de questionamentos, reflexões críticas e construções de novos conhecimentos. Nesse sentido, a educação permanente ultrapassa a mera atualização com vistas à adaptação técnico-instrumental ao reafirmar cotidianamente o compromisso com a construção de um trabalho profissional cada vez mais conectado com os interesses da classe trabalhadora e no enfretamento de velhos padrões conservadores enraizados na profissão.

Portanto, a educação permanente pode ser entendida também como uma estratégia potencialmente transformadora dos processos de trabalho o que acaba por contribuir no desenvolvimento contínuo de melhores formas de responder as demandas. Dessa forma, o processo de educação permanente propicia a problematização tanto das demandas que chegam para a profissão, quanto à problematização crítica e desenvolvimento do próprio Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo e sua função dentro da sociedade capitalista.

Uma das possibilidades que se apresentam para a efetivação do processo de educação permanente é a potencialização dos espaços já existentes e a construção de novos espaços de reflexão e criação coletiva, com acesso a materiais pertinentes que contribuam para a construção de novos conhecimentos e para viabilizar o desenvolvimento crítico dos sujeitos partícipes deste processo. Outra possibilidade para a efetivação da educação permanente é a constituição de espaços de estudo com equipes multiprofissionais, onde seria possível a troca de experiências e a socialização de saberes entre diversas áreas, estabelecendo assim, uma possibilidade rica em construção de novos conhecimentos, conforme já citado anteriormente.

Considerando a adversa e complexa conjuntura em que os/as profissionais assistentes sociais estão inseridos, onde as transformações societárias ocorrem a cada instante, inúmeros são os desafios no que concerne à efetivação do processo de educação permanente.

Construir ações emancipadoras e que caminham para além dos processos institucionalizados alienantes é um dos grandes desafios que se colocam no processo de consolidação e efetivação da educação permanente.

É importante destacar também que as contribuições advindas da efetivação do processo de educação permanente, de forma alguma se restringem apenas aos profissionais, mais do que isso, por ser um processo que viabiliza a possibilidade da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços é diretamente atingida pelo processo de educação permanente, tendo em vista que, fundamentadas em princípios ético-políticos, tem como seu objetivo maior, a construção de um trabalho profissional cada vez mais conectado com os interesses da classe trabalhadora e com os princípios do Projeto Ético–Político profissional.

Assim, concordando com Nascimento (2017 p.69)

As múltiplas determinações tais como: as transformações macrossocietárias, o movimento da realidade, o contexto de trabalho e educação superior no Brasil, as circunstâncias endógenas da profissão, a dinâmica social, os processos de trabalho, as demandas emergentes, requisitam do/a assistente social contemporâneo uma contínua qualificação, não só para uma inserção no mercado de trabalho, mas também, pela sua permanência nele sem se esvaziar do compromisso ético-político de exercer competentemente e qualificadamente a profissão, nos diversos espaços ocupacionais, na perspectiva de emancipação dos usuários dos serviços sociais.

Pensar o Serviço Social como uma profissão que se transforma ao passo que a sociedade também se transforma e se complexifica, emergindo novas demandas para a profissão, pressupõe que o processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social é também um processo dinâmico e histórico, pois está em permanente construção e constante embate de conflitos de interesses antagônicos, pois o processo de educação permanente ocorre no terreno da realidade social da luta de classes e na disputa de interesses da burguesia e da classe trabalhadora.

Todavia, é importante sinalizar que o processo de educação permanente é construído e desenvolvido através da participação ativa de todos os sujeitos envolvidos neste processo de forma crítica e consciente do seu papel de sujeito criador e potencialmente transformador.

A efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social contribui assim para que o/a assistente social “rompa com as práticas tradicionais funcionalistas e pragmáticas que reforçam as concepções conservadoras que compreendem as situações sociais como problemas individuais” (NUNES; SILVA e CORONA, 2017 p.77), reafirmando o perfil crítico e propositivo previsto nas Diretrizes Curriculares de 1996.

No site do CFESS estão disponíveis Relatórios e Deliberações dos Encontros Nacionais que são realizados anualmente com o CFESS e os CRESS. Esses Relatórios reúnem as deliberações, cartas e moções aprovadas em cada evento e um dos pontos debatidos nesses relatórios são sobre a formação profissional, nas quais são pontuadas algumas informações acerca da efetivação do processo de educação permanente.

O Relatório de 2015 foi elaborado a parti do 44º Encontro Nacional do CFESS-CRESS com o tema: “Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social no cenário atual”. É possível verificar que, no que se refere à formação profissional, no espaço que se destina a elencar o eixo de ações de estudo e pesquisas, está sinalizado como ação deste período a implementação da Política Nacional de Educação Permanente tendo como atividade principal a continuidade do Projeto ABEPSS Itinerante em articulação com as entidades, sendo responsabilidade da ABEPSS com o apoio do CFESS-CRESS para ser executado no período de 2013 a 2014 (CFESS; CRESS, 2015 p.46).

O Relatório de 2016 foi elaborado a partir do 45º Encontro Nacional do CFESS-CRESS com o tema: “É preciso estar atento e forte!”. Há neste relatório um ponto sobre a formação profissional e os planos de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior.

No eixo II sobre ações de estudos e pesquisas, é sinalizada como ações de educação permanente a realização através de três atividades, sendo a primeira, a continuidade do Projeto ABEPSS Itinerante, realizando sua 3º Edição, sendo responsabilidade da ABEPSS, com o apoio do CFESS-CRESS. Essa atividade foi sinalizada como uma deliberação cumprida parcialmente²⁷.

²⁷ No caso das deliberações cujo status foi classificado como “parcial”, o relatório opta por dar visibilidade aos dados absolutos, uma vez que o critério regional para esta classificação era de essa opção ser registrada por até 50% dos CRESS. Ou seja, se apenas um dos CRESS marcasse a opção “parcial” em sua planilha, bastaria para que o resultado regional aparecesse como parcial. O sentido desse critério era não desconsiderar nenhuma ação em andamento,

A segunda atividade foi à implementação da PNEP do Conjunto CFESS-CRESS, de responsabilidade do CFESS-CRESS, sinalizada como prioridade e como uma deliberação totalmente cumprida.

E a terceira atividade referente às ações de educação permanente foi discutir criticamente a residência multiprofissional em saúde, assim como a residência técnica em outras áreas, construindo posicionamentos, sendo responsabilidade do CFESS e da ABEPSS, também pontuada como uma prioridade e sinalizada como uma deliberação parcialmente cumprida (CFESS; CRESS, 2016 p.56).

O Relatório de 2017 foi elaborado a partir do 46º Encontro Nacional do CFESS-CRESS com o tema: “Vamos, levante e lute, Senão a gente acaba perdendo o que já conquistou”. No que se refere à formação profissional, este relatório sinaliza a implementação e fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, como uma deliberação efetivada durante aquele ano no que concernem as ações acerca da Educação Permanente (CFESS; CRESS, 2017 p.23).

O Relatório de 2018 foi elaborado a partir do 47º Encontro Nacional do CFESS-CRESS com o tema: “É preciso não ter medo. É preciso ser maior”. No tópico que trata da formação profissional e das deliberações prioritárias aprovadas e de responsabilidade do CFESS-CRESS a implementação e o fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS (CFESS; CRESS, 2018 p.34), repetindo a deliberação sinalizada no relatório do ano anterior.

O Relatório de 2019 foi elaborado a partir do 48º Encontro Nacional do CFESS-CRESS com o tema: “A voz resiste, a fala insiste, quem viver verá!”. No citado relatório é exposto o ponto sobre a formação profissional e a indicação de prioridades para o triênio 2020-2023 com ações sob a responsabilidade do CFESS-CRESS. Foi possível visualizar a pontuação de ações referentes à defesa da formação profissional de qualidade no âmbito do Serviço Social. Todavia, não há nenhum ponto específico acerca do processo

mesmo que ela fosse minoria na região – o que, na maior parte das vezes, não distorceu tanto os dados. Entretanto, ao observar o relatório da região nordeste, onde existem nove CRESS, o relatório entende que esse dado precisaria ser mais bem qualificado para avaliação nacional e, por esta razão, trabalhou-se predominantemente com os dados absolutos (percentuais calculados a partir da totalidade dos CRESS e do CFESS) na avaliação do cumprimento “parcial”. (CFESS; CRESS, 2016 p. 14)

de educação permanente, bem como da Política de Educação Permanente elaborado pelo CFESS-CRESS. (CFESS; CRESS, 2019).

Diante do exposto e com base nos relatórios analisados desde 2015, explicita-se o compromisso e o reconhecimento da categoria da importância da efetivação e fortalecimento do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social Brasileiro. É possível verificar que desde 2015, com a implementação da Política Nacional de Educação Permanente até 2018 houve ações no sentido da reafirmação e potencialização do processo de educação permanente.

Apesar de no relatório de 2019 não constar nenhuma referência específica acerca da educação permanente, há no tópico sobre formação profissional, deliberações na perspectiva da luta em defesa de uma formação de qualidade, o que de certa forma está identificada com o processo de educação permanente, visto que, estando à categoria preocupada com os caminhos traçados no decorrer do processo formativo para que este seja de qualidade, pressupõe também o compromisso com a educação permanente, pois este processo por ser contínuo, compõe e faz parte do processo formativo dos/as assistentes sociais, visto que não é possível refletir acerca da educação permanente sem refletir também sobre a formação profissional e vice-versa.

Diante do exposto, podemos dizer em síntese que, considerando a importância fundamental da efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social como uma forma de possibilitar a qualidade dos serviços prestados, a Política de Educação Permanente é uma conquista progressista da categoria profissional, pois reafirma o compromisso do Serviço Social com a qualidade da formação profissional, bem como com a construção de práticas capazes de responder as demandas da classe trabalhadora. Tem como categoria central a totalidade histórica, apreendida a partir da teoria social crítica e visa consolidar uma Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do Serviço Social, através do desenvolvimento de ações que priorizem o aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as profissionais, de forma crítica e qualificada.

Espera-se assim desse processo de educação permanente, defendido pela categoria profissional através da Política de Educação Permanente, a construção coletiva de novas práticas profissionais, de novos saberes e de

novas formas de efetivar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, com vistas à superação da sociedade de classes, rumo à construção de uma nova ordem societária emancipada.

6 CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Refletir acerca do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social inserido no atual contexto de crise capitalista se configurou como um grande desafio, visto que, além de ser um tema amplo e complexo, a literatura existente acerca da temática específica da educação permanente no âmbito do Serviço Social ainda é muito escassa. Todavia, essas dificuldades mostram, por outro lado, a importância e a necessidade de mais estudos acerca da temática supracitada, portanto, explicitando assim a relevância do presente estudo como um importante contributo para o arcabouço teórico do Serviço Social.

É importante destacar também que tanto a educação permanente, quanto a crise capitalista estão inseridas na realidade social. A relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto (realidade social) estabelece uma relação de interioridade, onde o próprio sujeito faz parte e está inserido neste objeto, nesta realidade. Nesse contexto, é preciso ter a compreensão de que a realidade, o objeto que se pretende estudar está inserido num determinado tipo de sociabilidade, qual seja, a sociabilidade burguesa, com classes e interesses antagônicos, valores conflitantes que podem vir a serem obstáculos para a apreensão do objeto. Neste caso, se mostra necessário tanto um rigoroso esforço epistemológico e teórico- metodológico, quanto uma intervenção neste objeto a partir do ponto de vista das classes sociais, entendendo que todo conhecimento produzido está permeado por interesses de classe.

Partindo desse pressuposto, podemos conceituar brevemente a educação permanente como o contínuo exercício de pensar a prática profissional e analisar criticamente a instrumentalidade teórico-prática que a fundamenta e a

direção política em meio à conjuntura social que a profissão está inserida. Se pensarmos que a trajetória do Serviço Social é marcada por avanços e recuos em seu processo de gênese e desenvolvimento, como todo processo dialético, podemos dizer que, da mesma forma, o processo de educação permanente está imerso em um cenário de avanços e recuos de acordo com cada momento e contexto histórico que a sociedade se encontra.

Nesse sentido, apreender a educação permanente e as inflexões para a efetivação ou não desse processo em meio a uma conjuntura de crise capitalista como um objeto isolado, desconsiderando sua totalidade e seus determinantes, mais do que um equívoco, seria também um falseamento da realidade concreta, se apresentando também como sendo um conhecimento funcional à manutenção da hegemonia capitalista.

Portanto, se a educação permanente no âmbito do Serviço Social Brasileiro assume o compromisso com a transformação da sociedade, é indispensável que esse processo seja fundamentado a partir da teoria e do método marxiano.

O processo da educação permanente e os desafios postos na atual conjuntura de crise capitalista precisam ser apreendidos como resultado da atividade humana, bem como, produto de uma construção social historicamente determinada e não como uma categoria abstrata que emerge do nada e volta para o nada.

Nesse sentido, podemos dizer que, ao nos propor produzir um conhecimento acerca do processo de educação permanente no âmbito do serviço social brasileiro no atual contexto de crise capitalista, a partir do método crítico dialético, não buscamos prescrever um caminho de regras e normas a serem seguidos no decurso da pesquisa. Ao contrário, foi a própria realidade objetiva (o objeto estudado) que nos indicou os caminhos e os procedimentos metodológicos a serem seguidos, pois é o sujeito que transforma o real concreto, através do processo de investigação em concreto pensado, mediante sucessivas aproximações com a realidade.

Diante da discussão realizada e considerando a amplitude e complexidade das questões até aqui apresentadas, não cabe realizarmos apontamentos conclusivos, mas sim considerações aproximativas que explicitam o necessário aprofundamento e continuidade das discussões

propostas, tendo em vista que a produção de conhecimento se dá justamente pela aproximação sucessiva com a realidade concreta.

Nesse sentido, buscamos contribuir com o debate acerca do processo de educação permanente no Serviço Social inserido no contexto de crise capitalista, tendo a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho e a emergência da política neoliberal e a contrarreforma do ensino superior como importantes mediações que incidem diretamente neste processo.

Não se trata, pois, de uma temática simples de ser discutida, tendo em vista que envolve inúmeros determinantes de ordem objetiva como a viabilidade e estruturação para a promoção, realização e efetivação do processo de educação permanente que esteja ligado a uma concepção de educação emancipadora, indo contra a corrente do próprio sistema em que este processo está inserido e é vivenciado, onde a educação está mergulhada em uma concepção fundamentalmente mercadológica e funcional à manutenção das contradições e desigualdades capitalistas. Bem como, questões de ordem subjetiva, visto que, o processo de educação permanente é vivenciado por sujeitos que estão inseridos dentro de uma lógica social alienante, que constrói e desenvolve de forma muito cristalizada, uma cultura de competitividade e produtividade predatória, onde o que importa é a inserção no mercado de trabalho como forma de sobrevivência, ignorando a concepção de educação como um processo permanente e crítico como caminho para a emancipação humana. Nessa conjuntura, os sujeitos passam a participar de cursos e qualificações aligeiradas e sem fundamento crítico, se distanciando do real significado e objetivo do processo de educação permanente ligado à ideia da educação como caminho para libertação.

Considerando o imenso número de determinantes conjunturais que incidem no objeto de estudo, buscamos destacar a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho, bem como as contrarreformas regressivas e destrutivas aplicadas no âmbito do ensino superior como determinantes relevantes que incidem diretamente na efetivação do processo de educação permanente.

Nesse sentido, Antunes (2010) é enfático ao sinalizar que a precarização estrutural do trabalho é uma das principais consequências da conjuntura de

crise que vem se desdobrando desde os anos 1970. Essa precarização estrutural do trabalho acaba por desmontar e flexibilizar a legislação trabalhista, aumentando as possibilidades de exploração e derruindo direitos historicamente conquistados por meio das lutas da classe trabalhadora, substituindo o trabalho regulamentado por formas de trabalho precarizado, subcontratado, informal, autônomo, entre outros.

Outra consequência desta precarização estrutural do trabalho é o inevitável aumento do desemprego também a nível estrutural, fazendo com que se desenvolva uma bola de neve incontrollável que caminha para o colapso, que se inicia com a diminuição dos empregos e flexibilização das relações trabalhistas, aumento do desemprego, degradação das condições de vida e a barbárie social. Vê-se, portanto, as consequências altamente nocivas da crise capitalista, em que a grande afetada é a classe trabalhadora.

Diante dessa conjuntura, acreditamos que o trabalhador que se encontra inserido nessa lógica altamente precarizada não possui as condições necessárias que possibilitem a sua inserção num processo crítico de educação permanente, pois a forma como o mundo do trabalho está estruturado nos moldes capitalistas, não permite que o trabalhador tenha tempo, condições financeiras e até mesmo disposição para se debruçar de forma permanente e crítica em reflexões e estudos capazes de desenvolver a capacidade crítica desses sujeitos na perspectiva da emancipação humana e da necessária e radical construção de um novo tipo de sociabilidade.

Da mesma forma, a política neoliberal, tendo em seu projeto a defesa intransigente dos interesses capitalistas, defende uma concepção de educação que seja funcional à manutenção do *status quo*, portanto, uma educação fundamentalmente mercadológica, técnico-instrumental e acrítica, focada no desenvolvimento de habilidades que sejam úteis ao desenvolvimento capitalista. Para isso, a política neoliberal, através das suas inúmeras reformas e desmontes, precariza e sucateia cada vez mais a educação, principalmente pelo incentivo e criação desenfreada de cursos em instituições privadas e na modalidade à distância, que compromete a qualidade da formação tendo em vista que as instituições de ensino privadas não tem a obrigatoriedade do compromisso com a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão,

tampouco com a construção de reflexões e estudos críticos baseados na concepção de educação emancipatória. Nesse sentido, o projeto de educação neoliberal descaracteriza o ensino superior e o distancia do seu objetivo de produzir conhecimentos críticos e reflexivos que vão além da mera aparência imediata dos fenômenos, estabelecendo uma concepção de ensino superior guiada pelos interesses do grande capital.

Assim, diante dessa conjuntura, onde há uma grande facilidade de inserção nesses espaços de ensino privados e à distância, os sujeitos acabam não tendo acesso a um conteúdo mais propositivo e comprometido com o desenvolvimento do senso crítico, mas sim, passam a serem inseridos em circuitos altamente precários, onde o interesse maior é a formação de mão de obra apta aos interesses de manutenção capitalista, afastando qualquer possibilidade de construção de um processo de educação permanente alicerçado nos princípios éticos e políticos da profissão.

Mostra-se, portanto, fundamental, como uma das formas de resistência frente ao processo de reestruturação produtiva e de transformações no mundo do trabalho, bem como da política neoliberal e da contrarreforma do ensino superior o fortalecimento dos espaços de produção de conhecimento e pesquisas científicas e a construção de uma vinculação cada vez mais estreita entre universidade e espaços sócio-ocupacionais como estratégia de romper com a cisão e distanciamento existente entre o âmbito acadêmico e as instituições empregadoras do Serviço Social.

Os desafios que emergem cotidianamente tanto na formação, quanto no trabalho profissional do Serviço Social, explicita o necessário e fundamental debate acerca da efetivação do processo de educação permanente, assim como, a reafirmação do compromisso da categoria com o Projeto Ético – Político profissional.

Assim, diante do exposto, podemos dizer que, tanto as possibilidades, quanto os inúmeros desafios que se colocam no contexto da efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social se apresentam também como um estímulo na busca por melhores qualidades dos serviços prestados e pela consolidação do Projeto Ético-Político profissional, sendo, portanto, um caminho que contribui para a superação de práticas pautadas

apenas na burocratização e nas rotinas tecnicistas que são impulsionadas pela lógica neoliberal. Nessa construção, o Serviço Social se distancia desse perfil funcional e passa assim a assumir uma postura crítica e propositiva.

Afirmamos que o processo de educação permanente é um caminho com resultados de longo prazo que se efetiva e se materializa no decorrer da vida dos/as profissionais assistentes sociais de forma permanente.

É importante pontuar também que o presente estudo não esgota as reflexões e possibilidades de debates e estudos futuros acerca da temática, ao contrário, este trabalho pretende contribuir e instigar novas pesquisas sobre a educação permanente como uma construção coletiva e instrumento político estratégico de fortalecimento e reafirmação do projeto profissional.

Portanto, acreditamos que os resultados desta investigação poderão contribuir para uma apreensão aproximativa do tema, tendo em vista a escassez de estudos na área que se debruçam sobre a temática, bem como fomentar debates acerca dos desafios, das possibilidades e da importância da educação permanente no Serviço Social brasileiro, sinalizando para a necessidade de resistência e de enfrentamento para a efetivação deste processo na atual conjuntura e estimular novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Grupos Temáticos de Pesquisa. 2020. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/>> acesso em: 22 de março de 2020.

ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante:** as diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional do serviço social. Brasília, DF. ABEPSS, 2012.

Disponível em: <<HTTP://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>

> Acesso em: 04 de Outubro de 2019.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. *In: Revista Katálysis*, V. 12, n. 2. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, jul./dez. 2009, p. 161-169.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado Neoliberal no Brasil.**

2013. Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>> Acesso em: 01 de Março de 2020.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal** – Precarização do trabalho e redundância salarial. *In: Revista Katálysis*, v. 12 n. 2. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, jul./dez. 2009, p. 188-197.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2005.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. **Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e tecnologia pública.** Brasília (DF), Junho de 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *In: Revista Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), maio/ago. 2004, p. 335-351.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 104. São Paulo: Cortez, Out./Dez. 2010, p. 632-636.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** o trabalho sob o fogo cruzado. Boitempo, 2020.

Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: < www.auditoriacidada.org.br.>
Acesso em 20 de abril de 2020.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, 2017. Disponível em:
<<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> > Acesso em: 12 de Outubro de 2019.

BASTOS, Remo Moreira Brito. Capitalismo e crise: o Banco Mundial e a educação como aparelho ideológico na periferia capitalista. **Mestrado** (Dissertação). Universidade federal do Ceará- CE. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Desemprego: Taxa média anual. 1984 – 2014. *In*: **Brasil Fatos e Dados**, 2010. Disponível em:
<<https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/> > Acesso em: 12 de Outubro de 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Relatório Síntese de área: Serviço Social**, Brasília: INEP, 2019.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 111. São Paulo: Cortez, jul./set. 2012, p. 468-492.

BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 128. São Paulo: Cortez, jan./abr. 2017, p. 54-71,

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124. São Paulo: Cortez, out./dez. 2015, p. 637-651.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, jul./set. 2011, p. 557-584.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. *In: Crítica Marxista*. nº 29, p.49-55, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf>. Acesso em: 29 de Mar.2019.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política Econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *In: Revista Online Estudos Avançados*. Vol. 29, Nº 85, 2015. p 201-214. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00201.pdf>>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - CBAS. 40 Anos da Virada. Apresentação. Brasília, DF, 2019. Disponível em:< <http://www.cbas.com.br/>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2020.

CEOLIN, George Francisco. Crise do Capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº118, São Paulo: Cortez, Abr./Jun. 2014, p 239-264.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006** de 21 de agosto de 2006. EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/da assistente social. Brasília – DF, 2006.

CFESS/CRESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília/DF: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

CFESS/CRESS. 44º Encontro Nacional do CFESS-CRESS. Relatório Final. Rio de Janeiro – RJ, Setembro, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2020.

CFESS/CRESS. 45º Encontro Nacional do CFESS-CRESS. Relatório Final. Cuiabá –MT. Outubro, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioFinal45EncontroNacional2017versafinal.pdf>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2020.

CFESS-CRESS. 46º Encontro Nacional do CFESS-CRESS. Relatório Final. Brasília - DF, 2017. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/1MOCOES-46Nacional2017.pdf>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2020.

CFESS-CRESS. 47º Encontro Nacional do CFESS-CRESS. Relatório Final. Porto Alegre – RS. Setembro, 2018. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-Nacional-2018- FINAL.pdf>>.

Acesso em: 14 de Agosto de 2020.

CFESS-CRESS. 48º Encontro Nacional do CFESS-CRESS. Relatório Final. Belém – PA, 2019. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroNacionalCfessCress-RelatorioFinal.pdf>>. Acesso em: 04 de Agosto de 2020.

CHAUI, Marilena. A universidade Operacional. In: Avaliação: **Revista Da Avaliação Da Educação Superior**. V. 4 N.3. 1999. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. *In: Revista Ser Social*, n. 44, v. 21. Brasília - DF: UnB, janeiro a junho de 2019, p. 134 -151.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social. 3. ed. Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2007. 52 p

COSTA, Fabiana Maria. As particularidades do ensino superior brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. *In: Revista Temporalis*, v.18, n. 35, Brasília-DF: jan./jun. 2018, p.29 - 45.

DUARTE, Janaína Lopes do N. Resistência e formação no Serviço Social: ação política das entidades organizativas. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 134. São Paulo: Cortez, jan./abr. 2019, p. 161-178.

EDUCAÇÃO EM DISPUTA: 100 dias de Bolsonaro. Disponível em :

<<https://www.cartacapital.com.br/educacaoreportagens/educacao-em-disputa-100-dias-de-bolsonaro/>>. Acesso em 20 de abril de 2020. .

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ºed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas-SP. Papel Social, 2016.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente: um desafio para o Serviço Social. *In: Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre. v.6, n.1, p.207-218, jan/jun.2007.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/1055/3241>> Acesso em: 25 de Março de 2019.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crise e conjuntura. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº130, São Paulo: Cortez, Set./Dez. 2017, p.402-425.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº. 104. São Paulo: Cortez, out/dez. 2010, p.715-736.

HARVEY, David. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico- profissional no Serviço Social Brasileiro. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 120, São Paulo: Cortez, out./nov.2014, p. 609 – 639.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Estatísticas Sociais do Trabalho. 1º Trimestre de 2020. Brasília – DF, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Acesso em: 10 de Agosto de 2020. Acesso em: 10 de Agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2018. Rio de Janeiro 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa**. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2012. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2006. Rio de Janeiro, 2007.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf Acesso em: 13 de Outubro de 2019.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Marco Antônio de. Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998. *In: Revista TRT da 15ª Região*, n. 22. São Paulo: LTr, jan./jun. 2003 , p.241 – 269.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luiz dos; NUNES, Bartira Tardelli. **Trabalho no governo Lula: avanços e contradições**. In: Texto para discussão, nº. 201, Campinas: E/UNICAMPI, nº. 201, Fevereiro, 2012, p. 30 - 55.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Precarização e intensificação: as novas faces do trabalho docente. In: **Universidade e Sociedade**, ano XX, n. 47. Brasília: Andes-SN, 2011, p. 149-158.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 123. São Paulo: Cortez, jul./set. 2015, p. 447-475.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo, Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Abril Cultura, 1982.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A educação Permanente no Sistema Único da Assistência Social: a percepção dos assistentes sociais. 2013. 233 f. **Dissertação** (Mestrado em desenvolvimento humano: formação, políticas e práticas sociais) – São Paulo : Universidade de Taubaté, 2013.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. **EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROPOSTAS E DESAFIOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS**. In: **Revista Serviço Social & Saúde**, v. 13, n. 2 (18), Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas. jul./dez. 2014, p. 299-322.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção Conceitual: Educação Permanente e Educação Continuada no processo de trabalho em saúde**. 2008. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/13438585/distincao-conceitual-educacao-permanente-e-aben>>. Acesso em: 28 de Março de 2020.

MAZZEO, Antonio Carlos. **ESTADO E BURGUESIA NO BRASIL: origens da autocracia burguesa**. 3 ed. São Paulo, Boitempo, 2015.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA –MEC. **Censo da Educação Superior**. Brasília DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11799-16-10-12-censo-sup-v-final-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 de Agosto de 2020.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **Censo da Educação Superior**. Brasília DF, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 15 de Maio de 2020.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2011(a).

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2011(b).

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2 ed. São Paulo. Boitempo, 2008.

MOREIRA, Tales Willyan F; CAPUTI, Lesliane. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores Éticos Políticos para a formação profissional em Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, ano 16, nº. 32. Brasília-DF, ABEPSS, jul./dez 2016, p. 97 – 121.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Curso de Especialização: direitos sociais e competências profissionais – UNB/CFESS/ABEPSS**. Brasília, 2009, p. 51-68.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos. A Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS na UFRN: um debate possível. In: **I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos**. Paraná: Universidade Estadual de Londrina, Junho de 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/6_a_politica_de_educacao....pdf>. Acesso em: 05 de Maio de 2020.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação Permanente e Serviço Social: Aparentamentos sobre a formação profissional. In: **Revista Temporalis**, nº.31. Brasília: ABEPSS, jan/jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/12321/10103>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2019.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos. Educação Permanente e Estágio Supervisionado em Serviço Social: uma equação possível? **Dissertação** (Mestrado). Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, Jose Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 111. São Paulo: Cortez, jul./set. 2012, p.413-429.

NUNES, Keiza da Conceição; SILVA, Camilla de Alvarenga; CORONA, Jefferson Bruno. Educação Permanente: reflexões introdutórias no âmbito do Serviço Social e da saúde. In: **Revista vértices**, v.19, nº. 3, Campos dos Goytacazes/RJ: USP , set./dez. 2017, p. 71-81.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: impactos na formação profissional em Serviço Social. In:

Revista de Políticas Públicas, Número Especial. São Luiz- MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Agosto, 2010, p. 323 – 331.

PINTO, Marina Barbosa. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 120. São Paulo: Cortez, out./dez. 2014, p. 662-676.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 107. São Paulo: Cortez, jul./set. 2011, p. 420-437.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). *In: Revista Ciência e Cultura*, vol.60, nº4. São Paulo. out.2008, p. 54-57. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a23v60n4.pdf>>. Acesso em: 27 de mar de 2019.

RODRIGUES, Rogério Camilo. O Mercado de trabalho Brasileiro durante o primeiro governo Dilma Rousseff: uma análise comparativa com as premissas Marxista, Utilitarista e Keynesiana. **Dissertação** (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. Abril de 2016.

SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. Serviço social e formação profissional: um estudo sobre o ensino dos fundamentos do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Márcia do Rocio. A perversidade da mundialização: um ensaio crítico à Reforma do Estado. *In: Revista Katálysis*, n. 1. Florianópolis- SC: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, jan./jun, 2004, p. 113-124.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 104. São Paulo: Cortez, out./dez. 2010, p. 695-714.

SANTOS, Claudia Monica do; ABREU, Maria Helena Elpídio; MELIM, Juliana Iglesias. As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n.108. São Paulo: Cortez, out/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n108/a13n108.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

SARDINHA, Leticia Peixoto; CUZATIS, Ludimila Golçalves; DUTRA, Tiago da Costa; TAVARES, Claudia M. de Melo; DANTAS, Ana Carla Cavalcanti; ANTUNES, Elaine Cortez. Educação Permanente, continuada e em serviço: desvelando seus conceitos. *In: Revista Eletrônica Trimestral de Enfermaria*. Enfermaria Global, Nº 29, 2013. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n29/pt_revision1.pdf>. Acesso em: 28 de Março de 2020.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Disponível em: <<https://www.facebook.com/servicosocialibertario/posts/306372039707012> > acesso em: 18/01/2020

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 103. São Paulo: Cortez, jul./set. 2010, p. 405-432.

SILVA, Marluce S; Freitas, Paula A.L.M; KITAGAWA, Adriana A. V. Adoecimento e desvalorização das atividades docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). *ANDES –SN*, jun. 2018. Disponível em : <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1031571998.pdf>> Acesso em : 01 de Março de 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes da; JESUS, Júlio César Lopes de. CONTRARREFORMA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA: implicações para os trabalhadores. *In: Revista de Políticas Públicas*. Artigos – Dossiê Temático. Universidade Federal do Maranhão, p. 577- 602. Maio, 2017.

Stuckert, Ricardo. **Confira as universidades e institutos federais criados pelo PT**. PT, 2018. Disponível em:< <https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>>. Acesso em: 09 de Agosto de 20220.

TONET, Ivo. **Educação Contra o Capital**. 3a edição ampliada São Paulo, 2016.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WERNER, Rosiléa Clara. Contemporary challenges to professional formation: development of competencies and skills in social service. 2010. 241 f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

ZANETTI, Maria Aparecida. Política Educacional e LDB: algumas considerações. *In: Revista da Aduel-Sindiprof*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 41-48. 1997. Disponível em: <<http://www.ifil.org/Biblioteca/zanetti.htm>>. Acesso em: 07 de março de 2020